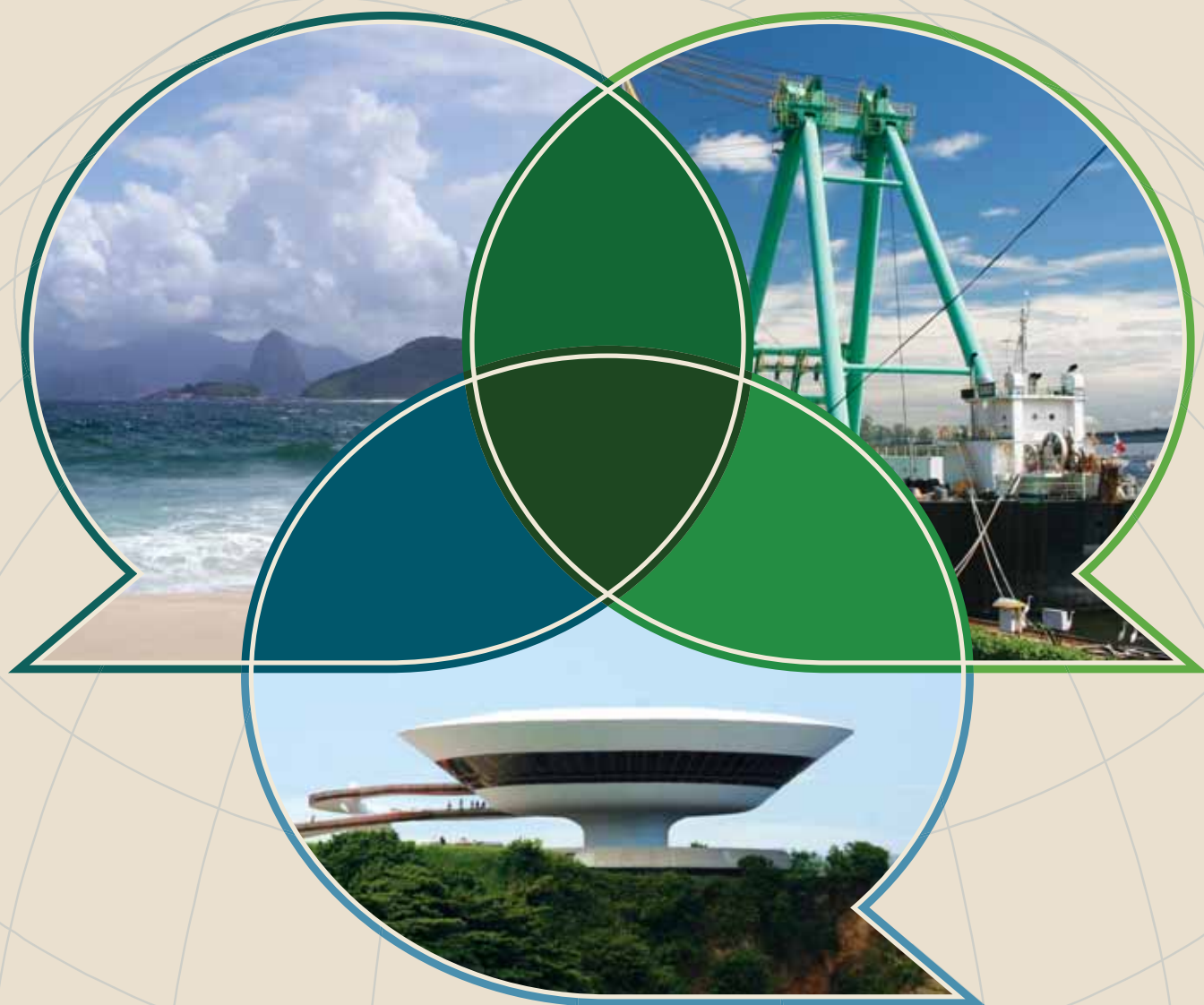
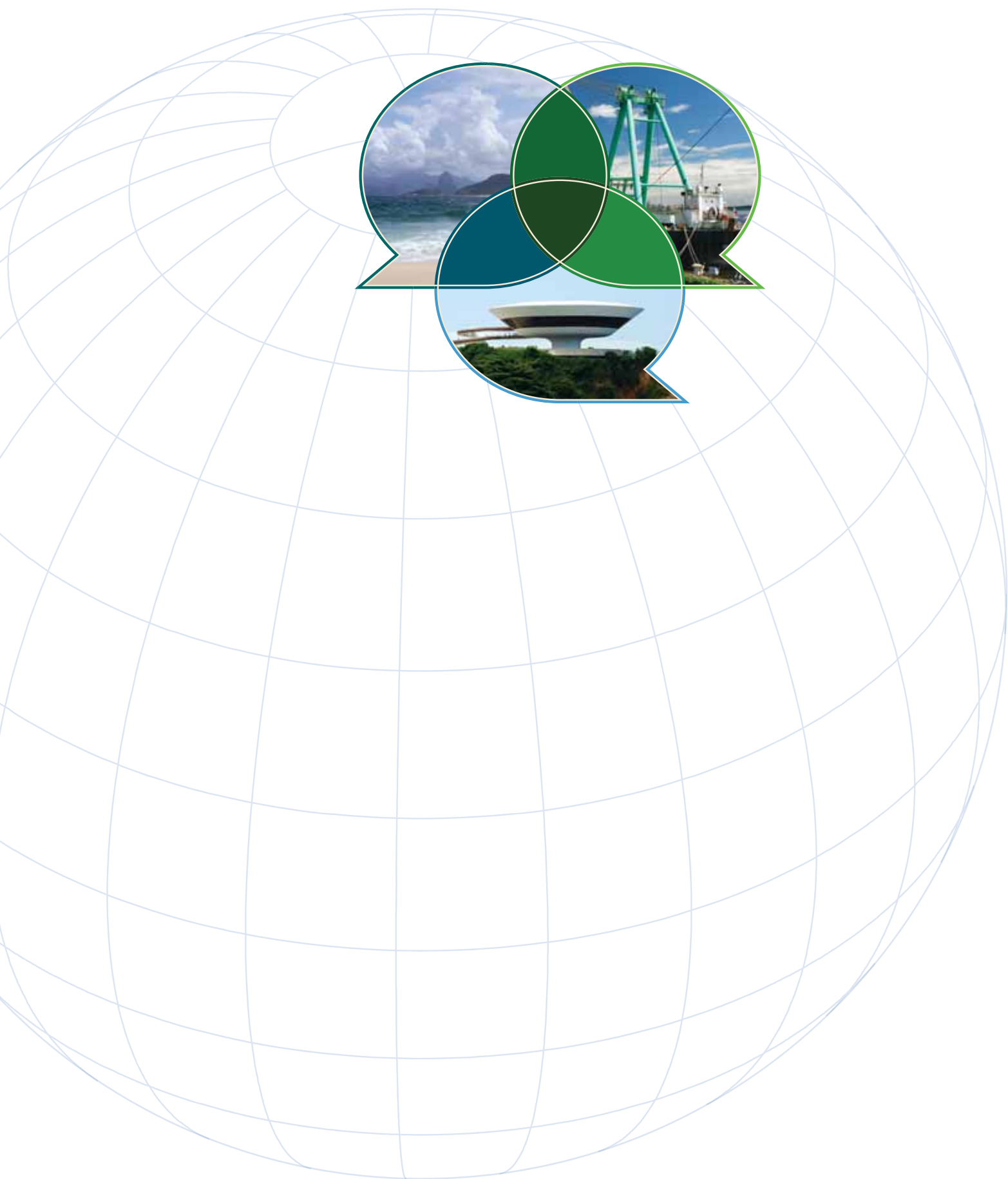




AGENDA 21

Niterói



AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras

Gilberto Puig Maldonado

**Ministério do Meio
Ambiente**

Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010)
Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)

**Secretaria de Estado do
Ambiente (RJ)**

Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral:

Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica:

Patricia Kranz

Redação:

Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa:

Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo:

Ruth Saldanha

Revisão:

Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica:

Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto:

Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração:

Ana Paula Costa
Ana Paula Fajardo
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Maria Aparecida de Oliveira
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns:

Ana Paula Costa

Colaboração:

Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico:

Grevy Conti Designers

**Seleção e Tratamento de
Imagens:**

Maria Clara de Moraes

Fotos:

Regina Nascimento, Roberto Rocco / BIP: Cris
Isidoro, Beto Paes Leme, Bruno Veiga

Impressão:

Stilgraf

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE NITERÓI

Primeiro Setor

Aluizio Belisário – Secretaria de Ciência e Tecnologia
Eliana Mattos – Secretaria de Esportes
Eurico Toledo – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
Gerardo Molina – Secretaria de Planejamento
Heloísa Helena Santos Osanai – Câmara Municipal de Niterói
José Antonio Fernandez (Zaff) – Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Câmara Municipal de Niterói (Comarhs)
Miguel Andrade Vitoriano – Secretaria de Integração Comunitária

Segundo Setor

Anderson Carolo – Sesi/Senai
Cláudia Barros – Concessionária Águas de Niterói
Flávio Almada – Barcas S/A
Joel Osório – Clínica Supercão
Luiz Césio Caetano Alves – Firjan – RLF
Luiz Paulo Pereira – Forest Ambiental

Terceiro Setor

Irasier de Barros – Federação das Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
Jaqueline Ribeiro – Grupo de Ação, Pesquisa e Orientação a Projetos Sociais (Gapops)
Lucia Rebello – Valoridade
Neila Nunes de Souza – Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac)
Rafael Damásio – Clube Mundo dos Botões
Rita Dirr – Ingá Núcleo de Ações Comunitárias (Inac)
Webber Lopes – Seio do Mar

Comunidade

Ely Menezes Silva – Associação de Moradores e Amigos do Maravista
Joaquim Jorge da Silva – Associação de Moradores do Sapê
José Carlos Guedes – Associação de Moradores e Amigos do Cantagalo
Josilma Dutra – Ponto Cem Réis
Lucilene Machado dos Santos – Sociedade Comunitária e Amigos do Morro do Serrão
Norma Sueli Pacheco – Associação de Moradores e Amigos da Travessa São José
Regina Nascimento – Piratininga Unida Moradores Associados (Puma)

MEMBROS FUNDADORES DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE NITERÓI

Primeiro Setor

Aluizio Belisário – Secretaria de Ciência e Tecnologia
Anelise Vieira – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Cristiane Martins – Subsecretaria de Ciência e Tecnologia
Declev Ferreira – Secretaria de Educação
Flávio Oliveira Monteiro – Secretaria de Urbanismo
Hugo Tulio Rodrigues – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval
José Raymundo Martins Romêo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval
Marilea Madureira Jardim – Faetec
Vitor Hugo Cadorin – Universidade Federal Fluminense

Segundo Setor

Américo Diniz Neto – Sebrae – RJ
Anderson Carolo de Souza – Sesi / Senai
Claudia Barros Afonso e Silva – Concessionária Águas de Niterói
Fernanda de Oliveira Leal – Comissão de Direitos Ambientais – OAB Niterói
Luiz César Caetano Alves – Firjan – RLF

Terceiro Setor

Antonio Luis dos Santos – Seen
Davy Alexandriski – Campus Avançado
Leonardo Avellar – Ibrapan Pesquisa
Marisa Bacellar – Associação Pestalozzi de Niterói
Neila Vieira Nunes de Souza – Associação Fluminense dos Cegos
Neuza de Souza Santos – Eleeko
Rafael Damásio – Clube Mundo dos Botões

Comunidade

Ely Menezes Silva – Associação Moradores e Amigos do Maravista
Fabrício Fernandes
Gelson Pereira Costa – ICPM Teixeira do Freitas
Joaquim Jorge da Silva – Famnit
José Plácido – AMA Cantagalo
Maria Cristina Esteves Pereira
Maria Juraci A. Dutra
Moacir Garcia – Fundação de Integração Cultural e Apoio Comunitário
Paulo Lourenço – Centro Pró-Melhoramento Viradouro
Washington Belmiro da Silva

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj

Sempre aberta à integração regional e ao desenvolvimento fluminense, Niterói tem orgulho de sua história e de participar da construção de um país melhor. Chamado a colaborar, nosso povo está sempre disposto. Não seria diferente na confecção desta Agenda 21, que resume anseios da sociedade, sugere prioridades e estabelece temas para discussão, por um ambiente saudável e com equilíbrio social.

Hoje, Niterói contabiliza avanços em todas as áreas, numa comparação com seu passado recente. Os que têm menos de 30 anos talvez não saibam quantos problemas foram vencidos, mas precisam estar conscientes em relação ao que pode ser melhorado e aos desafios futuros. A Agenda 21 é um convite ao exercício da cidadania.

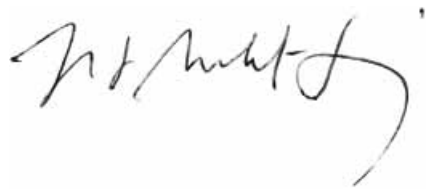
Com sua riqueza cultural e tecnológica, o mundo avança, exigindo novos saberes, proporcionando maiores confortos. O desafio dos gestores públicos é garantir o acesso da população a esses avanços, sem que a natureza e a cidade sofram impactos negativos. E isso fica mais viável com a participação da sociedade, como traduz este documento.

Estão de parabéns os que participaram de todo o processo da construção da Agenda 21 que, em Niterói começou a ser desenhado lá atrás, quando criamos uma secretaria voltada para a defesa do meio ambiente, em 1997.

Agora, às vésperas da Rio+20, Niterói renova seu compromisso com a história e com o desenvolvimento sustentável do Estado. O desafio maior é equacionar o impacto da chegada do Comperj com a solução de problemas da falta de infraestrutura em muitas áreas do Leste Fluminense.

Niterói tem muito a colaborar, como sempre prova a cidade que nos orgulha.

Niterói, 11 de agosto de 2011.



Jorge Roberto Silveira

Prefeito

Neste início de século, o futuro do planeta passa pelas cidades e pela aposta das populações urbanas no desenvolvimento sustentável. Niterói, como tantas outras cidades, tem exemplos recentes do quanto pode ser trágico crescer desordenadamente.

Elaborada em um processo iniciado em 2007, com a contribuição de todos os segmentos sociais do município, a Agenda 21 de Niterói identifica prioridades e compromissos com o futuro para preservar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos niteroienses.

Esta publicação oferece à população, autoridades, empresários e visitantes um roteiro de como Niterói pode crescer com saúde e em harmonia com as cidades vizinhas. A presença do Comperj e a criação de Agendas 21 nos demais 13 municípios mais influenciados pelo empreendimento são um convite à reflexão e à ação de todos, em benefício do Leste Fluminense e do estado do Rio de Janeiro, para além de vaidades e bairrismos.

As páginas a seguir contêm propostas a serem desdobradas e tiradas do papel em um esforço conjunto, para o qual convidamos todos a participar. Claro que com direito a críticas e sugestões, já que a Agenda 21 é um trabalho em permanente construção e atualização, e que mantém espaços abertos aos que desejam contribuir com ideias e iniciativas.

O trabalho está apenas começando. O Fórum da Agenda 21 de Niterói continuará mobilizado e atuante, divulgando as realizações e o que precisa avançar, buscando as parcerias necessárias para progredir nos temas listados.

Entendemos que, no planejamento da cidade e da região, a discussão não se limita ao Comperj e a toda a sua complexidade. Nos próximos anos, teremos em pauta a construção do Arco Metropolitano, e a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, do outro lado da baía, mas com influência e reflexos em Niterói. É uma agenda com muitas oportunidades e desafios para a construção de um futuro sustentável em nosso município. Convidamos todos a construí-lo conosco!

Fórum da Agenda 21 de Niterói



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	13
A Agenda 21 Local.....	14
A Agenda 21 no Brasil.....	15
AGENDA 21 COMPERJ.....	16
Agendas 21 Locais na Região.....	16
Premissas.....	17
Organização da Sociedade.....	17
Metodologia.....	18
Desafios e Lições Aprendidas.....	22
O MUNICÍPIO DE NITERÓI.....	25
Características.....	25
Um pouco da história de Niterói.....	27
O Processo da Agenda 21 Local em Niterói.....	29
AGENDA 21 DE NITERÓI.....	32
Para ler a Agenda.....	32
Vetores qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 em Niterói.....	33
Vocação e Visão.....	36
ORDEM AMBIENTAL.....	39
Recursos Naturais.....	40
Recursos Hídricos.....	46
Biodiversidade.....	51
Mudanças Climáticas.....	56

ORDEM FÍSICA.....	61
Habitação.....	62
Saneamento.....	67
Mobilidade e Transporte.....	75
Segurança.....	79
 ORDEM SOCIAL.....	 83
Educação.....	84
Educação Ambiental.....	89
Cultura.....	93
Saúde.....	97
Grupos Principais.....	101
Padrões de Consumo.....	109
Esporte e Lazer.....	111
 ORDEM ECONÔMICA.....	 115
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	116
Agricultura e Pesca.....	123
Indústria e Comércio.....	127
Turismo.....	130
Geração de Resíduos.....	133
 MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	 137
Ciência e Tecnologia.....	138
Recursos Financeiros.....	142
Mobilização e Comunicação.....	147
Gestão Ambiental.....	149
 AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	 154
Programas ambientais.....	154
Projetos sociais.....	156
 GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	 159
PARTICIPANTES.....	164
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	169

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

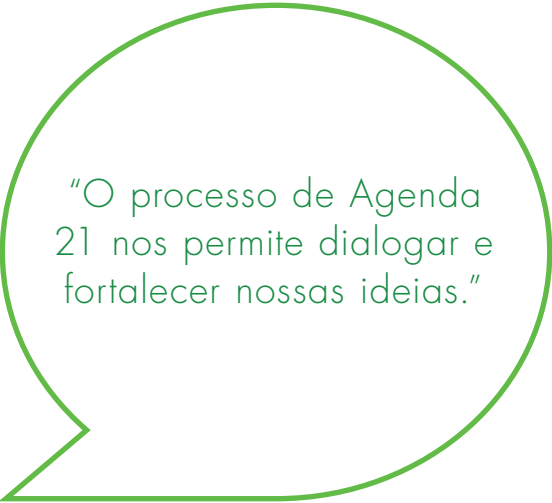
Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele *atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.*”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza





“O processo de Agenda 21 nos permite dialogar e fortalecer nossas ideias.”

e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na “ação local” e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

AGENDA 21 COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br



Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socio-ambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"O Comperj é um investimento de altíssimo impacto na região, com aspectos positivos e negativos, que poderá trazer mudanças estruturais e na qualidade de vida dos munícipes."

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais (ASA), encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.	Na região: • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 municípios em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor.	Na região: • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)¹; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva
			Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA	Responsabilidade operacional e metodológica
			Consultoria	ILTC ²

“A Agenda 21 é um excelente instrumento para orientar os cidadãos e a administração municipal. Vai servir para esclarecer, informar e unir forças para o crescimento de Niterói.”

2 ILTC – Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Formalização dos Fóruns Locais Julho a Dezembro de 2009	Duas oficinas em cada município para: • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação.	Na região: • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. Em cada município: • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica
Finalização das Agendas Janeiro de 2010 a Agosto de 2011	Consultoria e serviços para: • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. Duas oficinas em cada município, para: • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para: • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. Encontros, reuniões locais e contato permanente para: • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local.	Na região: • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. Em cada município: • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Consultores contratados	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade técnica e operacional

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a



“Com as lideranças locais engajadas em planejar ações para o município, renova-se a esperança de um futuro melhor para Niterói”.

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros fundadores e facilitadores do Fórum da Agenda 21 de Niterói (2009)



Membros do Fórum da Agenda 21 de Niterói (2011)

O MUNICÍPIO DE NITERÓI

Área territorial: 133,916 km²

População: 487.562 (IBGE – 2010)

Economia: Serviços, comércio e indústria

PIB per capita a preços correntes: R\$ 19.317,72 mil (IBGE 2008)

Participação no PIB estadual: 2,98 (Cide, 2007)

Localizado no bioma Mata Atlântica, especificamente na porção leste da Baía de Guanabara, Niterói se espalha por entre maciços costeiros que formam as serras do Malheiro, do Calaboca e da Tiririca. Tais formações geomorfológicas apresentam diversidade de ambientes, como florestas, manguezais, campos inundáveis e restingas.

Devido à intensa pressão urbana e à crescente atividade industrial, a Mata Atlântica, que originalmente cobria os maciços costeiros de Niterói, hoje está limitada a algumas Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Unidades de Conservação (UC), como o Parque Estadual da Serra da Tiririca.

A cidade de Niterói é um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do estado do Rio de Janeiro. Em um relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2000, o município apresentava um dos mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano do



Niterói é uma das cidades com melhor qualidade de vida no Brasil

Produto Interno Bruto (PIB) –

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

Niterói, em tupi-guarani, quer dizer “porto sinuoso”, “água que se esconde”.

Mata Atlântica – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.



O Parque da Cidade oferece uma bela vista da Lagoa de Piratininga e das praias de Piratininga e Itaipu

IDH – O Índice de Desenvolvimento Humano é um levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que leva em consideração a qualidade da saúde (expectativa de vida), educação (alfabetização) e renda.

País (o terceiro lugar dentre todos os municípios brasileiros), de acordo com os padrões da ONU.

Todo o município dispõe de água tratada e 90% da população têm acesso à rede de esgoto, enquanto a média do Brasil é inferior a 20%, e a renda *per capita* é de R\$ 809,18, a maior do estado.

Niterói ocupa a 12ª posição entre as cem melhores cidades brasileiras para negócios e a primeira em inclusão digital no estado, sendo também o melhor município do Rio de Janeiro em qualificação de mão de obra.

A cidade é um importante centro histórico-cultural do Brasil, com sua cultura marcada pela diversidade – destacam-se a Vila de Pescadores (Jurujuba), as fortalezas e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), obra de Oscar Niemeyer e atual símbolo de Niterói.

Ainda assim, as condições de vida da população, principalmente nas periferias, não são boas. A cidade possui grandes comunidades, como o Morro do Preventório, o Morro do Estado e a Vila Ipiranga.



Estação dos Catamarãs, na Praia de Charitas: projeto de Oscar Niemeyer

Um pouco da história de Niterói

A região de Niterói foi originalmente povoada pelos índios Tamoios e, depois, pelos Temiminós e era evitada pelos colonizadores por causa da resistência da tribo.

Na segunda metade do século 16, Villegaignon, navegador da corte francesa, visando ao controle do comércio com as Índias, dominou toda a Baía de Guanabara, instituindo a França Antártica (1555 a 1567).

Em 1560, o navegador francês foi obrigado a regressar ao seu país e, na sua ausência, Mem de Sá invadiu a Guanabara com o objetivo de reconquistar a região. Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, que continuara com o comando da guerra, recorreu à ajuda de Araribóia, cacique Temiminó, cujo nome em tupi-guarani significa “Cobra da Tempestade”. Com a vitória dos portugueses, Mem de Sá, governador geral, achou melhor manter os bravos guerreiros por perto e atendeu à petição de Arariboia, que solicitava terras na “Banda d’Além”.

Durante este primeiro século, a região começou a receber outros colonos. Sesmarias foram instaladas em Icarai e Piratininga. Os jesuítas mantinham a Fazenda do Saco, destinada à produção de alimentos para o Colégio, no Rio de Janeiro.

No século 18, a região viveu uma época de progresso. A primeira freguesia, São João Batista de Icarai, data de 1669. Depois vieram as de São Lourenço dos Índios em 1752 e São Sebastião de Itaipu em 1755. O desenvolvimento de alguns núcleos de povoamento – a exemplo de Icarai, Maruí, São Domingos e Jurujuba – e a decadência de outros, como a aldeia de São Lourenço, ocorriam conforme os interesses e a interferência direta da Coroa.

O desenvolvimento econômico acentuava-se com a produção de fazendas, engenhos de açúcar, lavouras de cereais e com o comércio e os meios de transportes. Algumas freguesias já eram habitadas por milhares de paroqueanos livres e por escravos.

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, no início do século 19, trouxe mais progresso para as freguesias do Recôncavo Fluminense. A “Banda d’Além” passou a fazer parte dos interesses dos príncipes: São Domingos tornou-se o local preferido para o “ócio real”.

A emancipação política da região onde hoje se situa a cidade de Niterói deu-se com a criação da Vila Real da Praia Grande, em 10 de maio de 1819, quando a região passou a ter vida político-administrativa independente da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Até então, a região era ligada à capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, e as decisões eram tomadas na capital.

Em 1834, a Vila Real da Praia Grande assumiu o *status* de capital da Província com a cidade do Rio de Janeiro, formando o Município Neutro, sede do governo



Estátua de Araribóia no Centro



A Ilha de Boa Viagem, no litoral de Niterói, já foi um ponto de referência para os navegantes que chegavam à costa do Rio de Janeiro

geral. Em 28 de março, foi assinada a Carta de Lei nº 6, estabelecendo que a antiga Vila Real da Praia Grande passaria a chamar-se Nictheroy, nome sugerido por Joaquim Francisco Viana. Em 22 de agosto de 1841, Niterói recebe seu segundo título de nobreza, passando a ser “Imperial Cidade”.

A Revolta da Armada, iniciada em 1891, levou à mudança da capital da Província para Petrópolis. Em 1902, passada a crise, Niterói voltou a ser capital, e o governo autorizou a transferência das repartições públicas. A instalação definitiva do governo em Niterói deu-se em 20 de junho de 1903.

Na segunda metade do século 19 e primeiras três décadas do século 20, o desenvolvimento do território baseou-se na agroexportação. A partir de 1930, a ênfase foi no processo de industrialização, destacando-se a urbanização acelerada, associada a grandes correntes migratórias internas e que não foi acompanhada do aumento das atividades industriais, já que a maior parte da população estava alocada no setor de serviços.

Em 1970, o governo do presidente Costa e Silva concluiu a construção da Ponte Rio-Niterói e promoveu a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A cidade do Rio passou a ser a capital do novo estado do Rio de Janeiro, e Niterói perdeu de vez a condição de capital. O trauma causado pela perda da primazia foi grande e perdurou por quase 15 anos. Niterói passou a ser considerada, simplesmente, uma “cidade-dormitório”. Mas, no fim dos anos 1980, a cidade redescobriu sua vocação cultural e começou a recuperar a autoestima.

O Processo da Agenda 21 Local em Niterói

De março a julho de 2007, a Petrobras realizou a Caravana Comperj, que visitou o município de Niterói em 7 de junho para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e o andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.

Em janeiro de 2008, iniciou-se uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse Niterói. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identi-



Em dias de fluxo normal circulam pela Ponte Rio-Niterói cerca de 140 mil veículos

ficadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

Na última dessas reuniões, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Niterói, totalizando 28 componentes. Os participantes deste grupo são os membros fundadores do Fórum da Agenda 21 de Niterói.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em 3 de fevereiro de 2009, os representantes de Niterói reuniram-se para trabalhar na oficina de consolidação. A partir daí, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 local, constituído.

De 23 a 25 de março de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Nesta etapa, a participação em Niterói foi baixa. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global, conforme suas afinidades, em Eixos Estruturantes: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Meios de Implementação, divididos em temas.



Reunião da Fase Municipal

Em junho de 2009, foi realizada uma nova oficina em Niterói para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um *site* para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho.

Em Niterói, o Fórum enfrentou dificuldades de mobilização e de envolvimento do Primeiro Setor e também para sua estruturação. Em reunião no dia 11 de novembro de 2009, foi indicada uma coordenação provisória e um técnico para acompanhar as reuniões. No entanto, em abril de 2010, fortes chuvas afetaram seriamente o município, interromperam o trabalho de articulação e desmobilizaram o Fórum por um longo período.

Em 7 dezembro de 2010, foi convocada uma nova reunião, na qual os presentes reconheceram a necessidade de recomposição e fortalecimento do Fórum e da qualificação do material da Agenda 21 de Niterói. Ficou decidido que, com o apoio de um facilitador exclusivo para este processo, os setores seriam

novamente mobilizados, fariam uma revisão do trabalho e indicariam seus representantes, recompondo, assim, o Fórum da Agenda 21 de Niterói.

Em 19 de março, 1º de outubro e 3 de dezembro de 2010 e 18 de abril de 2011, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

Entre janeiro e junho de 2011, foram realizadas diversas reuniões com cada setor. Foram indicados novos representantes, que revisaram todo o trabalho, resultando no conteúdo desta publicação.

O Fórum de Niterói atualmente encontra-se reestruturado e passará pelas oficinas de fortalecimento previstas na continuidade do projeto Agenda 21 Comperj.



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

AGENDA 21 DE NITERÓI

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Niterói, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS, referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA estão reunidos possíveis parceiros e fontes de financiamento elencados para as propostas.

No *site* www.agenda21niteroi.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas de cada cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

O CD encartado nesta publicação contém todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Niterói.



Vetores qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 em Niterói

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Niterói, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

- 1 – *Quase nada foi feito*
- 2 – *Já existem ações encaminhadas*
- 3 – *Já há alguns resultados*
- 4 – *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21 Global	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo				
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas				
3 Combater a pobreza				
4 Mudar os padrões de consumo				
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade				
6 Proteger e promover a saúde humana				
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis				
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão				
9 Proteger a atmosfera				
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo				
11 Combater o desflorestamento				
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação				
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas				
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis				
15 Conservar a diversidade biológica				
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia				
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida				
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos				
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos				

Capítulos da Agenda 21 Global	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos				
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário				
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos				
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais				
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo				
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável				
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades				
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável				
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21				
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos				
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios				
31 Comunidade científica e tecnológica				
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros				
33 Recursos e mecanismos financeiros				
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação				
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável				
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento				
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento				
38 Arranjos institucionais internacionais				
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais				
40 Informação para a tomada de decisões				

VOCAÇÃO E VISÃO

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo A Visão do Futuro)*

A Vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artístico-cultural, turística, educacional.

A Visão de Futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Niterói fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

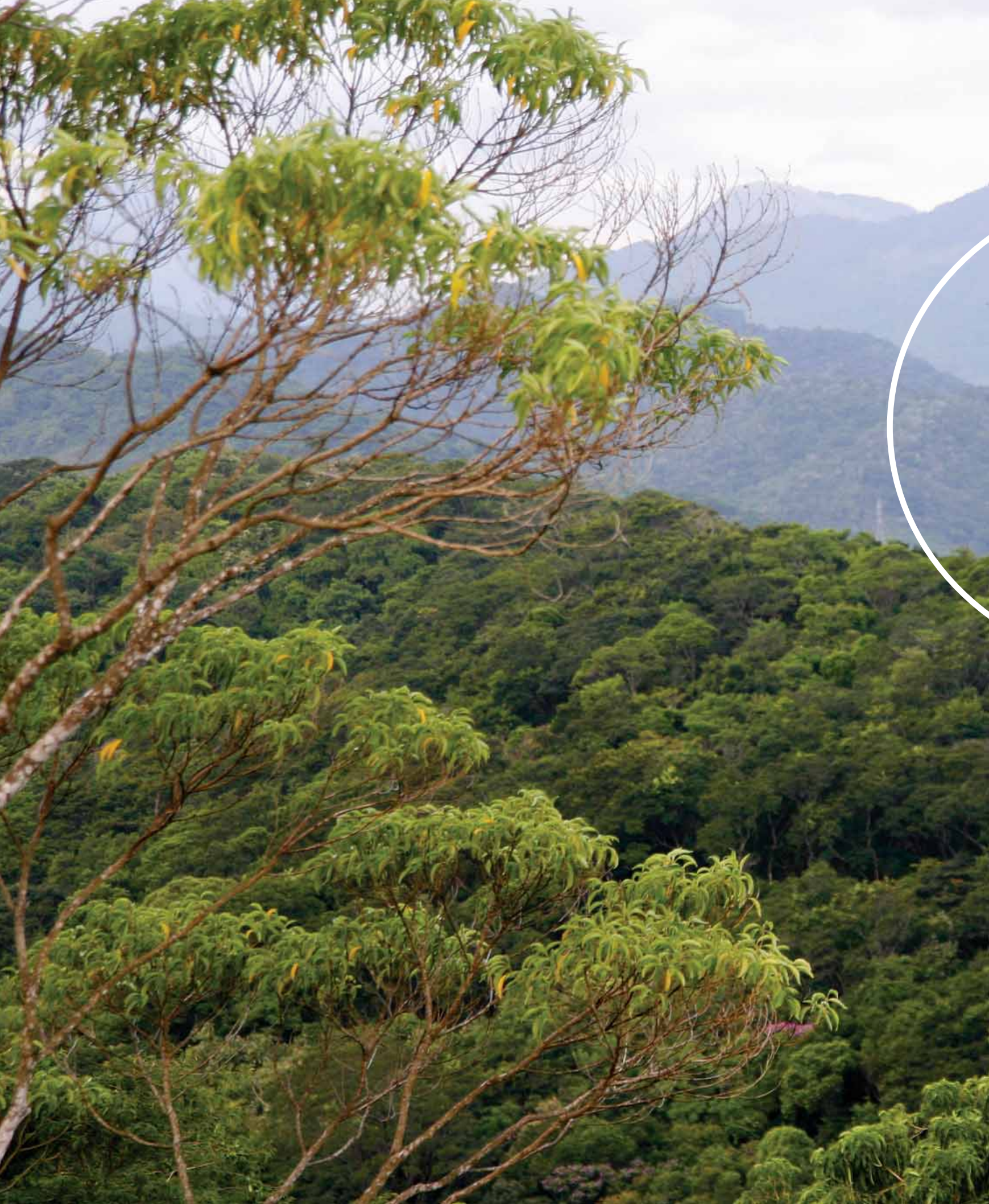
Vocação de Niterói

- Existência de infraestrutura adequada para a qualificação técnico-profissional.
- Existência de indústrias navais, de referência nacional e internacional.
- Existência de centros universitários, com infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas.
- Grande número de instituições (filantrópicas e não governamentais), que promovem serviços de atendimento a portadores de necessidades especiais.
- Existência de áreas naturais, com potencial turístico.

Visão de Futuro de Niterói

- Ter infraestrutura para atender às vocações naturais, científicas, turísticas e pesqueiras.
- Ter Conselhos Municipais fortes e atuantes.
- Ter uma Agenda 21 Local fortalecida, com pessoas engajadas e parcerias para materializar as ações.
- Ser um centro de referência no atendimento à saúde (em especial, na ampliação da maternidade pública), nas mais diversas categorias, com transparência na gestão.
- Ter uma política habitacional que contemple as necessidades de moradia, especialmente da população de baixa renda.
- Ser uma cidade segura, com um sistema de segurança pública integrado em todas as esferas de governo.

“Independentemente das questões sociais, raciais, culturais e religiosas, todas as ações descritas dependem de nós. Tudo dependerá do engajamento da população”.





1

Ordem Ambiental

RECURSOS NATURAIS

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.



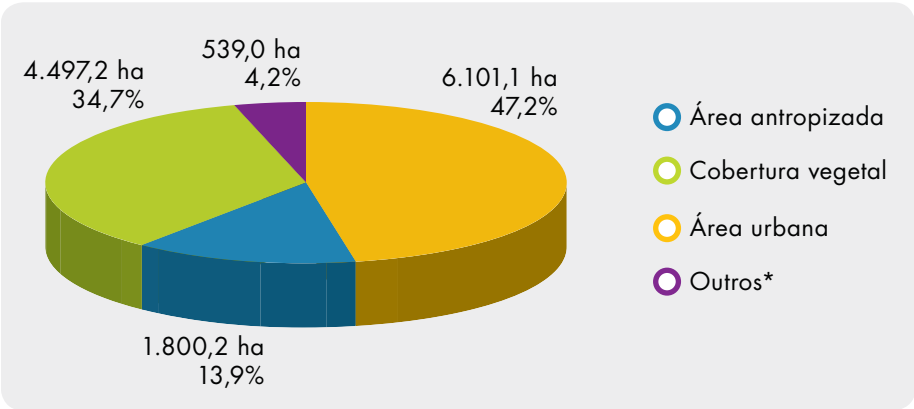
Replântio de vegetação de restinga em Itacoatiara

Localizado no Leste da Baía de Guanabara, Niterói é constituído por planícies, maciços e colinas costeiras. Os maciços predominam ao sudoeste e formam as serras do Malheiro, do Calaboca e da Tiririca – onde está a Pedra do Elefante, o ponto mais alto do município, a 412 metros acima do nível do mar. Dentre as planícies costeiras, as mais extensas encontram-se nas lagoas de Piratininga e Itaipu.

Segundo os dados do Lima-UFRJ² de 2008, o município apresentava 34,7% de seu território cobertos *com remanescentes de Mata Atlântica, nascentes de rios, lagos, manguezais, restingas e vários outros ecossistemas*. Apesar da grande área urbanizada concentrada na parte central do município e na planície costeira, a presença de maciços compostos por escarpas íngremes permitiu a manutenção de uma grande mancha de floresta contínua.

2 Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

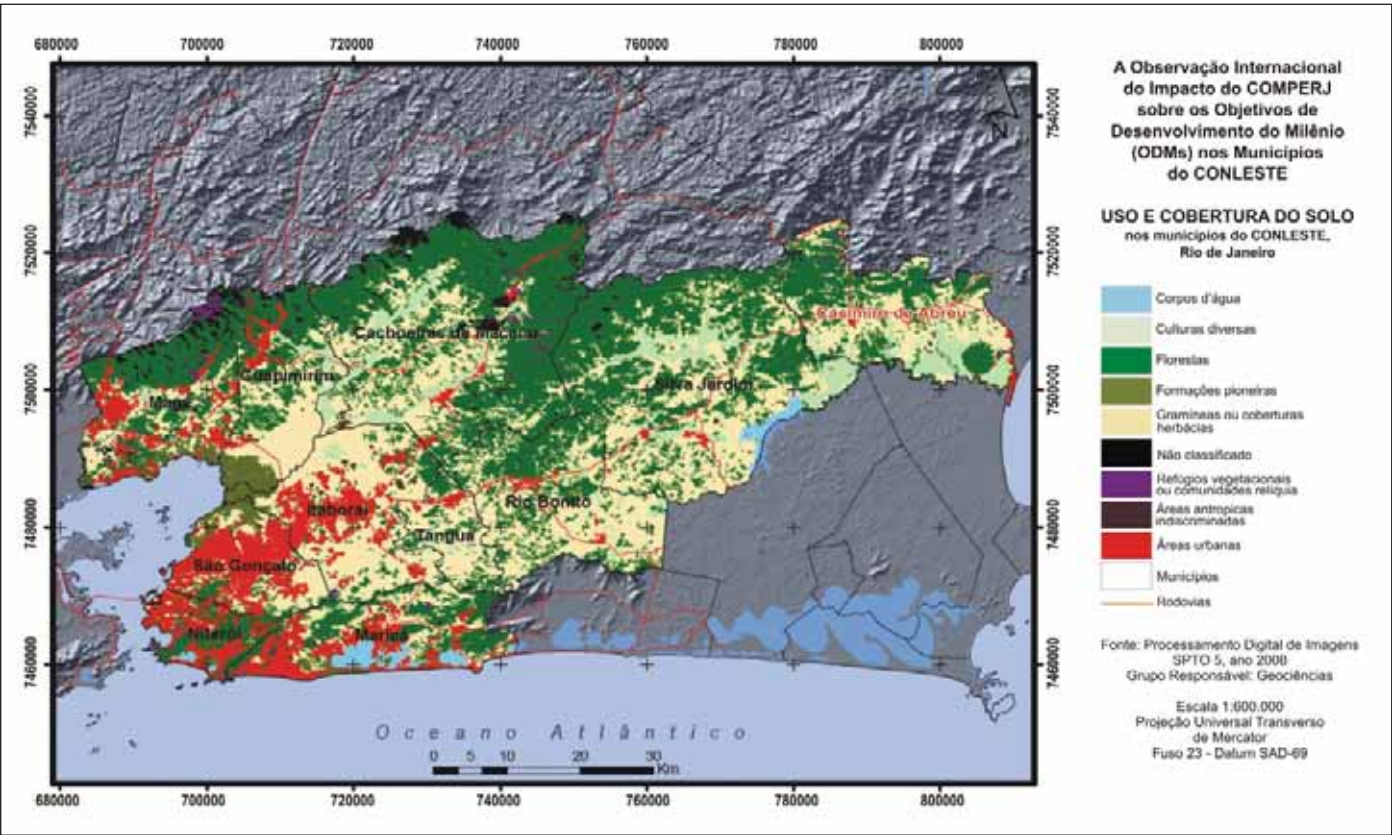
Gráfico 1: Proporção do uso do solo no município de Niterói



(*) Inclui água, afloramentos rochosos e usos não identificados.

Fonte: Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio – Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008).

Mapa 2: Uso e cobertura do solo no município e arredores



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

Unidades de Conservação (UC) –

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Áreas de Proteção Ambiental (APA) –

Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

Corredor ecológico ou de biodiversidade –

Faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou Unidades de Conservação, separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.

A Área de Proteção Ambiental das Lagunas e Florestas (Unidades de Conservação de Uso Sustentável) abrange aproximadamente 10% do território de Niterói, com vegetação em razoável estágio de conservação. Entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, estão o Parque Natural Municipal Darcy Ribeiro, o Monumento Natural da Praia do Sossego e o Parque Estadual da Serra da Tiririca, que compreendem cerca de 20% do município. Essas localidades estão inseridas no Corredor Ecológico da Serra do Mar, prioritário para a preservação da Mata Atlântica.

Embora o município apresente uma grande extensão de áreas verdes, com formações pioneiras e refúgios preservados, nota-se o aumento dos impactos ambientais, resultado do *crescimento urbano desordenado, com o avanço da cidade sobre as áreas verdes*. Atualmente, esse tipo de formação florestal se restringe a poucos locais, como, por exemplo, a Serra da Tiririca, protegida pelo Parque Estadual.

Além disso, a *falta de projetos de manejo dos recursos naturais do município e a ausência de planos de prevenção, correção e regeneração de áreas impactadas* contribuem para a fragmentação dos remanescentes florestais.

Segundo os moradores, a *falta de planejamento para gerenciar os recursos naturais* está relacionada à *falta de um corpo técnico para a fiscalização e de investimentos do poder público na preservação dos ecossistemas do município*. Mesmo contando com a *Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia* e outros *órgãos ambientais (de âmbito municipal, estadual e federal)*, nota-se na região a *falta de interlocução entre as instituições competentes, nas três esferas de governo*.

Uma das preocupações refere-se à *ausência de sistemas de informação e gerenciamento dos ecossistemas de montanhas e morros*, uma limitação que dificulta a elaboração de políticas públicas específicas.

Uma das soluções apontadas consiste em apoiar as iniciativas locais para o desenvolvimento de projetos voltados à gestão ambiental. A *existência de universidades que podem fazer pesquisas na área, caso haja investimentos de instituições públicas e privadas*, é considerada uma potencialidade para a região. *O município sedia a Universidade Federal Fluminense, que possui um programa de pós-graduação em Ciência Ambiental*.

Além do desmatamento que isola trechos da Mata Atlântica e reduz o número de matas ecologicamente mais viáveis, também foram registrados desmatamentos no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Programa de uso sustentável dos recursos naturais

■ Planejamento

1. Promover o uso econômico sustentável dos recursos naturais, proporcionando a conservação dos ecossistemas e a reabilitação dos processos ecológicos.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar permanentemente as concessões municipais e estaduais que exploram recursos naturais, estipulando prazos de ajuste e manutenção das mesmas.

■ Comunicação

3. Divulgar as pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da UFF relacionadas ao município de Niterói e arredores.

■ Gestão pública

4. Transformar os remanescentes da Mata Atlântica da região em áreas de pesquisa.
5. Criar Unidades de Conservação, de acordo com os padrões do SNUC, para que a compensação ambiental prevista na lei possa ser aplicada integralmente.

● Reestruturação, planejamento e manejo dos recursos naturais

■ Gestão pública

1. Criar um plano de manejo dos recursos naturais da região no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
2. Incluir recursos necessários à implantação de políticas públicas no orçamento anual do município, visando à exploração sustentável dos recursos naturais.

● Prevenção e regeneração de áreas degradadas

■ Estudo técnico

1. Realizar um estudo de avaliação ecológica estratégica nas Unidades de Conservação, com o objetivo de promover a proteção e conservação dos ecossistemas locais.

■ Planejamento

2. Elaborar planos de prevenção e recuperação de áreas propensas ao assoreamento, visando à recomposição ecológica.
3. Estabelecer parcerias com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e o Inea, para desenvolver atividades que promovam a recuperação de áreas degradadas, com o apoio da população e especialistas na área ambiental.

■ Programas

4. Elaborar programas de recuperação de áreas degradadas, em escala tanto local quanto regional.

■ Gestão pública

5. Adaptar a lei para que as empresas concessionárias tenham a responsabilidade de restaurar as áreas degradadas.
6. Ampliar a quantidade de áreas verdes por meio da criação de novas Unidades de Conservação (proteção integral e uso sustentável).

● Ações de fiscalização ambiental

■ Gestão pública

1. Promover concurso público para suprir a necessidade de mão de obra técnica especializada para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.
2. Criar brigadas mirins ecológicas para fiscalizar os danos ao meio ambiente.

3. Ampliar as ações do programa Núcleo de Defesa Civil Comunitária (Nudec), por meio da realização de reuniões periódicas para atualizar as informações sobre a realidade local.

■ Infraestrutura

4. Assegurar a melhoria do aparelhamento dos órgãos de fiscalização no município.
5. Ampliar os postos avançados da Guarda Ambiental Municipal.

■ Capacitação

6. Capacitar os funcionários e a população para fiscalizar e controlar o uso dos recursos naturais.

● Combate ao desflorestamento

■ Gestão pública

1. Criar incentivos fiscais para empresas que promovam ações de preservação ambiental.

■ Programas e projetos

2. Elaborar projetos de combate ao desmatamento e queimadas, gerando mais ações de reflorestamento no município.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar e aplicar as leis de conservação ambiental, evitando o desmatamento e a construção de moradias em áreas irregulares.

■ Planejamento

4. Criar um disque-denúncia ambiental e divulgar amplamente seu trabalho em todas as mídias.

■ Capacitação

5. Incentivar a formação de uma brigada de agentes ambientais, com o objetivo de promover atividades de reflorestamento, com a participação da comunidade.

■ Articulação

6. Estabelecer parcerias para financiar as ações de capacitação e reflorestamento.

■ Comunicação

7. Desenvolver um programa de comunicação para divulgar as ações de combate ao desflorestamento.

● Recuperação de montanhas e morros

■ Comunicação

1. Disponibilizar os resultados de estudos e pesquisas realizados nos ecossistemas de montanha da região.

■ Estudos técnicos

2. Realizar estudos de geoprocessamento, para o desenvolvimento de atividades de preservação e monitoramento destas localidades.

■ Gestão pública

3. Elaborar um plano de ação para o gerenciamento dos ecossistemas frágeis, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação dos morros e serras do município.

■ Programas

4. Elaborar programas de reflorestamento de encostas, serras e morros.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar as áreas de encosta, visando conter a ocupação irregular.

● Plano para o manejo dos parques da Tiririca e Darcy Ribeiro

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas que impeçam o crescimento de moradias irregulares nas serras dos parques da Tiririca e Darcy Ribeiro.

■ Infraestrutura

2. Viabilizar a criação de sedes no Parque Natural Municipal Darcy Ribeiro e no Parque Estadual da Serra da Tiririca, dotadas de um corpo técnico interdisciplinar, com o objetivo de melhorar a fiscalização nessas localidades.

■ Projetos

3. Desenvolver projetos de pesquisa nas serras dos Parques da Tiririca e Darcy Ribeiro.

■ Planejamento

4. Realizar atividades socioambientais com a participação de grupos organizados (estudantes, escoteiros, guardas mirins e moradores locais), visando à melhoria, manutenção e proteção ambiental na região.

● Campanha de erradicação de balões

■ Planejamento

1. Ampliar o número de campanhas educativas nas escolas municipais, estaduais, federais e particulares, assim como em Associações de Moradores, clubes e igrejas do município, para alertar sobre os riscos causados pelo ato de soltar balões.

■ Articulação

2. Envolver o Núcleo de Defesa Civil Comunitária (Nudec), o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e a Polícia Militar nas ações educativas.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar com mais rigor a aplicação das leis de combate aos balões.

■ Gestão pública

4. Encaminhar solicitação para que as penas para este crime sejam mais severas.

Possíveis parceiros

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica . Conservação Internacional do Brasil . CPRM . Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro . Batalhão Florestal . DNPM . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Escolas . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Jardim Botânico de Niterói . MMA . MP . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Conservação Ambiental . ICMS Ecológico . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

Em Niterói, nos morros que cercam o município, nascem pequenos rios que deságuam na Baía de Guanabara ou diretamente no oceano. Em geral, são rios de pequeno curso, completamente descaracterizados, retificados ou encobertos.



A Lagoa de Piratininga sofre com o assoreamento e com a ocupação desordenada de suas margens

Em Pendotiba e Rio do Ouro nascem os rios Alcântara-Guaxindiba e Aldeia, que é um afluente do Rio Caceribu. Ambos deságuam na Baía de Guanabara, longe de Niterói, através do manguezal da APA de Guapimirim.

Mapa 3: Bacia dos rios Alcântara-Guaxindiba



Fonte: Inea/PDBG (2009).

Já no século 19 a água desses rios era insuficiente para abastecer a população do município. O último rio utilizado como manancial foi o Vicência, hoje o Canal da Alameda São Boaventura. Das duas caixas d'água existentes em suas nascentes, no bairro Baldeador, só restou o nome da Subida da Caixa d'Água. Desde 1880, a água que abastece Niterói tem que ser trazida de longe e hoje vem do Rio Macacu.

De acordo com a população, observa-se a *diminuição do fluxo dos mananciais que alimentam as lagoas de Piratininga e Itaipu, em função do desmatamento da vegetação próxima da bacia hidrográfica*. Além disso, há incertezas sobre os impactos ambientais que venham a ser causados pelo *consumo de água ao longo da instalação e funcionamento do Comperj e, especialmente, sobre a sua procedência*.

Das lagunas antes existentes no município, apenas as de Piratininga e Itaipu ainda resistem ao assoreamento e aos aterros provocados pelo crescimento da cidade. Mesmo assim, encontram-se reduzidas a quase metade de sua área original de 9 km² de espelho d'água. A abertura permanente de um canal para o mar na laguna de Itaipu, construído na década de 1970, alterou completamente o regime natural das lagunas, já descaracterizado pela construção do Canal de Camboatá, com 2,15 km de extensão, ligando Piratininga a Itaipu.

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

Comitê de Bacias Hidrográficas – Colegiados instituídos por lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Considerados a base da gestão participativa e integrada da água, tais comitês têm papel deliberativo, são compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água, e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos estados.



O Canal do Camboatá faz parte do sistema lagunar Itaipu- Piratininga

Essa situação está associada à *degradação dos manguezais do município* e à *existência de aterros no sistema lagunar*. A Mata Atlântica, que antes cobria grande parte da área do município, hoje só existe nas encostas mais íngremes dos morros, protegida pelos parques Estadual da Tiririca e Municipal da Serra Grande. Resiste ainda, em algumas poucas áreas, a vegetação característica das restingas e de mangue. Havia um grande manguezal na enseada de São Lourenço, todo aterrado para um plano de urbanização, na área hoje ocupada pelos acessos à ponte Rio-Niterói e Avenida Jansen de Melo. Naquele manguezal, o Rio dos Passarinhos (hoje todo canalizado subterraneamente) vertia as águas que trazia do Morro de São Lourenço.

O município conta com a *Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade*, responsável pela implantação, ora em curso, das *políticas públicas para a gestão de recursos hídricos*. Entretanto, a *falta de informação da população sobre os recursos hídricos do município e o desconhecimento sobre seu modelo de gestão*, além da *falta de atuação e interação da sociedade*, dificultam a elaboração de ações estratégicas para o setor.

Segundo os participantes da Agenda 21 Local, *não há gerenciamento nem investimento no combate à poluição das águas oceânicas e zonas costeiras, que são deterioradas pela atividade econômica local*. Paralelamente, a *não aplicação dos recursos arrecadados nos projetos de recuperação da bacia hidrográfica, por inexistência de uma agência de controle das bacias*, limita as ações locais de preservação dos recursos hídricos e impede a administração direta dos recursos arrecadados por meio da outorga pelo uso da água.

A *participação do município no Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e no plano de recuperação e despoluição das zonas costeiras* pode ser um passo importante na solução dos problemas.

Um estudo do movimento “Niterói Como Vamos”, de agosto de 2010, apontou uma melhoria na qualidade das praias da cidade na última década. Das 14 praias de Niterói, 13 apresentaram melhora ao longo dos anos – a exceção foi a Praia de Jurujuba, onde ainda existem ligações clandestinas de esgoto, que serão interceptadas, segundo a concessionária Águas de Niterói.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Despoluição da Baía de Guanabara, zonas costeiras e proteção das águas

■ Gestão pública

1. Inserir a despoluição da Baía de Guanabara e de seus ecossistemas associados na agenda de prioridades de políticas públicas municipais, estaduais e federais.
2. Recuperar e despoluir as zonas costeiras, incentivando seu desenvolvimento econômico sustentável.

■ Estudo técnico

3. Mapear as áreas costeiras, com o objetivo de elaborar um diagnóstico socioambiental.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar as ações das colônias de pescadores, comunidades e outras indústrias (principalmente a naval) que poluem a Baía de Guanabara e a zona costeira em seu entorno.

■ Comunicação

5. Divulgar o diagnóstico e as propostas de plano de ação para a proteção de áreas costeiras, indicados no Projeto Orla.

● Monitoramento de mananciais e manguezais do município

■ Estudo técnico

1. Traçar o perfil das condições das lagoas, rios e da Baía de Guanabara, para subsidiar o combate ao assoreamento destas localidades.

■ Programa

2. Elaborar programas de monitoramento das áreas de manguezal do município, visando a sua recuperação.

■ Gestão pública

3. Fortalecer as ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade voltadas à preservação de mananciais e manguezais do município.

● Proteção do sistema lagunar

■ Gestão pública

1. Identificar os melhores mecanismos para captar recursos financeiros para o gerenciamento dos sistemas lagunares.

■ Capacitação

2. Realizar programas de qualificação e formação continuada de agentes ambientais, em parceria com o Inea e o Ibama.

■ Infraestrutura

3. Promover a retomada do posto avançado do Canal de Camboatá.

■ Programas

4. Realizar programas de combate à ocupação irregular no entorno das lagoas de Piratininga e Itaipu.
5. Buscar apoio técnico de ONGs e universidades para a recuperação das lagoas de Piratininga e Itaipu.

● Gestão dos recursos hídricos

■ Gestão pública

1. Elaborar novas políticas públicas para a preservação de nascentes.
2. Criar incentivos fiscais (descontos no IPTU e ISS, por exemplo) para empresas e pessoas físicas (condomínios e residências) que utilizem captação e reutilização das águas das chuvas.

■ Projetos

3. Elaborar projetos voltados à gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de regular seu uso, controle e proteção, em conformidade com a legislação e as normas pertinentes.
4. Desenvolver atividades e projetos que promovam a recuperação e a preservação da quantidade e qualidade das nascentes e cursos d'água que caracterizam a bacia hidrográfica.

■ Planejamento

5. Criar banco de dados com as informações relativas aos recursos hídricos do município.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar o despejo de resíduos tóxicos no solo, rios, lagoas e Baía de Guanabara.

Possíveis parceiros

ANA . Cedae . Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá . Coppe – UFRJ . Eletrobras . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fundação Municipal de Educação . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica .

Ibama . Inea . Instituto Baía de Guanabara . Jardim Botânico de Niterói . Ministérios (Meio Ambiente, Integração Nacional) . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Cultura) . Universidades . WWF.

Possíveis fontes de financiamento

ANA . CNPq . Conservação Internacional do Brasil . Eletrobras . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . ICMS Ecológico . LOA . PDA – Mata Atlântica . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

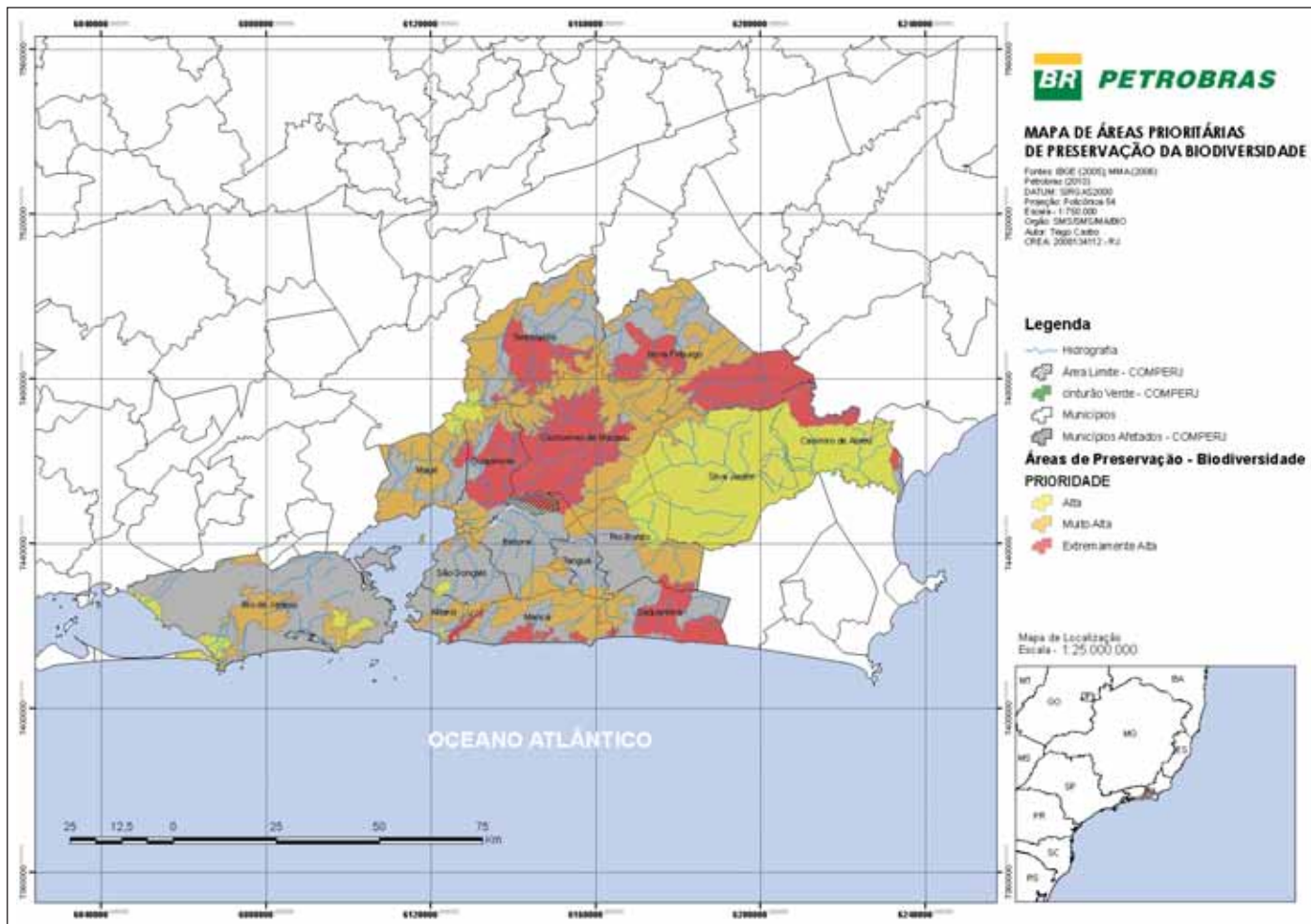
O município de Niterói está localizado entre a serra e o mar, e abriga grande variedade de ecossistemas. As áreas de preservação ambiental e de fragmentos isolados de Mata Atlântica possibilitaram a identificação de diversas espécies da fauna e da flora, caracterizando a existência de uma rica biodiversidade.

A cobertura vegetal do município é composta basicamente por matas secundárias em vários estágios de sucessão e majoritariamente por espécies nativas da Mata Atlântica, como bromélias. A fauna também é rica, e pesquisas apontam a ocorrência de mais de 150 espécies de aves, algumas ameaçadas de extinção, além de espécies de anfíbios, répteis e pequenos mamíferos. Uma ameaça à biodiversidade local é a caça de animais silvestres, principalmente nas Unidades de Conservação.



Ipê rosa

Mapa 4: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de Niterói e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010).

Os resultados dos estudos desenvolvidos pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro na região do Alto Mourão são de grande interesse e valor científico. Foram identificadas cerca de 350 espécies vegetais pertencentes a cem famílias, a maioria de ocorrência na Mata Atlântica. Contudo, um dos maiores problemas é a *inadequação de instrumentos de conservação relacionados à falta de divulgação do inventário de fauna e flora local*.



Colhereiro-rosa

Segundo a população, o município tem a *possibilidade de desenvolver projetos voltados à preservação de sua biodiversidade em parceria com instituições públicas e privadas, como universidades, hortos florestais, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, entre outros*. Nas regiões costeiras, *existem trabalhos científicos na área de Biologia Marinha*.

Segundo os participantes do Fórum, a participação do poder público local na elaboração de ações estratégicas de proteção ao meio ambiente pode se dar através da *Secretaria de Meio Ambiente , Recursos Hídricos e Sustentabilidade*. Todavia, ressaltam que a fiscalização ambiental no município é insuficiente, o que denota a falta de compromisso das autoridades com a preservação.

Como em todo o estado, a fragmentação da Mata Atlântica é a ameaça mais significativa para a perda de biodiversidade em Niterói. O isolamento dessas áreas diminui progressivamente suas chances de se conectarem. Desta forma, seu potencial de manutenção dos processos ambientais fica cada vez menor, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

*A vegetação de mangue ainda resiste na
Lagoa de Piratininga*



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Proteção da biodiversidade local

■ Gestão pública

1. Criar um Plano de Gestão da Biodiversidade, integrando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Inea, Ibama, representantes da sociedade civil organizada, Conselhos Municipais e órgãos de classe, para tornar mais eficiente a fiscalização da biodiversidade local.

■ Estudo técnico

2. Fazer um inventário da fauna e da flora dos ecossistemas de Niterói, divulgando os resultados de forma ampla.
3. Realizar um diagnóstico das atividades potencialmente impactantes para a diversidade biológica da região.

■ Programas

4. Elaborar um programa de controle ambiental e monitoramento de espécies exóticas.

■ Articulação

5. Estabelecer parcerias com órgãos públicos estaduais e federais, universidades e centros de pesquisa para viabilizar um banco de dados de inventários biológicos, que possa ser acessado pela população e pesquisadores.

■ Comunicação

6. Buscar mais informações sobre a coleção do herbário localizado no Jardim Botânico de Niterói, visando obter subsídios para atualizar a lista de espécies da região.

■ Infraestrutura

7. Estudar a viabilidade de criar viveiros para animais silvestres apreendidos em cativeiros, com o objetivo de reabilitá-los e reintegrá-los à natureza.

● Reorganização da estrutura governamental para proteção da biodiversidade local

■ Gestão pública

1. Criar o Conselho Municipal de Conservação da Biodiversidade.
2. Criar o Fórum Municipal de Conservação de Ecossistemas.
3. Incluir no orçamento anual do município os recursos necessários à implantação de políticas públicas de conservação da biodiversidade.

■ Planejamento

4. Desenvolver um plano de ação para criar corredores ecológicos entre os remanescentes florestais.

● Criação de um programa de gerenciamento marinho

■ Gestão pública

1. Desenvolver ações de suporte ao gerenciamento da biodiversidade marinha, mediante a produção de novos conhecimentos, apoio às atividades de controle ambiental e implantação de instrumentos de gestão.

■ Comunicação

2. Divulgar os resultados dos trabalhos científicos na área de biologia marinha.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar as embarcações que despejam águas de lastro nas áreas costeiras e inibir a proliferação de espécies exóticas.
4. Fiscalizar a instalação de redes de espera nas praias oceânicas e da Baía de Guanabara, com o objetivo de coibir a pesca predatória.

● Produção de conhecimento sobre a biodiversidade local

■ Gestão pública

1. Integrar as Secretarias e Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia, Cultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e universidades para a elaboração de planos de trabalho voltados ao conhecimento da biodiversidade local.

■ Planejamento

2. Incentivar a promoção de pesquisas científicas, com o objetivo de realizar um censo da biodiversidade local.

■ Comunicação

3. Produzir, divulgar e distribuir periódicos que socializem as informações relativas à conservação da biodiversidade.
4. Promover campanhas de sensibilização da população sobre o tema, por meio de palestras e seminários, entre outros.

Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Fundação Municipal de Educação . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . Inea . Jardim Botânico de Niterói . MMA . MP . Museu Nacional do Rio de Janeiro . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Cultura) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&tA . CNPq . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Conservação Ambiental . ICMS Ecológico . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Química Amparo (Produtos Ypê).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75°C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

Niterói tem um clima do tipo tropical úmido, com sazonalidade bastante definida. O verão é quente, úmido e muito chuvoso, com chuvas concentradas entre os meses de outubro e março. Já o inverno é frio e seco (Nimer, 1979). Com base nos dados fornecidos pelo INMET (2006), a temperatura média anual é de 23 °C e a precipitação média anual é de 1.200 mm, aproximadamente.

Os participantes do Fórum de Niterói mostraram-se preocupados com o impacto das mudanças climáticas causado pelo *adensamento demográfico que será gerado com a implantação do Comperj, aumentando a emissão de gases poluentes e a geração de resíduos sólidos*. Segundo os moradores, a *falta de informações e parâmetros de controle da qualidade do ar* pode contribuir para a *não aplicação da legislação regulatória*. Paralelamente, informam que *não há investimentos previstos em projetos de utilização de tecnologias limpas*.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade deu um passo importante, recentemente, com relação ao cumprimento da Meta de Carbono Neutro, calculado com base no Protocolo GHG (*Greenhouse Gas Protocol*) – ferramenta usada para contabilizar emissões de gases estufa, visando à adoção de projetos de mitigação. A estimativa é de que a Secretaria

terá que plantar 1.500 árvores para compensar suas emissões de gases estufa este ano³ no município.

A qualidade do ar na cidade será monitorada em pelo menos mais dois pontos pelo Inea, que já instalou uma estação no Fonseca em 2011. A estação permite a medição de partículas inaláveis segundo o parâmetro recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

3 Site da prefeitura – 31 de maio de 2011.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Monitoramento da qualidade do ar

■ Articulação

1. Promover parcerias entre a prefeitura, universidades e centros de pesquisa para elaborar programas de controle da poluição do ar.

■ Comunicação

2. Divulgar informações sobre a qualidade do ar em vários pontos do município (ex.: Aterro do Morro do Céu).

● Políticas de desenvolvimento de tecnologias limpas

■ Gestão pública

1. Desenvolver ações de fortalecimento do programa de biodiesel.
2. Promover a produção e conversão de biogás em energia nos aterros sanitários.

● Campanha de proteção contra as mudanças climáticas

■ Gestão pública

1. Assegurar mais investimentos em transportes hidroviários, ferroviários e cicloviários
2. Elaborar o Plano Municipal de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

■ Planejamento

3. Promover o uso de gás natural e de outros combustíveis alternativos não poluentes nos veículos de transporte de massa.
4. Promover a prática de reflorestamento, principalmente em áreas urbanas, para melhorar a qualidade do ar.
5. Promover rodízio de carros de passeio por placas.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar os transportes de massa, inclusive os alternativos, que usam combustíveis derivados de petróleo.
7. Fiscalizar o uso das ciclovias.

■ Infraestrutura

8. Incentivar o uso de bicicletas a partir da construção de ciclovias interligadas, com estrutura adequada (asfalto em boas condições, sinalização etc.).

Possíveis parceiros

Detro . DNIT . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Inmet . Inpe . Ministérios (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas Associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Fundo Municipal de Conservação Ambiental . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.







2

Ordem Física

HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

Assentamentos precários – 1) Favelas, vilas, mocambos; 2) Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; 3) Cortiços; 4) Conjuntos habitacionais degradados (Fonte: Ministério das Cidades).

A densidade demográfica de Niterói é elevada (3.767 habitantes por km²)⁴, assim como nos demais municípios que formam a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Segundo estudos do Lima-Coppe/UFRJ² (2008), anteriores ao Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a situação de Niterói pode ser agravada se mantida a tendência atual, já que a área urbana do município equivale a quase a metade de sua superfície (48,2%). O mesmo estudo sugere que a pressão da expansão urbana (considerando o horizonte de 2020) poderá interferir negativamente nas condições ambientais e sociais de Niterói, consideradas críticas.

A estrutura administrativa do município para dar apoio às iniciativas na área de habitação inclui as Secretarias Municipais de Habitação, de Urbanismo, de Controle Urbano, de Defesa Civil e de Acessibilidade e Cidadania. Niterói está elaborando um Plano Local de Habitação de Interesse Social e conta com um Conselho Municipal de Política Urbana (Compur) e com um Fundo Municipal de Habitação (Fuhab).

O grupo se ressentia da falta de *uma política pública de habitação eficaz*, que faça frente ao *forte crescimento urbano*. Também reclama mais fiscalização, para inibir as *construções desordenadas e inacessíveis, especialmente*

4 Censo IBGE, 2010.

O número de favelas praticamente triplicou a partir de 2000, quando o Censo do IBGE registrava apenas 43. De acordo com o Plano Diretor em vigor no município, em Niterói existem cerca de 100 favelas, onde vivem em torno de 190 mil pessoas. A maioria delas está localizada nos os morros da cidade, mas o grupo ressalta que há *ocupação irregular das encostas pelos diversos segmentos da sociedade*.

A Secretaria Municipal de Habitação tem atuado junto aos empresários da construção civil e à Caixa Econômica Federal para viabilizar projetos habitacionais principalmente para famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00, na tentativa de solucionar o problema de moradia dos desabrigados e desalojados pelas chuvas de abril de 2010. Também vem desenvolvendo ações para construir moradias para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00, através do programa Minha Casa Minha Vida.

Plano Diretor – Lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município. É o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar o poder público e a iniciativa privada no que se refere à construção dos espaços urbano e rural, e à oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida à população.

Estão em análise na prefeitura diversos outros projetos que totalizam 1.468 unidades, e estão em desenvolvimento nas construtoras 1.888 unidades habitacionais. Ao todo, a Secretaria Municipal de Habitação propiciará a construção de 5.514 unidades habitacionais.

Outro projeto em desenvolvimento é a construção de 5 mil unidades habitacionais no Bairro do Sapê (Estrada da Fazendinha), em parceria com os governos estadual e federal, com conclusão prevista para dezembro de 2012.

Em 2010, foram entregues 93 unidades habitacionais, originariamente construídas pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), promovido pelo Ministério das Cidades, que foram destinadas às vítimas dos deslizamentos no Morro do Bumba.

As obras do PAC e do programa Minha Casa, Minha Vida reservam um pequeno percentual de casas com acessibilidade a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, quando *o ideal seria que todas as unidades fossem concebidas com os princípios do desenho universal⁵* e a partir do uso de *tecnologias de construção sustentáveis*. Uma das reivindicações é que as políticas públicas municipais sigam este exemplo e contemplem o *direito de acessibilidade dos portadores de necessidades especiais* em suas obras.

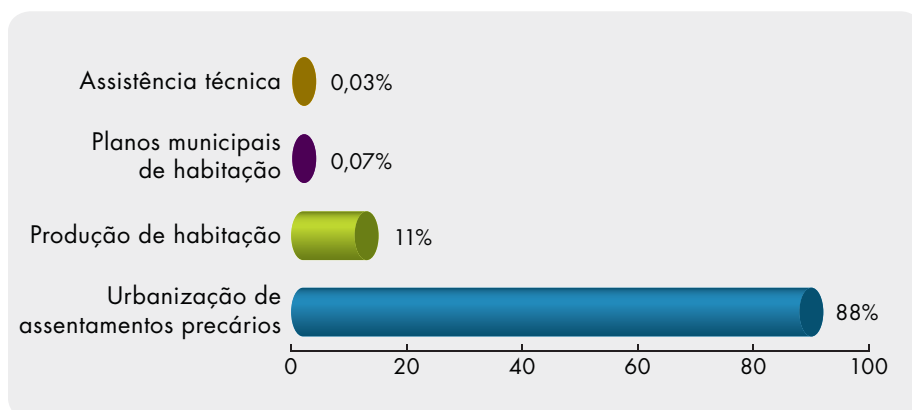


Há ocupação irregular de áreas verdes por parte de todas as classes sociais

⁵ Indica como projetar produtos e ambientes para serem usados por todos, sem necessidade de adaptação para pessoas com deficiência.

As ações previstas pelo PAC na área da Habitação para a Região do Conleste, para o período de 2007 a 2010, somavam investimentos no valor de R\$ 120 milhões, assim distribuídos:

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo.

De acordo com o Balanço de 3 Anos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de fevereiro de 2010, Niterói foi beneficiada com quatro programas: Preventório (gestão do governo do estado), Cocada, Capim Melado e Vila Ipiranga (gestão da Emusa), entre outros investimentos na área de habitação.

Um desafio a ser enfrentado é o *remanejamento das populações que ocupam irregularmente as áreas de risco geológico e de mananciais para conter a destruição e a ocupação desordenada das APAs.*

Também preocupam a população a *ineficiência da política existente, a falta de recursos financeiros para promover a regularização fundiária e a não aplicação da Lei de Contrapartida de Solo, de acordo com o Estatuto da Cidade, principalmente em relação às pessoas carentes.*



Construção de moradias populares no Morro do Preventório

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Políticas públicas de habitação

■ Comunicação

1. Divulgar os dados das pesquisas demográficas realizadas no município.

■ Gestão pública

2. Rever o Plano Municipal de Ordenamento Urbano Integrado.
3. Construir casas populares, priorizando as famílias locais que recebam até três salários mínimos, as desalojadas nas enchentes e as mulheres chefes de família em situação adversa.
4. Investir no setor de habitação, garantindo o cumprimento dos critérios básicos para a qualidade de vida.
5. Atualizar o cadastro do aluguel social, mantendo em dia os pagamentos.

● Medidas para conter a ocupação desordenada

■ Comunicação

1. Informar a população sobre os perigos da ocupação desordenada em áreas ociosas (ações desenvolvidas pelo Núcleo de Regularização Fundiária – Nurf).

■ Gestão pública

2. Remanejar para outras localidades as famílias que estão em áreas de risco, de acordo com o Estatuto da Cidade.
3. Desenvolver um modelo participativo de gestão territorial.
4. Cobrar a atuação das Secretarias Municipais de Urbanismo, Planejamento, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e sustentabilidade, para a delimitação de áreas de risco, e implantar o Plano de Ordenamento Urbano Integrado.
5. Captar recursos para a construção de casas populares nas áreas de interesse social, de acordo com o Estatuto da Cidade.

■ Fiscalização

6. Elaborar um sistema de fiscalização e controle da ocupação do solo, através dos serviços de “disque-denúncia”.
7. Fiscalizar as áreas no entorno das Unidades de Conservação (zonas de amortecimento), para que não sejam ocupadas e desmatadas.
8. Criar e divulgar o mapa das áreas de risco do município.

■ Articulação

9. Desenvolver trabalhos integrados com os órgãos governamentais e ONGs para conter a ocupação desordenada.

● Soluções emergenciais e pontuais para os problemas habitacionais

■ Infraestrutura

1. Equipar o órgão de Defesa Civil do município com técnicos, viaturas e demais aparelhos.

■ Programas

2. Implantar um programa de gerenciamento de áreas de risco.

■ Gestão pública

3. Implantar um plano de emergência e treinamento, com a função de alertar os moradores de áreas de risco potencial, planejando ações imediatas que previnam tragédias.
4. Atualizar sistematicamente o mapa de controle das invasões nas áreas de risco.
5. Realizar ações preventivas que promovam a contenção das encostas.

● Mecanismos estratégicos para a solução de problemas fundiários

■ Programas

1. Elaborar um programa de legalização do uso do solo, usando os conhecimentos produzidos pelo Núcleo de Projetos de Habitação e Urbanismo (Nephur – UFF) e assegurando a participação popular.

■ Gestão pública

2. Realizar ações voltadas à regularização fundiária, de forma transversal, com a participação de todas as Secretarias Municipais.

Possíveis parceiros

Ampla . Câmara Municipal . Cartórios . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . Emusa . IBGE . Ministério das Cidades . Nephur . Nurf . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Assistência Social e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Renda) . Sebrae . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Habitação, Obras e Serviços Públicos).

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Energ . CT-Infra . Empresas associadas ao Comperj . Finep . LOA . Ministérios (Cidades, Minas e Energia) . PAC . Plano Nacional de Habitação . Secretaria Estadual de Habitação.

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

O Plano de Saneamento de Niterói, de novembro de 2010, contempla as ações previstas para universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgotos na cidade no prazo de cinco anos. É composto por três etapas: Plano Diretor de Esgoto de Pendotiba; Plano Diretor de Esgoto da Ilha da Conceição; Conclusão da implantação da rede coletora de esgotos do Engenho do Mato.

A assinatura do Pacto Regional de Saneamento entre os municípios da área de influência do Comperj, com apoio do BNDES, Petrobras e governo do estado do Rio de Janeiro, foi destacada pelo grupo como um passo importante para solucionar os problemas de saneamento no município.

Esgoto Sanitário

Segundo a concessionária Águas de Niterói, o sistema de coleta e tratamento de esgoto do município é formado por sete estações, elevando Niterói a um patamar de atendimento muito acima da média nacional. No município, mais de 80% do esgoto sanitário doméstico em área urbana são coletados e tratados. As informações sobre as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) podem ser acessadas em www.aguasdeniteroi.com.br.

Das sete ETEs do município, duas tratam os esgotos em nível terciário – sistema que promove a desinfecção das águas residuais para remover organismos patogênicos. Foram as primeiras construídas no estado do Rio de Janeiro, especialmente para proteger as lagunas de Piratininga e Itaipu, e estão entre as mais modernas do País.

Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) – Infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento, elas são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou são “reutilizadas” para fins domésticos) através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

As ETEs com tratamento em nível terciário são importantes para a proteção das lagunas, pois reduzem em até 95% o despejo de carga orgânica no meio ambiente, além da retirada de nitrogênio e fósforo. Estes elementos, quando presentes em grande concentração, favorecem a proliferação de algas, o que pode levar à diminuição do oxigênio dissolvido na água e à mortandade de peixes.

Em novembro de 2005, foi inaugurada em Niterói a primeira Rede Coletora de Chorume do Brasil, interligada ao aterro sanitário do Morro do Céu, na Zona Norte do município. O sistema transporta o chorume produzido pelo lixo do aterro (cerca de 250 mil litros por dia) para a ETE Icaraí. Atualmente, o aterro recebe cerca de 750 toneladas de resíduos diários. Mesmo após desativado, o aterro vai produzir chorume por mais 20 anos.

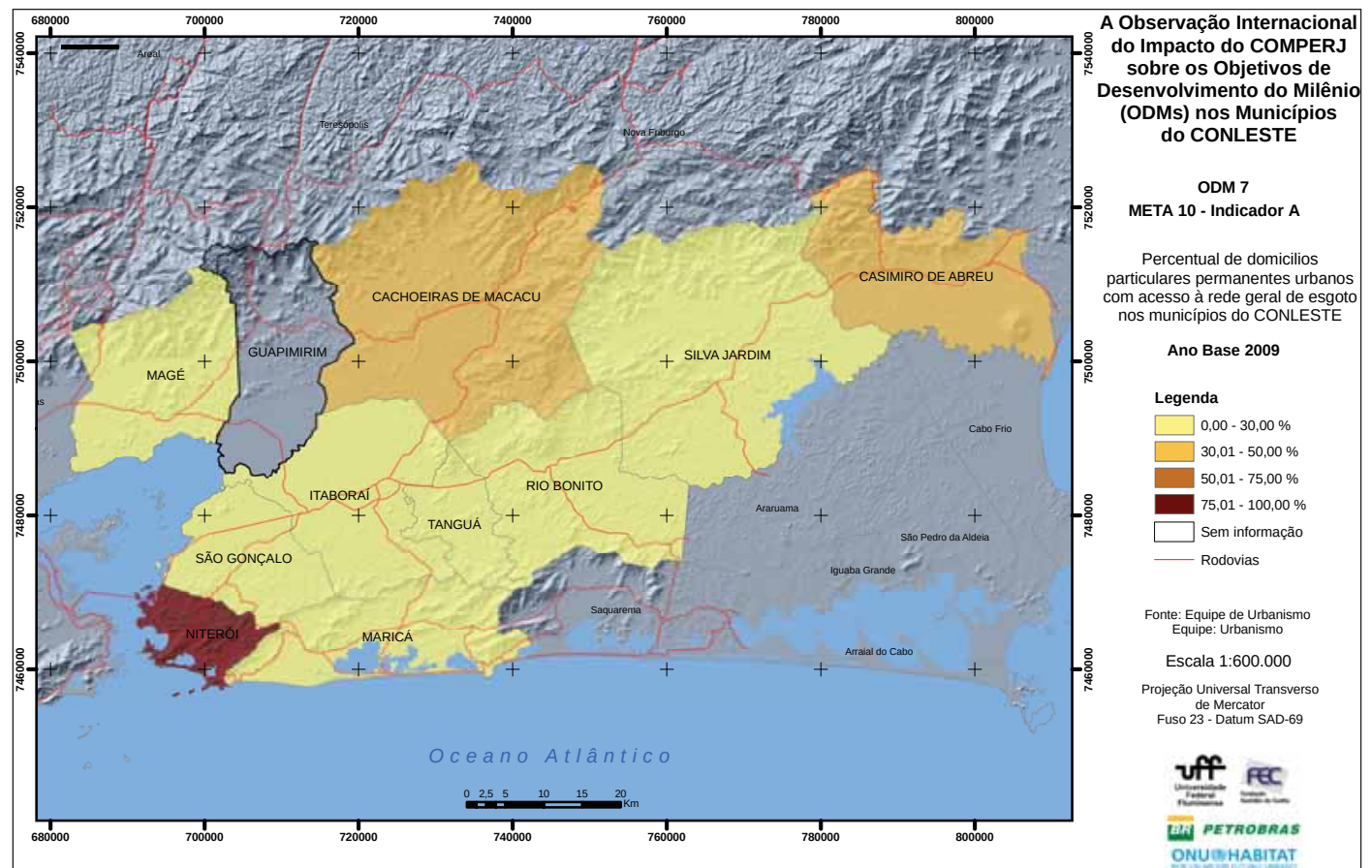
Mas nem todo o esgoto da cidade vai para as Estações de Tratamento – 10% dos domicílios ainda não são ligados às redes coletoras, principalmente aqueles localizados em favelas, onde a ocupação desordenada dificulta a implantação dos serviços de coleta. Há, ainda, as áreas servidas por ligações clandestinas. Muitos prédios construídos antes de haver as redes de esgoto nunca fizeram as ligações necessárias e continuam lançando esgoto diretamente nos rios ou nas redes de águas pluviais.

Os bairros de Pendotiba, Rio do Ouro e Várzea das Moças ainda carecem de coleta e tratamento de esgoto. A fim de universalizar os serviços de coleta e tratamento no município, a empresa Águas de Niterói iniciou, em 2011, a execução do Plano Diretor de Pendotiba, que atenderá também os bairros de Rio do Ouro e Várzea das Moças. A previsão da concessionária é concluir a construção de seis ETEs em cinco anos.



Niterói se encontra entre as três cidades com melhor índice de saneamento do país

Mapa 6: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

Abastecimento de Água

Niterói é abastecido pelo sistema Imunana-Laranjal. A água é retirada do Rio Macacu através do canal artificial de Imunana e bombeada até a Estação de Tratamento de Água Laranjal, em São Gonçalo, onde é tratada. A responsabilidade por estes procedimentos é da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae). Do volume total de água tratada pela Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, cerca de 1.800 litros por segundo são destinados ao município e distribuídos a 100% da população pela concessionária Águas de Niterói.

A empresa mantém dados atualizados sobre a qualidade da água em seu *site* na internet: <http://webintra.aguasbr.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=305>

De acordo com os representantes do Fórum da Agenda 21, há *grande desperdício de água em virtude da falta de manutenção das tubulações sob a responsabilidade da concessionária*.

Em março de 2011, o índice de perda nas redes de distribuição de água sob a responsabilidade da Concessionária Águas de Niterói era de 18%, bem inferior à média nacional, que está acima de 40%.

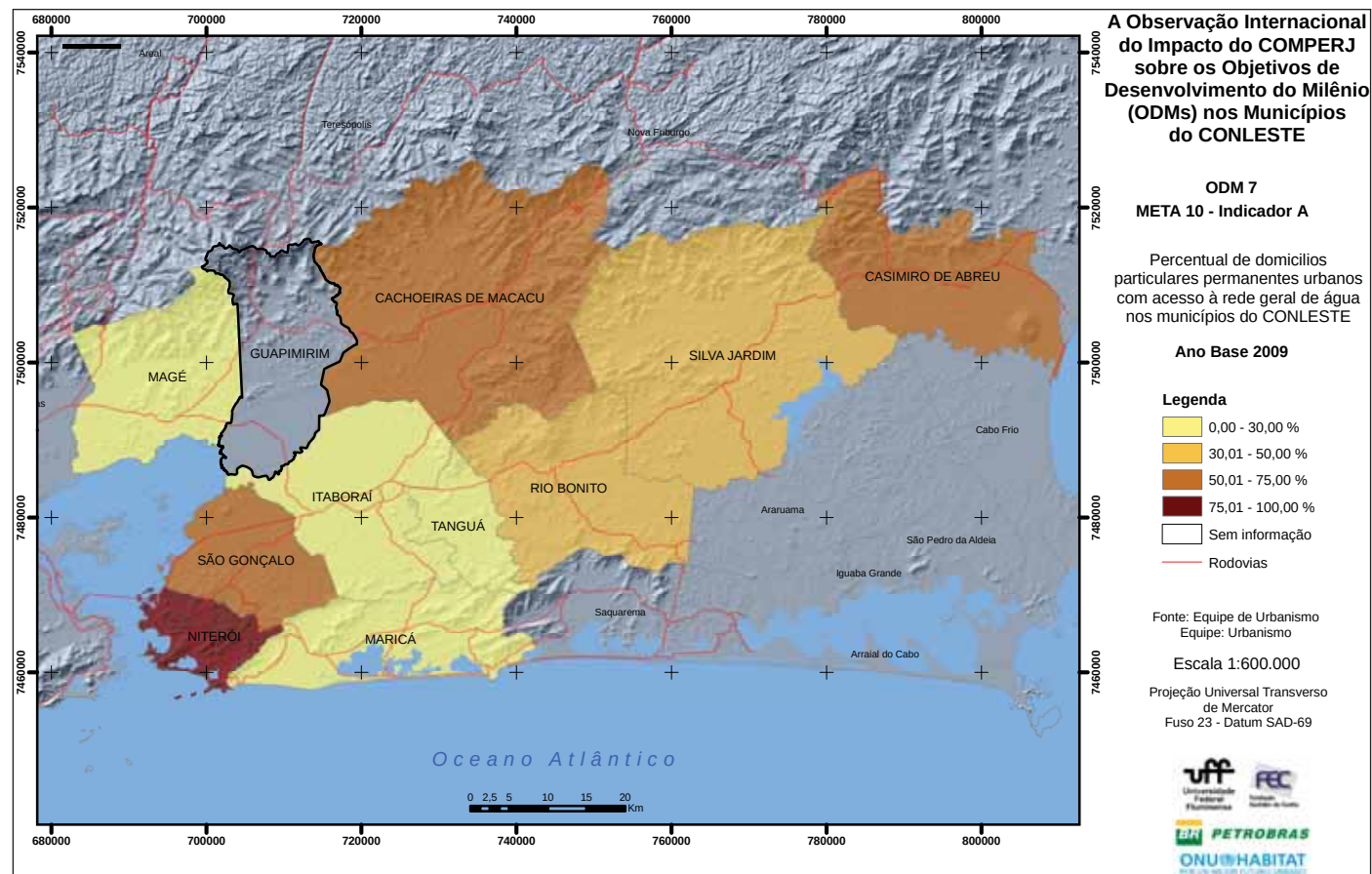
O Rio Macacu é o único manancial para o abastecimento de água aos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá e vem dando sinais de escassez para suprir a demanda da população. Estiagens prolongadas ou aumento de consumo no verão vêm provocando falta de água nas residências.

A intensificação do crescimento da cidade e de toda a região, decorrente principalmente do estabelecimento do Comperj, leva à previsão de uma crise por falta de água. Embora se tenha definido que a água para alimentar o complexo industrial será trazida da Estação de Alegria, no Rio de Janeiro, é urgente definir as formas de suprir a demanda esperada pelo desenvolvimento da região. Em paralelo, é preciso diminuir o desperdício em todo o sistema, desde a captação. É necessário, também, promover campanhas de redução de consumo voltadas para o usuário final não só em Niterói, como nos outros municípios dependentes do Macacu.

São necessárias ainda medidas para informar a população sobre a origem da água consumida, as ameaças ao abastecimento e o modelo de gestão dos recursos hídricos. A Concessionária Águas de Niterói desenvolve e apoia programas realizados na cidade que tenham como objetivo principal informar, orientar e conscientizar a população sobre o uso da água.

O Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara propõe ações para reduzir o consumo de água antes de serem tomadas medidas para o aumento da oferta hídrica.

Mapa 7: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

Resíduos Sólidos

A cidade ocupa a terceira posição entre as que mais produzem lixo no estado, segundo o movimento “Niterói Como Vamos”. O volume de resíduos sólidos gerado em 2010, segundo a Companhia Municipal de Limpeza (Clin), foi de 750 toneladas diárias, que são levadas para uma célula sanitária no Morro do Céu.

Um dos maiores problemas é o lixo gerado pela construção civil, que mereceu por parte do governo municipal a adoção de um Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, de acordo com o previsto na Resolução Conama nº 307/2002.

Uma parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) incentivou a criação do Selo Verde, uma certificação para normatizar a coleta dos resíduos da construção civil, de modo que as empresas sejam responsáveis pelos resíduos que produzem.



A Clin (Companhia de Limpeza Urbana de Niterói), é responsável pela limpeza das ruas e das praias da cidade

As primeiras obras foram certificadas em outubro de 2005, e a ação resultou na diminuição do volume de resíduos. Mas ainda *falta um local adequado para a destinação deste material.*

Niterói tem um trabalho pioneiro na coleta seletiva de lixo, no bairro de São Francisco. Iniciado em 1985 em parceria com a UFF, é considerado o primeiro trabalho sistemático do gênero no Brasil. Atualmente, a Clin desenvolve um programa de Coleta Seletiva de Lixo (Reciclin) que consiste em coletar os resíduos sólidos recicláveis (papel, plástico, vidro e metal), dando-lhes uma destinação final adequada. São cerca de 250 toneladas de lixo reciclável recolhidos por mês, o que representa apenas 2% de todo o lixo coletado no município.

A coleta seletiva de lixo é realizada em toda a cidade de forma setorizada, de acordo com os bairros e a demanda de resíduos. Como o índice de adesão ao programa vem crescendo, a Clin adotou o sistema de Postos de Entrega Voluntária (PEVs), distribuídos em vários bairros da cidade. Além de reduzirem os custos do serviço do recolhimento porta a porta, esses postos funcionam como um canal para conscientizar a população.

O grupo se queixa da pouca divulgação dos PEVs e receia o *aumento da produção de resíduos sólidos*, mas destaca *a existência de projeto para implantação de um centro de tratamento de resíduos em Itaboraí, com abrangência aos municípios do Conleste.*

O Fórum Municipal de Lixo e Cidadania de Niterói promove o trabalho de *cooperativas de coleta de óleo de cozinha nas comunidades, em parceria com vários órgãos*, além do *recolhimento de óleo automotivo usado, baterias e garrafas PET.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Minimização dos problemas causados pelos resíduos sólidos

■ Fiscalização

1. Fiscalizar e punir empreendimentos que não tenham destino adequado para os resíduos da construção civil (notificações, multas, entre outros).

■ Gestão pública

2. Implantar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS), contemplando a área de influência do Comperj.

■ Planejamento

3. Desenvolver campanhas que envolvam a população no controle, separação e destinação dos resíduos sólidos.
4. Criar “ecopontos” em escolas e associações de moradores, entre outros locais, onde o cidadão possa depositar materiais recicláveis ou lixo que exija destinação especial (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, entre outros), para que sejam recolhidos pelas empresas.
5. Promover a comercialização dos produtos recicláveis do município, fortalecendo as cooperativas de catadores e as associações de moradores.

■ Programas e projetos

6. Desenvolver projetos de pesquisa que aproveitem os gases oriundos do aterro sanitário para a geração de energia.
7. Elaborar programas de incentivo à coleta seletiva, atendendo a todo o município.

■ Infraestrutura

8. Identificar um local específico para o depósito e tratamento dos resíduos orgânicos (centros de compostagem).
9. Construir um aterro sanitário consorciado com os municípios mais próximos, com padrões técnicos definidos e tratamento adequado, que não degrade o meio ambiente.

● Elaboração de medidas eficazes para o saneamento básico

■ Articulação

1. Realizar convênios com instituições de pesquisa para desenvolver projetos de geração de energia a partir do lodo de esgoto.

■ Gestão pública

2. Elaborar políticas de combate ao desperdício de água (campanhas educativas, por exemplo, e incentivos fiscais).
3. Assegurar maior atuação do governo municipal nas questões ligadas à distribuição de água e rede de esgotos.
4. Garantir a universalização do abastecimento de água e do sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico.

■ Infraestrutura

5. Instalar novas redes pluviais no município e ampliar as existentes.
6. Instalar fossas biológicas e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) onde não houver rede coletora.
7. Estender a rede de esgoto a todos os bairros do município.

■ Fiscalização

8. Fiscalizar a abertura clandestina na rede de águas da Concessionária Águas de Niterói.

● Ações inovadoras para a reciclagem de resíduos sólidos e líquidos

■ Comunicação

1. Ampliar a divulgação sobre o sistema de coleta realizado por empresas e a reciclagem de óleo automotivo, baterias, garrafas PET, entre outros.

■ Gestão pública

2. Desburocratizar o processo de formação de cooperativas de coleta de óleo de cozinha, estendendo seu trabalho a todo o município, incluindo as associações de moradores.

■ Planejamento

3. Realizar pesquisas para o desenvolvimento de tratamento e destino final para o óleo de cozinha usado, conscientizando a população sobre a importância de reaproveitar este material (produção de sabão, biodiesel, entre outros).
4. Estender as atividades das empresas de coleta de óleo automotivo usado, baterias e garrafas PET a todos os bairros do município.
5. Ampliar o número de cooperativas e postos de recolhimentos de óleo de cozinha.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . Clin . Concessionária Águas de Niterói . Conleste . Cooperativas de reciclagem . Coppe-UFRJ . Empresas associadas ao Comperj . Emusa . Escolas . IBGE . Inea . Ministérios (Cidades, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Obras . Secretarias Municipais (Obras e Serviços Públicos, Planejamento Urbano) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Real Santander . BID . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Infra . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . Funasa . ICMS Ecológico . LOA . Ministério das Cidades . PAC.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

Em Niterói, o serviço de ônibus urbanos é o único meio de transporte público intramunicipal da cidade, mas não atende adequadamente toda a população. São cerca de 50 linhas em atividade, todas operadas por empresas particulares, a maior parte delas com ponto final no Centro (Terminal Rodoviário João Goulart). Há um projeto de autoria do escritório Jaime Lerner que prevê a reorganização do sistema municipal a partir da construção de novos terminais e da racionalização das linhas, com a criação de faixas exclusivas para coletivos, cuja implementação já foi iniciada.

Inaugurado em março de 2010, o Corredor Metropolitano da Alameda São Boaventura reduziu o tempo de percurso dos ônibus que ligam a Região Norte ao Centro da cidade. Esta região tem seu sistema viário sobrecarregado pelas ligações intermunicipais da Região Leste Metropolitana com o centro de Niterói e a cidade do Rio de Janeiro.

Os participantes da Agenda 21 Local se queixam da *precariedade do transporte hidroviário*, que só contempla a travessia Niterói-Rio de Janeiro e é operado pela Barcas S.A. com dois tipos de embarcações, que saem do Centro de Niterói ou de Charitas com destino à Praça XV, no Rio de Janeiro: Catamarã Social e Barca Tradicional. As barcas não circulam a noite toda, e, apesar do aumento da demanda observado nos últimos anos, a empresa não ampliou a



O ônibus é o principal meio de transporte público da cidade



O sistema de transporte hidroviário precisa ampliar a oferta de trajetos e horários

oferta, o que tem ocasionado reclamações dos usuários e ocorrência de filas de espera nos horários de pico.

Outra dificuldade para os niteroienses é o acesso à estação das barcas, devido ao trânsito intenso – o tempo de deslocamento até o Rio de Janeiro ultrapassa 60 minutos.

Existe um ramal ferroviário desativado para transporte de passageiros de Niterói para Itaboraí, passando por São Gonçalo. O ramal estava em decadência, fazendo apenas duas viagens diárias, uma em cada sentido, utilizando um trem obsoleto dos anos 1950. Segundo os participantes do Fórum de Niterói, *falta um projeto eficiente de transporte de massa metroviário*, uma vez que não há previsão para o início das obras de implantação da linha 3 do metrô – que ligará a estação Carioca (Centro do Rio), passando por Niterói, São Gonçalo e, posteriormente, Itaboraí, através de um túnel sob a Baía de Guanabara –, projeto de iniciativa do governo do estado.

O grupo se preocupa com a ausência de projetos que melhorem a *mobilidade urbana* e com a *adoção de uma engenharia financeira que garanta preços justos para o sistema de transporte*. Queixa-se ainda do *aumento do número de carros nas ruas*, do *trânsito ruim* e da *ausência de uma política pública que reestruture a engenharia de trânsito*, além da *falta de infraestrutura física e social* para os transportes do município. Faz parte também das reivindicações do grupo *um projeto completo de ciclovias com fomento ao uso do transporte alternativo*.



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Medidas para a promoção e melhoria do transporte

■ Estudo técnico

1. Realizar estudo de viabilidade para implantação de sistema de transporte sobre trilhos na cidade.

■ Planejamento

2. Pesquisar as tecnologias sustentáveis mais adequadas ao transporte de massa no município, como os veículos leves sobre trilhos (VLT).
3. Rever os critérios utilizados para a cobrança de tarifas dos meios de transporte (ônibus, barcas, entre outros), visando preços mais baixos para seus usuários.

■ Gestão pública

4. Implementar o Plano Diretor de Transporte e Trânsito (PDTT).
5. Assegurar maiores investimentos do governo, em parcerias com empresas públicas e privadas, para a construção de novas ferrovias.
6. Revitalizar os transportes hidroviários.
7. Propor a criação de incentivos fiscais para empresas que utilizem combustíveis limpos em suas frotas.

■ Fiscalização

8. Fiscalizar as empresas de transporte urbano, cobrando a utilização de uma frota nova, confortável e constantemente vistoriada.

■ Infraestrutura

9. Construir terminais hidroviários para interligar outros pontos dentro e fora do município (com ênfase no trajeto Niterói-São Gonçalo).

10. Implementar a linha 3 do metrô, interligando Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

● Organização do trânsito

■ Estudo técnico

1. Realizar um estudo do tráfego da cidade, visando a um novo planejamento do setor de transporte.
2. Realizar um estudo para definir áreas adequadas para receber ciclovias.

■ Comunicação

3. Divulgar os programas de carona solidária, promovendo a diminuição de veículos de passeio nas vias públicas.

■ Infraestrutura

4. Instalar sistema de sinais inteligentes nas ruas, que variem conforme o horário.
5. Urbanizar ruas e estradas, e assegurar a manutenção das vias existentes.
6. Acompanhar a construção do Terminal Rodoviário do Largo da Batalha, com o objetivo de promover sua integração ao sistema de transporte público da cidade.

Possíveis parceiros

Agetransp . ANTT . CCR Ponte . DNER . DNIT . Fetranspor . FGV . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Transportes . Secretarias Municipais (Planejamento Urbano, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Transporte . FAT . Finep . LOA.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

A **Secretaria de Estado de Segurança (Seseg)** é o órgão responsável pela segurança pública estadual. Em 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), reunindo um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj). Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia. A expectativa é que a gestão participativa com a sociedade contribua para a adoção de soluções integradas e para o acompanhamento dos resultados das medidas adotadas. Para até o final de 2011, está prevista a conclusão do Projeto de Pesquisa de Análise Preliminar do Impacto do Comperj na Segurança Pública, com o objetivo de dimensionar seu sistema e traçar estratégias.

O município de Niterói, junto com o de Maricá, faz parte da Aisp. Além do 12º Batalhão de Polícia Militar, o município conta com sete delegacias: cinco Delegacias de Polícia, uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e uma Delegacia da Polícia Federal.

De acordo com análise criminal referente aos meses de fevereiro, março e abril de 2011, elaborada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), os delitos que registraram maior aumento absoluto, quando comparados ao mesmo período de 2010, são roubo em coletivo (mais 130 casos ou 144,4%), estelionato (mais



Posto de vigilância da Guarda Municipal na Biquinha

77 casos ou 27,0%) e roubo a transeunte (mais 76 casos ou 10,1%). Em números gerais, o total de roubos aumentou 26,0% (mais 346 delitos) no período, e os furtos aumentaram 6,3% (mais 170 delitos).

Em 2010, a Aisp 12, área que abrange Niterói e Maricá, foi a mais letal de todo o estado. Segundo o ISP, os crimes violentos (homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa e estupro) alcançaram a taxa de 597 casos por 100 mil habitantes – superior às da capital (538,2), do estado (556,9), da Baixada Fluminense (578,4) e de São Gonçalo (452,5). A análise é do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (Ceseq).

Em 2010, também houve crescimento dos casos de tentativa de homicídio. Ocorreram 33 registros a mais do que no ano anterior. Em contrapartida, o crime que apresentou a maior queda foi o de lesão corporal dolosa – em 2009, foram registradas 3,2 mil ocorrências e, em 2010, 3 mil.

A 77ª DP, que cobre os bairros de Icaraí e Santa Rosa, foi a delegacia que registrou o maior volume de roubos a pedestres. O segundo lugar ficou com a 76ª DP (Centro), com 197 ocorrências, seguida da 78ª DP (Fonseca), com 160 casos, da 81ª DP (Itaipu), com 75ª, e da 79ª DP (Jurujuba), com 36.

A Guarda Municipal tem um efetivo de 390 integrantes e atua em parte na proteção ambiental, patrimônio, praças e comércio clandestino, além de dar suporte a diversas Secretarias Municipais em eventos públicos e privados, quando solicitado. Há previsão de concurso público para a contratação de 152 profissionais.

O grupo destacou a necessidade de fortalecer a *política de controle e combate às drogas, incluindo a prevenção da entrada de adolescentes no tráfico e em facções armadas.*



76ª Delegacia Legal, instalada em prédio histórico na Praça da República

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Mecanismos de prevenção e combate ao tráfico de drogas

■ Articulação

1. Promover a articulação entre as esferas de segurança pública.

■ Programas

2. Elaborar programas para fomentar a educação e ocupação para crianças, adolescentes e jovens.
3. Idealizar programas com Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA) voltados para jovens menores de 18 anos.

■ Capacitação

4. Capacitar adolescentes e jovens em situação de risco social para trabalhar com programas e projetos existentes.
5. Promover a capacitação continuada da força de segurança local.

■ Infraestrutura

6. Construir uma clínica de tratamento e reabilitação de dependentes químicos para jovens de até 18 anos de idade.

7. Estruturar adequadamente o desenvolvimento de planos de controle, fiscalização e prevenção do tráfico de drogas.

8. Implantar UPPs na cidade, além das que estão programadas nos morros do Estado e Palácio.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Segurança . Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci.





3

Ordem Social

EDUCAÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Em Niterói, a qualidade da educação é boa, segundo os participantes do Fórum. No entanto, ressaltaram a necessidade de adotar instrumentos de comunicação que promovam a democratização do acesso à informação e de reforçar as ações que levem à conscientização das pessoas para a importância da educação. O desafio é manter a qualidade conquistada e evitar que a falta de investimentos permanentes neste setor represente problemas no futuro.

De acordo com dados do movimento Niterói Como Vamos publicados pelo jornal *O Globo* em 10 de outubro de 2010, as unidades municipais de ensino estão mal distribuídas no território, gerando desigualdades no atendimento e nos resultados. Enquanto alguns bairros estão bem atendidos, em outros o número de escolas e creches é insuficiente. Segundo especialistas consultados, a necessidade de deslocamento dos alunos provoca problemas como evasão escolar e distorção entre idade e série.

Segundo o Censo Escolar de 2006, à medida que avança o nível de escolarização em Niterói, o número de alunos atendidos diminui significativamente, caracterizando retenção/evasão escolar ou impedimento para a conclusão dos estudos em idade apropriada.

Ainda segundo o Niterói Como Vamos, os índices de distorção entre idade e série na rede municipal são preocupantes: em 2007, 25,92% dos estudantes da rede pública estavam fora da idade adequada à série que cursavam, enquanto apenas 7,67% dos estudantes da rede particular se encontravam nesta situação.

Dessa forma, embora o Ensino Fundamental esteja praticamente universalizado e o Ensino Médio atenda a grande parte da demanda municipal, com acesso garantido, o sucesso da permanência do aluno na escola ainda é um desafio. As estatísticas levantadas indicaram uma taxa de abandono de 1,9% entre alunos do 5º ano do Ensino Fundamental e de 5,2% entre alunos do 9º ano.

O município conta com 32 creches comunitárias, que atendem a 3.130 alunos. Nas 23 Unidades Municipais de Educação Infantil (Umei) estão matriculadas 3.281 crianças e, nas 46 Unidades Escolares de Ensino Infantil, 1.334, totalizando 7.745 alunos atendidos. No Ensino Fundamental, do 1º ao 2º ciclo, são atendidos 14.052 estudantes, e do 3º ao 4º ciclos, 4.604 – ao todo, são 18.656 alunos matriculados. Os dados são de abril de 2011 e se referem às unidades escolares geridas pela Secretaria de Educação e pela Fundação Municipal de Educação de Niterói (SME/FME).

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Mede a qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil.

Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

Tabela 1: Idebs observados em 2005, 2007 e 2009 e metas para a rede municipal

	Ideb Observado			Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,9	4,4	4,6	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1
Anos finais	3,8	3,8	3,8	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010).

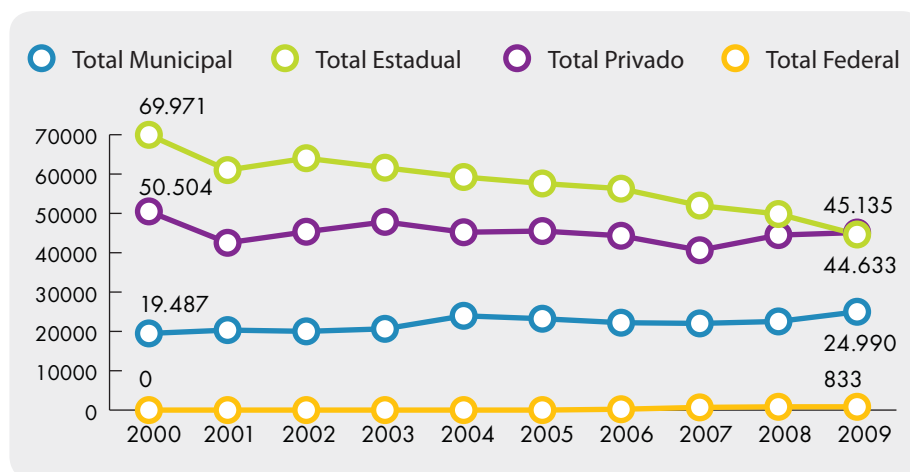


O Liceu Nilo Peçanha é uma instituição pública de ensino secundário



Niterói conta com um campus da Fundação Getúlio Vargas

Gráfico 3: Número de matrículas efetuadas no município de Niterói



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010).

A presença de universidades na cidade e a diversidade de centros de informação e tecnologia são fatores importantes do ponto de vista do grupo. A existência de oito instituições de ensino superior e de pesquisas, cinco campi e três centros universitários no município favorece a democratização dos espaços educacionais. Porém, falta cumprir o compromisso da universidade com a pesquisa aplicada em desenvolvimento sustentável do território de Niterói, conforme pactuado na ECO-92. Também faltam espaços adequados à pesquisa.

Há pouca oferta de vagas na Formação Profissional Técnica em Niterói e não há divulgação das que estão disponíveis. Na opinião do grupo, as instituições de ensino profissionalizante devem estudar estratégias para informar a população sobre as vagas disponíveis em todas as escolas, de forma a democratizar o acesso à formação profissionalizante.



Campus de Valonguinho, da Universidade Federal Fluminense - uma das mais importantes do estado

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Niterói educada

■ Gestão pública

1. Descentralizar as instituições de ensino (há localidades com muitas escolas e outras com poucas), de acordo com a demanda.
2. Ampliar o acesso ao passe escolar para atender também aos alunos do Ensino Superior.
3. Incrementar e atualizar as políticas públicas voltadas para a educação.
4. Incluir disciplinas que incentivem o exercício da cidadania (ex.: conhecimento dos direitos e deveres previstos na Constituição).
5. Implantar o horário integral no Ensino Fundamental.
6. Incluir no currículo de formação de professores e alunos a disciplina Educação Patrimonial, voltada para o conhecimento do patrimônio cultural.
7. Promover a educação de alunos para a cultura, por meio de ações nas escolas.

■ Comunicação

8. Divulgar os projetos educacionais existentes nas diversas mídias disponíveis.
9. Criar o Centro Municipal de Informações.

■ Infraestrutura

10. Ampliar o atendimento nas creches municipais para horário integral e flexível.

● Estratégias para o fortalecimento do Ensino Superior

■ Infraestrutura

1. Implantar Núcleos Avançados nas comunidades, levando o conhecimento acadêmico/científico à população.

■ Planejamento

2. Estimular as universidades a cumprirem o compromisso com a pesquisa aplicada em desenvolvimento sustentável, conforme pactuado na ECO-92.
3. Criar bolsas de pesquisa para professores e alunos que trabalhem na área de recuperação do meio ambiente e prevenção de problemas ambientais.

● Ações para a melhoria da educação profissionalizante

■ Gestão pública

1. Desenvolver ações que promovam o fortalecimento do Ensino Profissionalizante no município.
2. Oferecer Ensino Profissionalizante público, articulado com o Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas.

■ Comunicação

3. Divulgar as vagas existentes em instituições de Ensino Profissionalizante (adotar estratégias para a divulgação em todas as escolas).
4. Democratizar o acesso à informação por meio da educação.

■ Articulação

5. Promover a cooperação das empresas com o Ensino Profissionalizante mediante financiamento, estágios e oportunidades de empregos, com atuação em rede.

■ Infraestrutura

6. Criar, ampliar e fortalecer cursos técnicos em meio ambiente.
7. Criar, ampliar e fortalecer cursos técnicos voltados para o esporte, visando aos eventos que ocorrerão no estado do Rio de Janeiro até 2016.
8. Criar, ampliar e fortalecer cursos técnicos voltados para a área tecnológica, a fim de atender às demandas futuras geradas pela implantação do Comperj.

● Educação sem discriminação

■ Gestão pública

1. Criar núcleos pedagógicos de apoio a alunos vítimas, no espaço escolar, de discriminação por raça, religião, poder econômico ou nacionalidade.
2. Incluir a literatura afro-brasileira como veículo de política pública de inclusão, em cumprimento à Lei 10.639.
3. Promover o espaço público da escola como instrumento de difusão da cultura.
4. Criar bibliotecas e espaços de memória em bairros para facilitar a pesquisa, a leitura e a fruição da produção local.

■ Planejamento

5. Produzir material didático com conteúdos não discriminatórios de modo a promover a igualdade e a cidadania.

6. Criar espaços experimentais de pesquisa nas escolas da rede municipal, com foco na área tecnológica.

■ Capacitação

7. Promover a capacitação e a formação continuada dos professores das redes pública e privada de ensino, voltadas à eliminação de práticas racistas, sexistas e homofóbicas no espaço escolar.
8. Capacitar os professores para atendimento em primeiros socorros.

■ Articulação

9. Realizar ações de integração entre os alunos do Ensino Médio (rede pública e privada) e as universidades, por meio de palestras e debates.

Possíveis parceiros

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Niterói . Câmara Municipal . Conleste . Conselho Municipal de Educação . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Fundação Municipal de Educação . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Municipal de Educação . Seeduc . Senac . Senai . Sesc . Universidades . Universidade Petrobras . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Fundação Abrinq . Fundação Vale do Rio Doce . Fundeb . Instituto C&A . LOA . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . Oi Futuro . Pibic . Programa Petrobras Cultural . Prominp . Unesco.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

Em Niterói, os participantes do Fórum defendem a *continuidade dos programas de Educação Ambiental nas escolas, comunidades, associação de moradores e clubes, entre outros*, para implementar efetivamente uma agenda de sustentabilidade no município.

Uma das estratégias apontadas pelo grupo para alcançar este objetivo seria a *criação do Fórum Municipal de Educação Ambiental, contemplando todas as esferas sociais e redes de ensino*, para construir uma política de desenvolvimento e sustentabilidade. A adoção de ações específicas pode contribuir significativamente para a *continuidade dos programas de educação ambiental pelos futuros gestores governamentais*.

Na avaliação dos integrantes do grupo, o município precisa *criar programas de capacitação em áreas específicas, para formar guias e agentes comunitários, como fomento à geração de renda, especialmente para populações tradicionais*. Também defendem a *criação de programas de formação profissional para agentes ambientais* – uma vez que *não há curso técnico nesta área, nem recursos pedagógicos destinados à promoção da Educação Ambiental*, tais como a *qualificação e a capacitação de professores*. Para isto, sugerem



Sede do Parque da Cidade, na APA da Viração

a captação de recursos diretos e por meio de incentivos fiscais e financeiros para entidades dedicadas ao tema.

Eles defendem a *ampliação do Programa de Educação Ambiental, desenvolvido pelo município, para as comunidades do entorno das áreas florestais e para as instituições de ensino, famílias, empresas e escolas técnicas, visando à inserção de crianças e jovens na construção de um ambiente mais saudável.*

O município conta com uma Escola Municipal de Meio Ambiente, localizada no Parque das Águas, cujos dados sobre iniciativas ambientais poderiam ser disponibilizados aos alunos da rede pública e à sociedade.

O grupo sugere a criação de um *centro de divulgação e democratização da Ciência e da Educação Ambiental e de espaços experimentais nas escolas e comunidades, com o objetivo de promover iniciativas voltadas às questões ambientais, como reciclagem, economia de energia, reutilização de água etc.*

Ao constatar que a *população não é bem informada sobre as questões vinculadas ao meio ambiente*, o grupo indicou a *implantação de projetos de Educação Ambiental itinerantes, seguindo o exemplo do Saber Itinerante e do Eco Bus.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Promoção dos programas de Educação Ambiental**

■ **Gestão pública**

1. Elaborar uma Carta de Intenção que garanta a continuidade dos programas de Educação Ambiental em execução no município.

■ **Comunicação**

2. Realizar palestras em associações de moradores, escolas e comunidades, para sensibilizar e conscientizar crianças, jovens e adultos sobre o assunto.

■ **Programas**

3. Elaborar programas de aperfeiçoamento para profissionais da educação, das redes pública e privada, voltados para as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

■ **Capacitação**

4. Promover capacitação técnica para a formação de agentes ambientais.

● **Estratégias para a criação de um Fundo Municipal para a Educação Ambiental**

■ **Gestão pública**

1. Ampliar os investimentos em Educação Ambiental, por meio da melhoria dos recursos pedagógicos (ex.: material didático, qualificação/capacitação dos profissionais).

2. Estabelecer critérios para captação de recursos direcionados à Educação Ambiental, mediante contrapartidas ou mecanismos de compensação.

3. Criar um Fundo Municipal para a Educação Ambiental.

4. Criar o Plano Municipal de Educação Ambiental.

■ **Articulação**

5. Firmar parcerias com empresas para desenvolver programas voltados à inserção, no mercado de trabalho, de pessoas interessadas em participar de atividades ligadas à Educação Ambiental.

● **Fortalecimento de programas de preservação ambiental**

■ **Articulação**

1. Firmar parcerias com instituições que desenvolvam atividades de preservação e recuperação do meio ambiente para divulgar ações bem-sucedidas.

■ **Programas**

2. Desenvolver programas de Educação Ambiental voltados à população, como oficinas, palestras e campanhas educativas em escolas, centros comunitários, associações, empresas e outras localidades.

3. Desenvolver programas de Educação Ambiental específicos para as comunidades do entorno de unidades de conservação, com utilização de trilhas ecológicas e outras ações importantes para a preservação dessas localidades.

■ Planejamento

4. Promover atividades de Educação Ambiental nas empresas, visando à construção de parcerias com as populações do entorno.
5. Inserir o tema Educação Ambiental no currículo escolar de forma interdisciplinar, respeitando os parâmetros curriculares.

● Criação de Centros de Educação Ambiental

■ Articulação

1. Estabelecer parcerias entre a iniciativa privada e as Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade para viabilizar a construção de Centros de Educação Ambiental, fixos e itinerantes.

■ Comunicação

2. Definir como funções dos Centros de Educação Ambiental:

- divulgação e democratização da Ciência e da Educação Ambiental;

- divulgação de espaços experimentais científicos.

3. Elaborar campanhas informativas para veiculação contínua nos diversos meios de comunicação.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . CCR Ponte . Clin . Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fundação Municipal de Educação . Ministérios (Meio Ambiente, Educação) . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&tA . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em Niterói existem o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural, *cujas informações são disponibilizadas pela Secretaria de Cultura*. Os participantes do Fórum defendem a ampliação dos meios de divulgação destas informações, de modo a alcançar todos os cidadãos niteroienses.

O município tem ampla diversidade cultural, que inclui vilas de pescadores e um conjunto arquitetônico de prédios e monumentos históricos que conferem potencial turístico à cidade.

A vila de pescadores de Jurujuba é um bairro histórico – cujo nome deriva do tupi ‘Aju(r)-juba’, ou papagaios amarelos – situado no meio do caminho para o Complexo dos Fortes, antiga área de defesa da entrada da Baía de Guanabara. A região tornou-se um polo de gastronomia baseado em pescados e frutos do mar. Referência de pesca na Baía de Guanabara, a vila promove uma das maiores procissões marítimas em louvor a São Pedro, padroeiro dos pescadores, no dia 29 de junho. Em Jurujuba encontra-se também a Fortaleza de Santa Cruz, construída em 1555, importante ponto de interesse turístico.

Dentre os espaços culturais, destacam-se o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Centro Cultural Paschoal Carlos Magno (CCPCM), o Solar do Jam-

Desigualdades no acesso à produção cultural:

Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez no ano; 92% nunca visitaram museus; 93,4% jamais foram a alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro das classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste e apenas dois no Sudeste.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria.

Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/>



Biblioteca Pública de Niterói: reaberta após reformas

beiro, o Teatro Municipal João Caetano, a Sala Carlos Couto, o Teatro Popular Oscar Niemeyer, a Sala José Cândido de Carvalho, as Bibliotecas Populares de Niterói e a Biblioteca Municipal.

A Secretaria Municipal de Cultura, por intermédio da Fundação de Arte de Niterói (FAN), desenvolve um projeto inovador no cenário cultural local, o Niterói Artes, dedicado à formação de um banco de dados na internet para mapear e divulgar a produção artística local e contribuir para a formação de público e mercado para as artes na região. O projeto visa à implantação de políticas e projetos públicos voltados para a formação de plateias em eventos culturais, especialmente de jovens.

O município conta ainda com os projetos Música no Campo, Caminho Niemeyer, Niterói Livros, Niterói Discos, Projeto de Dança da Cia. de Ballet de Niterói, Projeto Aprendiz: Música na Escola, Banda Sinfônica Santa Cecília, Orquestra Municipal de Niterói e Orquestra Jovem de Niterói.

Apesar da variedade de projetos culturais existentes no município, os participantes do Fórum da Agenda 21 de Niterói criticam o fato de não haver ampliação desses projetos para as comunidades de baixa renda.

Niterói conta com um Conselho de Patrimônio e inúmeros bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), além de uma lei municipal de tombamento, que preserva o telhado e a fachada das construções, concedendo benefício fiscal aos proprietários. A população tem pouco acesso às informações sobre o patrimônio cultural e aos prédios públicos tombados.



O Theatro Municipal João Caetano é um dos destaques culturais e orgulho da cidade



O Solar do Jambeiro, construído em 1872, tombado pelo Iphan, é aberto a visitação e abriga exposições

Também de relevância histórica é o prédio construído nas ruínas da antiga estação das barcas e estaleiro da empresa Cantareira e Viação Fluminense, que está fechado. Nos arredores, na Praça Leoni Ramos, fica o histórico bairro de São Domingos.

Niterói também tem presença no esporte (Estádio Caio Martins, em Santa Rosa) e no carnaval (escolas de samba Acadêmicos do Cubango e Viradouro). Quinze vezes campeã em Niterói, a Viradouro passou a desfilar no Rio de Janeiro nos anos 1980.

Apesar de toda essa riqueza cultural, os integrantes do Fórum elencam várias iniciativas que faltam ao município: *um portal das atividades culturais integrado ao Portal Estadual da Cultura do RJ, uma instituição que reúna um banco de dados de todos os municípios do Leste e um espaço fixo que sirva como centro de criação, capacitação e preservação de atividades de artesanato e sua comercialização.*

Eles reclamam ainda da *falta de fomento à participação dos artistas locais nos grandes eventos da cidade, da inexistência de incentivo de promoção da cultura e da falta de reconhecimento e estímulo às manifestações populares.* O grupo defende a criação de *um Fundo de Cultura e a elaboração, de forma participativa, de um plano municipal para a área.* Por fim, esperam que haja uma *integração entre poder público, universidades e Conselhos para capacitar agentes culturais na cidade.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Políticas públicas de valorização da cultura

■ Gestão pública

1. Criar um programa de Vale-Cultura Municipal.
2. Instituir um prêmio municipal para as manifestações populares.
3. Criar programas de apoio à difusão e intercâmbio cultural para artistas e ativistas culturais.
4. Implantar um Sistema Municipal de Cultura em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, com o Conselho Municipal de Cultura, com o Fundo Municipal de Cultura, com a Lei de Incentivo Municipal e um Plano Municipal de Cultura de Niterói.
5. Promover o tombamento de espaços culturais de valor histórico, como o Teatro Leopoldo Fróes (fechado), a Estação Cantareira (privado), o Cinema Icaraí, o prédio dos Correios e outros.
6. Criar linhas de crédito, bolsas e prêmios como incentivo à produção cultural local.
7. Promover anualmente editais para concursos de projetos culturais com financiamento público.

■ Comunicação

8. Elaborar e divulgar um catálogo eletrônico municipal de artistas, produtores, entidades culturais e ações culturais da cidade.

■ Planejamento

9. Promover práticas culturais abertas à comunidade nas instituições de ensino, nos finais de semana.
10. Facilitar e democratizar o acesso aos Selos Culturais da cidade (Niterói Discos, Filmes, Livros) e a demais projetos que contem com financiamento público, atendendo à perspectiva da diversidade cultural.

■ Infraestrutura

11. Facilitar a construção de novos espaços culturais por meio de financiamento com juros reduzidos, patrocínio e apoio de empresas.

■ Capacitação

12. Promover a capacitação técnica dos agentes culturais para formação de projetos e captação de recursos, em parceria com universidades, Secretarias Municipais e estaduais e outras instituições.

● Estratégias para tornar Niterói um importante centro cultural

■ Infraestrutura

1. Construir Centros de Informação Cultural no município.
2. Criar o Museu de Niterói, um centro de referência da história da cidade e de seu povo.
3. Criar um Portal Municipal integrado ao Portal Estadual de Cultura.
4. Criar o Espaço do Artesão em área de grande circulação de pessoas, para criação, capacitação, preservação e comercialização da produção artesanal.

■ Projetos

5. Fomentar projetos culturais nas comunidades, promovendo atividades que atendam a todas as idades: jongo, capoeira, samba, artesanato, carnaval, circo, artes plásticas, artes indígenas, cultura pesqueira e outras, privilegiando os artistas locais.
6. Elaborar projetos culturais voltados para as comunidades.
7. Promover a Bienal do Livro de Niterói.

■ Comunicação

8. Desenvolver campanhas educativas e informativas sobre a cultura e a história de Niterói, visando incentivar o sentimento de pertencimento dos cidadãos.
9. Disponibilizar informações históricas e culturais do município, atualizadas, nos Centros de Informação Cultural e nas escolas públicas e privadas.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Estadual de Cultura . Conselho Municipal de Cultura . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Iphan . MinC . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Estadual de Cultura . Secretaria Municipal de Cultura . Senac . Sesc . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . Empresas associadas ao Comperj . Funarte . Fundação Banco do Brasil . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Instituto Itaú Cultural . Instituto Unibanco . MinC . Programa Petrobras Cultural.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

Niterói tem seis hospitais municipais, dois estaduais e um federal. O município tem ainda 14 Unidades Privadas de Saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada no Fonseca, 22 Policlínicas ou Unidades Básicas de Saúde, 33 Unidades de Médico de Família e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Segundo os participantes do Fórum Local, *não há informações disponíveis sobre captação de recursos, mecanismos de financiamento e órgãos financiadores para a área de saúde do município.*

Apesar de as *pesquisas apontarem a existência de médicos e leitos suficientes nos hospitais* em Niterói, o grupo entende que é necessário descentralizar a localização das unidades de atendimento, *ampliar a rede de postos 24h e a rede de consultórios odontológicos*, além de *aumentar o número de UPAs e de ambulâncias equipadas.*

O município *adota a política de atenção à saúde na sua perspectiva integral regional e hierarquizada de forma que os três níveis fundamentais (promoção, prevenção e assistência à saúde) funcionam efetivamente, impactando os indicadores de saúde de forma positiva.* Este fato demonstra a integração das diferentes esferas de poder.

No entanto, o grupo reivindica *a adoção de políticas preventivas na área da saúde na região do Conleste, inclusive na área de organização de regula-*



Unidade Municipal de Urgência Dr. Mário Monteiro, em Piratininga

Estratégia Saúde da Família –

O Programa de Saúde da Família (PSF/PACs) foi criado em 1994 para ampliar a atenção básica em saúde no Brasil. Entre seus objetivos está a prevenção da gravidez na adolescência. Atualmente, é definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que este termo aponta uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária à saúde e não tem prazo para terminar.



O Hospital Universitário Antônio Pedro, ligado à UFF, oferece atendimento em especialidades médicas de alta complexidade

ção dos leitos hospitalares, que são insuficientes para atender à demanda, pressionada pelos municípios vizinhos. *Falta melhorar o dimensionamento no setor de saúde para permitir um atendimento pleno e satisfatório, tanto municipal quanto na área metropolitana.* O grupo recomenda a criação de unidades específicas para tratamento de pacientes crônicos.

Também foi mencionada a falta de políticas em relação à saúde mental. No município há o Programa de Atendimento Domiciliar – Projeto de Atenção Domiciliar Terapêutica em Saúde Mental, mas os participantes do Fórum defendem a criação e manutenção de centros terapêuticos comunitários em áreas rurais, citando como exemplo o potencial para a criação de uma unidade de equinoterapia.

A saúde municipal se ressentiu, na avaliação do grupo, do controle de animais domésticos, que causam a proliferação de doenças, e da manutenção dos programas de prevenção à dengue, pois as condições climáticas são favoráveis à reprodução de vetores.

A existência de uma comunidade universitária e científica, para formação e pesquisa, é vista como aliada nas questões de saúde complementar, pois algumas universidades fazem atendimentos que às vezes não estão disponíveis na rede municipal.

A falta de uma maternidade municipal com sede própria preocupa o grupo, em função do crescimento populacional expressivo de Niterói, segundo dados da Fundação Cide. A falta de UTI Neonatal para atender à demanda do município põe em risco as mulheres com gravidez de risco e seus bebês.

Numa avaliação geral, o grupo afirma que o município tem sido uma referência na promoção da saúde na Região Metropolitana do Rio, mas precisa avançar em termos de acesso à saúde da população. Para isso, defende a universalização do Programa Médico de Família, que atua de maneira eficiente.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Adequação das políticas públicas para a saúde

■ Estudos técnicos

1. Realizar estudos de oferta e demanda de serviços de saúde em geral que permitam melhor distribuição e operação adequada na região.

■ Gestão pública

2. Investir nas políticas públicas de saúde e aperfeiçoá-las.
3. Ampliar a rede de postos 24h e UPAs, privilegiando as áreas com maior concentração populacional e/ou mais distantes do Centro.
4. Consolidar a implantação do modelo de reorientação da política de saúde mental.
5. Ampliar a cobertura do Programa Médico de Família para todos os bairros do município, especialmente as comunidades de baixa renda.
6. Investir na comunidade universitária e científica, para obter melhores resultados em formação e pesquisa.
7. Promover a articulação entre as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, para fortalecer as estruturas de atendimento em assistência básica e hospitalar de baixa complexidade.
8. Contratar mais profissionais da área de saúde por meio de concursos públicos.
9. Promover a qualificação permanente dos profissionais da área de saúde.

■ Articulação

10. Realizar convênios com universidades para a participação de estudantes universitários em programas sociais de saúde.

■ Capacitação

11. Capacitar funcionários da Secretaria de Saúde para captar recursos, promovendo o conhecimento sobre mecanismos de financiamento e órgãos financiadores.
12. Capacitar os profissionais da saúde mental sobre especificidades de gênero, faixa etária e orientação sexual.

● Saúde preventiva

■ Infraestrutura

1. Ampliar a rede de consultórios odontológicos nas unidades básicas.
2. Ampliar as equipes de médicos de família.
3. Criar um centro público de exames radiológicos e laboratoriais.

■ Programas

4. Desenvolver novos programas de saúde preventiva por meio de ações intersetoriais.

● Atendimento de qualidade para todos

■ Infraestrutura

1. Ampliar o número de ambulâncias devidamente equipadas.
2. Revitalizar a rede hospitalar de Niterói, inclusive o Hospital Universitário Antonio Pedro.
3. Criar unidades para tratamento de pacientes crônicos, principalmente portadores de doenças degenerativas.
4. Construir uma maternidade própria no município, com UTI neonatal, garantindo o acompanhamento da gestante do pré-natal ao parto.
5. Ampliar o número de policlínicas comunitárias.
6. Fazer manutenção dos centros terapêuticos comunitários em áreas rurais.
7. Criar um centro para tratamento de dependentes químicos.
8. Criar um centro de tratamento de queimados.

■ Articulação

9. Firmar convênios com a iniciativa privada para atendimento na área de saúde mental.

● Controle de vetores e doenças endêmicas

■ Gestão pública

1. Manter os programas de prevenção aos casos de dengue.

■ Comunicação

2. Ampliar as campanhas educativas sobre controle de animais em vias públicas.
3. Realizar campanhas pela posse responsável de animais domésticos.

■ Programa

4. Manter programa permanente de castração de animais domésticos.

Possíveis parceiros

ANS . Associações de Moradores . Ministério da Saúde . ONGs . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Municipal de Saúde . Fundação Orsa . Instituto Credicard . Instituto Ronald McDonald . LOA . Ministério da Saúde . Unicef.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

Em Niterói, há pouca participação da sociedade civil nos assuntos de seu interesse, segundo os participantes do Fórum. Um dos motivos apontados foi a falta de visibilidade e informação sobre a atuação dos grupos principais para aumentar o interesse do público no trabalho desenvolvido por suas organizações. Também indicaram que a mobilização, quando existe, não alcança toda a sociedade e que não há integração das políticas públicas, nem entre os entes públicos.

Existe um movimento de construção de políticas públicas, mas falta continuidade aos programas voltados para os grupos principais. Apesar dos projetos de capacitação dos grupos principais com trabalhos direcionados para mulheres, crianças, idosos e outros, falta informação adequada para os grupos menos favorecidos do município.

Há Conselhos Municipais nas seguintes áreas: Saúde, Cultura, Política Urbana, Juventude, Assistência Social, Educação, Políticas e Direitos da Mulher,

Ciência e Tecnologia, Direitos das Crianças e Adolescentes, Tutelares, Pessoa com Deficiência, Política e Atenção às Drogas, Direitos da Pessoa Idosa, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Segurança Pública, Turismo e Proteção ao Patrimônio Cultural, entre outras. São instrumentos importantes para democratizar a participação das pessoas nas políticas públicas, mas nem todos estão em plena atuação e *falta capacitação continuada dos gestores públicos e dos conselheiros*.

O grupo informa que também *faltam* mecanismos para *garantir o funcionamento do Orçamento Participativo no município, que foi esvaziado e enfraquecido*.

Para o atendimento à terceira idade, o município tem a Subsecretaria do Idoso, uma Secretaria Municipal de Assistência Social e um Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Mas *o envelhecimento crescente da população de Niterói, causado pelo aumento da expectativa de vida, demanda a ampliação da oferta de serviços para este grupo*.

Existem *políticas públicas para a Juventude, executadas pelos Conselhos da Juventude e dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), pelo Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude e pelos Conselhos Tutelares*. Os participantes do Fórum entendem que é preciso investir em *infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para os Conselhos Tutelares e fortalecer os Conselhos existentes, cujas atuações e resultados obtidos são pouco divulgados*.

Eles cobram também *a criação de mecanismos participativos para inserir as questões da infância e juventude nas decisões relativas ao desenvolvimento sustentável e a adoção de políticas públicas de prevenção à gravidez precoce e de educação sexual com ênfase nos adolescentes, de forma a possibilitar um planejamento familiar eficiente*.

Para o atendimento à mulher, Niterói tem o *Conselho Municipal das Mulheres, que incentiva a igualdade de gênero e investe na promoção de políticas públicas para esse grupo*. A *divulgação dos direitos da mulher é discreta, e há poucos canais de informação para orientar as mulheres que sofrem com o problema da violência doméstica*.

Os integrantes do Fórum afirmam que *faltam investimentos na universalização das políticas públicas voltadas para esse grupo (ex.: discriminação de gênero e/ou etnia), como a construção de creches e a ampliação da rede de atendimento à mulher*.

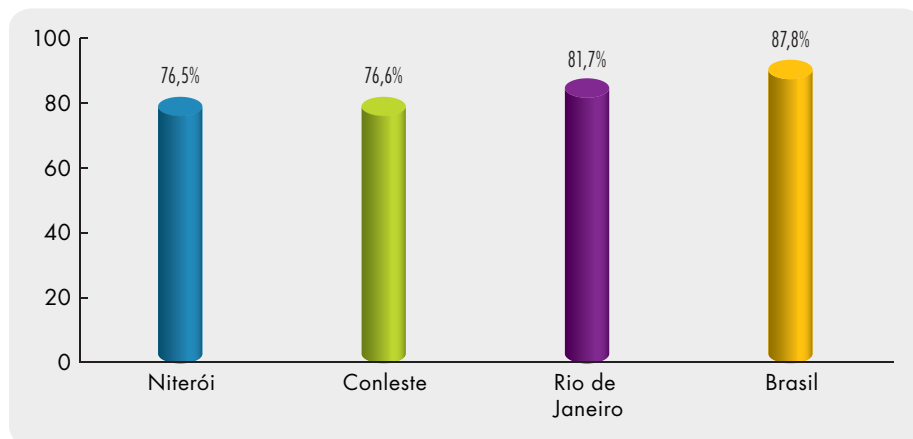
A participação da mulher na política é inexpressiva em Niterói. Em 2008, na última eleição para prefeito e vereadores, nenhuma mulher foi eleita. Na percepção do grupo, também há *necessidade de maior participação das mulheres nas questões ambientais*.



Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, no centro da cidade

No mercado de trabalho, o diferencial de remuneração entre os admitidos femininos e masculinos no município, observado em 2009, era de 76,5%, na mesma média do Conleste (76,6%), embora inferior à média do estado do Rio de Janeiro (81,7%) e do Brasil (87,8%).

Gráfico 4: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município, comparado aos do Conleste, estado do Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ONU-Habitat / UFF (2010).

Os participantes do Fórum destacam a necessidade de *construir e manter banheiros públicos com acesso adequado* e defendem a *reativação do transporte para portadores de necessidades especiais*. Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Acessibilidade e Cidadania (SMAC) vem trabalhando neste sentido por meio do Projeto Niterói Acessível.

As ONGs do município, na avaliação dos participantes do Fórum, *nem sempre cumprem suas missões*. Segundo eles, há histórico de *corrupção e lavagem de dinheiro, entre outros*. No entanto, ressaltam que *grande parte das instituições de caráter social faz um trabalho sério, reconhecido pelo poder público, que tem parcerias e trabalha com instituições e comunidades em projetos*.

O grupo acrescenta que o Terceiro Setor precisa de *incentivos financeiros e de capacitação permanente* para desenvolver um trabalho mais efetivo.

Segundo os integrantes do Fórum, *falta uma cultura participativa nas comunidades para balizar os projetos das ONGs e do Terceiro Setor na construção de propostas surgidas em Fóruns, como a Agenda 21*. Além disso, falta um mecanismo de cadastramento para acompanhar as atividades e articular as ações das ONGs no município. Também falta *capacidade técnica para acompanhar, fiscalizar e supervisionar os projetos públicos*, fato que eles consideram um entrave para avançar na eficiência municipal. Uma das estratégias



Artistas populares encontram apoio na Casa do Artesão



Aldeia Indígena Guaraní em Camboinhas

para superar tais problemas é a criação de um sistema gestor e de um Selo de Excelência.

Quanto aos trabalhadores, há necessidade de implantar políticas, projetos e programas em parceria com entidades locais, a fim de contribuir para o desenvolvimento local e sustentável dos sindicatos. O grupo se ressenha da falta de organização dos trabalhadores e de maior participação dos sindicatos nas discussões sustentáveis e defende a interlocução entre os sindicatos e o fortalecimento de políticas de geração de trabalho e renda. Sugere também a criação de Fóruns sindicais, para que os associados deliberem sobre questões ambientais, e a promoção de programas de inclusão socioambiental.

O município tem vários sindicatos, uma Federação e uma Central Sindical, mas carece de uma reorganização sindical e de mais segurança para os trabalhadores. Há deficiência na parte prática dos cursos profissionalizantes, o que faz com que os profissionais cheguem ao mercado sem preparo para as novas demandas especializadas. A falta de uma representação formal do município enfraquece o diálogo com as entidades de classe.

Niterói sofre com a perda das raízes culturais das populações tradicionais e desconhece a história desses grupos e seu papel na formação do município, embora existam pesquisas sobre o tema no Departamento de Antropologia da UFF. O resultado é a ausência de políticas públicas para os povos tradicionais.

O grupo mencionou o descaso do poder público com a comunidade de pescadores da localidade de Imbuí, que sobrevive da pesca artesanal, e mostrou-se preocupado com o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, apesar dos projetos de maricultura, em Jurujuba, e de pesca artesanal, em Itaipu, em andamento.

Esta situação pode ser revertida, na avaliação dos participantes, com a criação de centros de capacitação e qualificação de mão de obra para os povos tradicionais (escolas de pesca, cursos profissionalizantes etc.), pelas empresas e universidades, com filosofia sustentável. Atualmente, existem apenas ações isoladas que não levam a transformações significativas na realidade desses grupos.

Segundo os participantes, não há espaço físico suficiente para o atendimento e o monitoramento de projetos sociais voltados à população de rua.



Boias demarcam o local onde há cultura de mexilhões

Maricultura é o cultivo de organismos marinhos (peixes, crustáceos) em seus habitats, geralmente com objetivos comerciais.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estratégias para o fortalecimento dos grupos principais

■ Gestão pública

1. Fortalecer os Conselhos Municipais da área (compostos por governo, sociedade civil organizada, usuários).
2. Revisar, ampliar e integrar as políticas públicas relativas aos grupos principais.
3. Aprimorar os mecanismos de participação nos Conselhos, Fóruns e organizações similares.
4. Criar o Conselho de Promoção da Igualdade Racial.

■ Capacitação

5. Promover a qualificação contínua de gestores, funcionários públicos e conselheiros das áreas.

■ Programas

6. Elaborar programas de incentivos públicos e privados para os grupos principais.

■ Planejamento

7. Cadastrar as redes de grupos principais existentes, a fim de fortalecê-las.
8. Promover a participação dos grupos principais nas questões ambientais.

■ Comunicação

9. Criar um sistema de informação que dê mais visibilidade aos grupos principais e propicie maior participação da sociedade.
10. Ampliar a divulgação dos programas voltados ao fortalecimento dos grupos principais.

● Ações para assegurar os direitos dos jovens

■ Projetos

1. Elaborar projetos voltados à geração de emprego e renda.

■ Gestão pública

2. Fortalecer os Conselhos Municipais e a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude em Niterói.

■ Infraestrutura

3. Melhorar a infraestrutura nos Conselhos Tutelares (ex.: equipamentos e recursos humanos, entre outros).

■ Planejamento

4. Assegurar a continuidade dos programas de Educação Sexual nas escolas, instituições e movimentos sociais organizados do município.
5. Promover maior participação da juventude na tomada de decisões.
6. Assegurar a continuidade e abrangência dos programas de prevenção e combate ao uso de álcool e drogas ilícitas.

■ Comunicação

7. Informar os profissionais de saúde e educadores sobre a importância da notificação compulsória de maus-tratos e violência contra a criança e o adolescente.
8. Divulgar projetos e políticas públicas voltados para a criança e o adolescente, bem como os respectivos resultados.
9. Promover campanhas de estímulo à adoção de crianças, divulgando as instituições reconhecidas nessa área que atuam em Niterói.

■ Capacitação

10. Incluir a orientação sexual como tema transversal nas redes de ensino pública e privada e universidades, com a finalidade de prevenir a gravidez na adolescência e a disseminação de DSTs e HIV-Aids.

● Ações estratégicas para assegurar os direitos das mulheres

■ Programas

1. Elaborar um programa de atendimento à mulher vítima de violência.
2. Criar programas de inserção no mercado de trabalho para mulheres em situação de violência.

■ Planejamento

3. Criar uma rede para integrar informações e aperfeiçoar o atendimento às mulheres.
4. Ampliar os programas de combate à discriminação de gênero.
5. Promover maior participação das mulheres nas questões ambientais mediante programas de formação em sustentabilidade, voltados para ações de conservação e desenvolvimento.

■ Capacitação

6. Capacitar profissionais para atender mulheres vítimas de violência.
7. Capacitar os profissionais que trabalham em creches.

■ Comunicação

8. Ampliar os canais de informação que orientam as mulheres vítimas de violência doméstica.
9. Ampliar ações para divulgar os direitos da mulher.
10. Realizar campanhas que levem em conta as especificidades das mulheres.
11. Ampliar a divulgação das políticas públicas para as mulheres.
12. Promover campanhas para reduzir a violência doméstica, especialmente contra as mulheres.

■ Infraestrutura

13. Aumentar o número de creches e berçários para atender à demanda municipal, instituindo horários flexíveis, inclusive nos fins de semana.

■ Gestão pública

14. Fortalecer o Conselho Municipal da Mulher.
15. Ampliar a atuação da Coordenadoria dos Direitos das Mulheres de Niterói (Codim), promovendo sua integração com outros órgãos públicos voltados para a melhoria da qualidade de vida.
16. Criar um centro de referência para as mulheres que promova qualificação, geração de renda, acesso à alfabetização e elevação da escolaridade.
17. Criar o Plano Municipal de Políticas para Mulheres de Niterói em consonância com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

● Programa de atenção ao idoso

■ Programas

1. Elaborar um programa de Educação Gerontológica a ser desenvolvido desde a Educação Fundamental.
2. Elaborar Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA).

■ Comunicação

3. Divulgar os programas relacionados ao idoso.
4. Promover campanhas continuadas de respeito aos idosos.

■ Gestão pública

5. Integrar as políticas públicas das Secretarias e dos entes federados.
6. Promover a participação da terceira idade na mídia e na tomada de decisões.

■ Fiscalização

7. Fiscalizar o cumprimento das leis referentes aos maus-tratos contra os idosos.

● Estratégias para melhorar o atendimento das pessoas com deficiência

■ Gestão pública

1. Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde por intermédio das diretrizes da Conferência Nacional de Saúde Mental, garantindo o atendimento dos portadores de necessidades especiais nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).
2. Exigir o cumprimento da legislação referente às adaptações arquitetônicas.

■ Programas

3. Elaborar programas de geração de emprego e renda específicos para as pessoas com deficiência.
4. Elaborar programas de extensão para atender às pessoas com deficiência, em parceria com as universidades.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar e monitorar o sistema de cotas existentes nas empresas.

■ Planejamento

6. Ampliar as atividades culturais para as pessoas com deficiência.
7. Desenvolver ações específicas para garantir a reabilitação das pessoas com deficiência em todos os níveis de complexidade.

■ Infraestrutura

8. Aproveitar escolas e hospitais para atender às pessoas com deficiência.
9. Viabilizar o acesso a equipamentos, peças e utensílios de facilitação da vida cotidiana.
10. Construir banheiros públicos nos espaços livres do município com meios de acesso às pessoas com deficiência.
11. Reativar o Transporte Eficiente para pessoas com necessidades especiais.

■ Comunicação

12. Desenvolver mecanismos de comunicação que promovam a divulgação de informações sobre os benefícios e outros direitos das pessoas com deficiência.
13. Promover maior circulação de informações sobre pessoas com deficiência, visando à inclusão social.

● Estratégias para o desenvolvimento da população tradicional

■ Comunicação

1. Solicitar ao Departamento de Antropologia da UFF a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas com populações tradicionais.

2. Inventariar e divulgar informações sobre o patrimônio cultural material e imaterial das comunidades tradicionais (Aldeia Imbuí, Serra da Tiririca, Canto da Praia de Itaipu, Morro das Andorinhas, Duna Grande e Jurujuba, entre outras) e as manifestações da cultura popular (Folia de Reis, festas juninas, baianas do acarajé, jongos, capoeiras etc.).

3. Divulgar as expressões culturais indígenas por meio de eventos.
4. Elaborar campanhas de conscientização que promovam o respeito aos grupos tradicionais existentes no município.

■ Gestão pública

5. Elaborar políticas públicas que promovam o desenvolvimento e o fortalecimento das populações tradicionais.
6. Estabelecer políticas de proteção e valorização do conhecimento e da cultura da população tradicional encontrada nas Unidades de Conservação (em especial no Parque Estadual da Serra da Tiririca).
7. Cobrar maior fiscalização e rigor no cumprimento das leis contra a repressão de comunidades indígenas.
8. Buscar a manutenção e salvaguarda dos territórios com expressões culturais diversas, como as comunidades de pescadores de Imbuí.

■ Programas

9. Elaborar programas sociais de valorização da pesca artesanal.

■ Capacitação

10. Criar centros de capacitação e qualificação de mão de obra (escolas de pesca, cursos profissionalizantes, entre outros), em parceria com empresas e universidades, para a população tradicional.
11. Realizar cursos de capacitação para as comunidades pesqueiras, cooperativas de pescadores e demais populações tradicionais (ex.: formação de guias).
12. Realizar cursos de capacitação voltados à elaboração de projetos e captação de recursos.
13. Identificar e garantir as relações territoriais originais indígenas, afrodescendentes, religiosas, pesqueiras, resgatando seus calendários e datas históricas.

■ Planejamento

14. Apoiar atividades artísticas e culturais que promovam a diversidade cultural (afrobrasileira, contribuição africana, indígena, pesqueira e cigana).

■ Infraestrutura

15. Criar um Centro de Referência de Culturas e Saberes Tradicionais (Secretaria de Educação e/ou Secretaria de Cultura).

● Fazendo por quem faz por nós

■ Gestão pública

1. Criar um sistema de gestão integrada, que permita acompanhar, fiscalizar e supervisionar os projetos de natureza pública das ONGs.

■ Planejamento

2. Montar um cadastro para acompanhar as atividades e articular as ações das ONGs do município.
3. Promover a criação de instrumentos de controle e avaliação dos resultados de projetos desenvolvidos com recursos públicos.
4. Criar um Selo de Excelência, como instrumento de avaliação da gestão das ONGs atuantes no município.
5. Promover o fortalecimento e a qualificação permanente das ONGs com atuação na cidade.

■ Comunicação

6. Criar uma rede democrática de informações entre as instituições do Terceiro Setor, visando à divulgação de seus projetos e propostas.
7. Promover eventos públicos para apresentar projetos ambientais desenvolvidos por ONGs.

■ Fiscalização

8. Cobrar maior fiscalização dos Conselhos Municipais.

■ Capacitação

9. Capacitar os integrantes das associações juridicamente instituídas em elaboração de projetos e captação de recursos (ex.: Associação de Moradores, de Pescadores, Confederações etc.).

● Fortalecimento dos sindicatos

■ Planejamento

1. Incentivar os sindicatos a criarem um Núcleo de Preservação Ambiental em sua estrutura.
2. Organizar estratégias para maior atuação de representantes dos sindicatos no Fórum da Agenda 21 Local.
3. Promover campanhas que incentivem os profissionais a se sindicalizarem.
4. Ampliar a participação dos sindicatos na elaboração de políticas públicas e na utilização de assentos em todas as instâncias participativas.
5. Inserir nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio informações sobre direitos e deveres do trabalhador (sindicato).

■ Fiscalização

6. Cobrar maior fiscalização no uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

■ Capacitação

7. Estimular as empresas a promoverem a capacitação de seus funcionários por meio de cursos de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde (SMS).
8. Estimular as empresas a realizarem convênios com sindicatos e instituições profissionalizantes para capacitar (de forma inclusiva) e reciclar associados e seus familiares.

■ Comunicação

9. Elaborar palestras e cursos sobre direitos e deveres dos trabalhadores, visando atingir públicos diversos.

● Atendimento a quem mais precisa

■ Gestão pública

1. Dinamizar e ampliar o programa Casa de Passagem para atendimento a moradores de rua.

■ Articulação

2. Criar convênio com empresas privadas, com incentivos fiscais e tributários para a contratação dos egressos do sistema penal.

■ Capacitação

3. Promover programas de capacitação e geração de trabalho e renda para egressas do sistema penal, dentro e fora do sistema penitenciário.

Possíveis parceiros

Alerj . Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac) . Associação Pestalozzi de Niterói . Associações de Moradores . Câmara Municipal . CMDCA . Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro . Conselho Estadual dos Direitos da Mulher . Conselho Tutelar . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Famnit . FGV . FIA . Fundação Abrinq . Instituições religiosas . Iphan . MinC . MP . OAB . ONGs . Osciperj . Prefeitura Municipal . Rits . Sebrae . Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos . Secretarias Municipais (Trabalho, Saúde, Cultura, Esporte, Educação, Integração Comunitária, Acessibilidade e Cidadania, Assistência Social) . Senac . Senai . Sindicatos . TCE-RJ . Universidades . Viva Idoso.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Embaixada do Reino Unido . Empresas associadas ao Comperj . Finep . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Fundo Cristão para Crianças . LOA . Programa Petrobras Cultural . Pronaf . Pronasci.

PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21 de Niterói, *o município deveria otimizar os processos de produção, visando ao uso de tecnologias mais limpas. Eles entendem que a falta de programas educativos sobre consumo responsável pode ser revertida por meio da ação de empresas e citam os exemplos da Clin, Ampla, Águas de Niterói, entre outras, que proporcionam aos clientes uma visão holística da problemática do consumo excessivo. Ressaltam ainda que a rede de ensino do município educa as crianças para o consumidor responsável, visando à sustentabilidade ambiental.*

O passivo gerado pelo consumo desregrado, na avaliação do grupo, *deveria ser compensado com o retorno financeiro, para o município, dos recursos provenientes das multas aplicadas pelo Procon – que pode também ser um aliado na adoção de hábitos de consumo ambientalmente responsáveis.*

Niterói conta com uma Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor, que visa implementar políticas públicas para informar, orientar e educar a população a respeito de seus direitos, garantidos pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). A Secretaria incentiva o consumo responsável e oferece em seu *site* orientações para o consumidor de bens e serviços.



A sede do Procon fica no centro da cidade, em local de fácil acesso

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Estratégias para a mudança nos padrões de consumo

■ Programas e projetos

1. Elaborar projetos de geração de energia, em parceria com instituições de pesquisa, a partir do biogás produzido pelos resíduos.
2. Promover programas educativos, diferenciados para adultos e crianças, a fim de conscientizar e orientar a população sobre a importância da mudança nos padrões de consumo, incentivando práticas sustentáveis.
3. Elaborar programas de economia solidária e consciente.

■ Planejamento

4. Utilizar a permacultura para a promoção do desenvolvimento sustentável (captação da água da chuva, reaproveitamento de alimentos, jardins comestíveis, horta mandala, fontes alternativas de energia, entre outros).
5. Incentivar o uso de energia solar e eólica.

● Diminuição do desperdício de água

■ Comunicação

1. Promover campanhas contra o desperdício de água.

■ Projetos

2. Elaborar projetos para o aproveitamento da água da chuva.

● Ações para o fortalecimento dos direitos do consumidor

■ Gestão pública

1. Criar um Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), para promover a integração dos órgãos que se dedicam à proteção e defesa do consumidor.

Possíveis parceiros

Ampla . Associações de Moradores . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Niterói . Câmara Municipal . Cedae . Clin . Concessionária Águas de Niterói . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Ministério de Ciência e Tecnologia . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Municipais (Defesa do Consumidor, Integração Comunitária) . Senac . Senai . Sesc . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA.

ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Niterói, por sua riqueza natural, é um espaço privilegiado para o lazer da população. Na esfera municipal, as atividades nesta área são de responsabilidade da *empresa Niterói de Lazer e Turismo (Neltur)*.

A Secretaria Municipal de Esportes responde pelas atividades, projetos e programas esportivos que contam com parcerias de outras Secretarias, da iniciativa privada e de grupos organizados da sociedade civil.

Dentre os principais eventos realizados na cidade, merecem destaque as provas de iatismo, Circuito de Canoa Havaiana, Torneio de *Beach Tênis*, Campeonato de *Gateball*, Campeonato Niteroiense de Basquetebol, Festival Niteroiense de Judô, Campeonato de Escalada *Indoor*, Circuito Niteroiense de *Surf*, Copa Niterói Inter Bairros de Futsal, Copa Niterói de *Fitness*, Festival Inter Bairros de Capoeira, Regata *Free Wind*, Copa Niterói de Frescobol e os Jogos Escolares de Niterói (JEN). Realizado há mais de 50 anos, o JEN tem caráter educacional e é aberto aos alunos das escolas municipais. Em 2011, o evento reuniu 54 escolas e cerca de 3.800 alunos.

A Secretaria Municipal de Esportes também promove o Programa de Iniciação Esportiva (PIE), voltado para comunidades de baixa renda. Em 2011, o PIE atendeu cerca de 1.200 crianças e jovens. A Secretaria promove ainda o programa Férias Nota 10 – colônia de férias para os alunos da rede municipal de ensino, que alia esporte, educação e lazer.



O Complexo Esportivo Caio Martins oferece diversas modalidades esportivas. Seu estádio tem capacidade para até 12 mil pessoas



A prática de esportes ao ar livre é uma característica da cidade

Apesar de todas essas iniciativas, segundo os participantes do Fórum da Agenda 21, é preciso *incentivar a prática de atividades esportivas nas redes pública e particular de ensino e também nas comunidades*, como forma de inclusão e de promoção sociocultural.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Esporte é lazer**

■ **Gestão pública**

1. Estender a atuação da Neltur a todos os bairros do município.
2. Planejar a utilização dos espaços livres para a prática de atividades esportivas.
3. Investir no esporte como atividade de reforço da rede de ensino, apoiar iniciativas locais e estimular parcerias entre os clubes.
4. Ampliar as discussões sobre as leis de incentivo ao esporte no município.
5. Promover a integração do esporte com atividades de educação, cultura e meio ambiente.
6. Incentivar os clubes de Niterói a desenvolver projetos esportivos e educativos voltados para jovens das comunidades carentes.

■ **Planejamento**

7. Desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros para investir em atividades de lazer, principalmente nas áreas carentes.
8. Exigir que os projetos pedagógicos façam relação entre a prática esportiva e as demais disciplinas.
9. Promover a prática de esportes nas escolas de Ensino Fundamental e Médio nas comunidades.

■ **Projetos**

10. Elaborar projetos esportivos com foco nas comunidades.
11. Elaborar projetos de capacitação para toda a população, visando aos eventos esportivos que ocorrerão no estado até 2016.

■ **Infraestrutura**

12. Criar áreas de lazer nas comunidades e revitalizar as existentes.
13. Criar centros poliesportivos com áreas para eventos, feiras, atividades culturais e creche pública.
14. Criar oficinas de capacitação voltadas à fabricação de material esportivo de diversas modalidades.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Esporte e Lazer . Secretaria Municipal de Esporte . Suderj.

Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Eletrobras . Embaixada do Canadá . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Petrobras Esporte e Cidadania . Unicef.



GAVEA LIFTER

WILLY I



4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos royalties em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

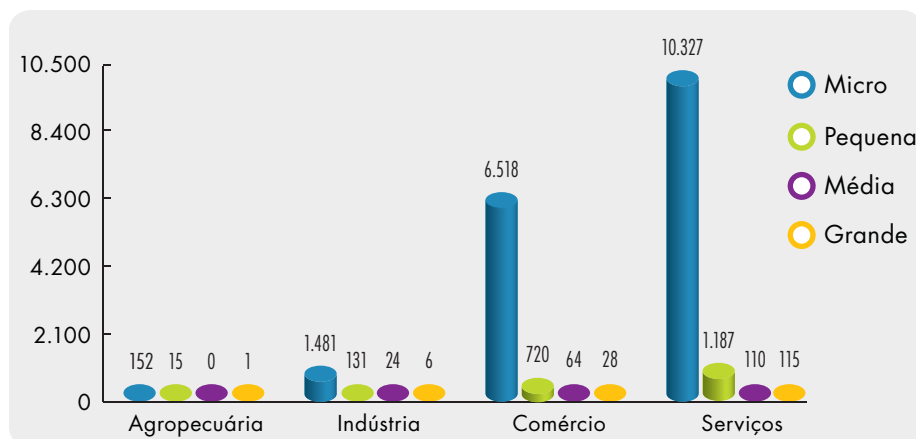
A economia de Niterói, no período 2002-2007, correspondia a 4,39% do PIB da Região Metropolitana. Dentro do Comperj, o município faz parte da Região de Influência Ampliada e respondeu, nesse período, por 4,21% do PIB da região⁶.

Niterói é um dos 87 municípios do estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo – a arrecadação anual do município com o repasse destes recursos em 2010 foi de aproximadamente R\$ 150 milhões.

O perfil do setor produtivo do município está apresentado no gráfico 5. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é microempresa.

⁶ IBGE, em parceria com órgãos estaduais de Estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

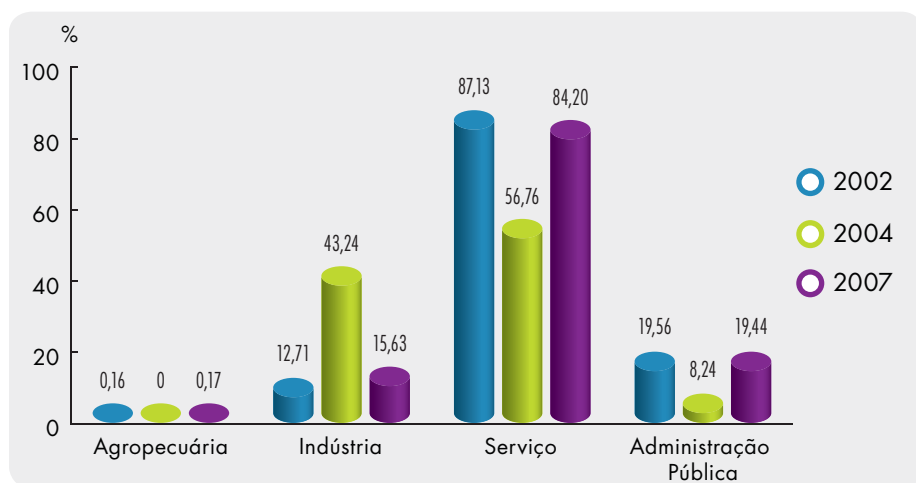
Gráfico 5: Número de estabelecimentos por setor conforme tamanho



Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab (2007).

Entre 2002 e 2007, o setor de serviços foi responsável por mais de 80% da renda gerada no município (gráfico 6). Os demais setores mantiveram suas participações relativas inalteradas, exceto em 2004, quando a indústria participou com 43,24%, contra 12,71% em 2002 e com 15,63% em 2007. A administração pública, que representa uma parcela do setor serviços, também perdeu participação relativa na economia em 2004, chegando a 8,24%. A participação da agropecuária permaneceu muito pequena (menos de 1%).

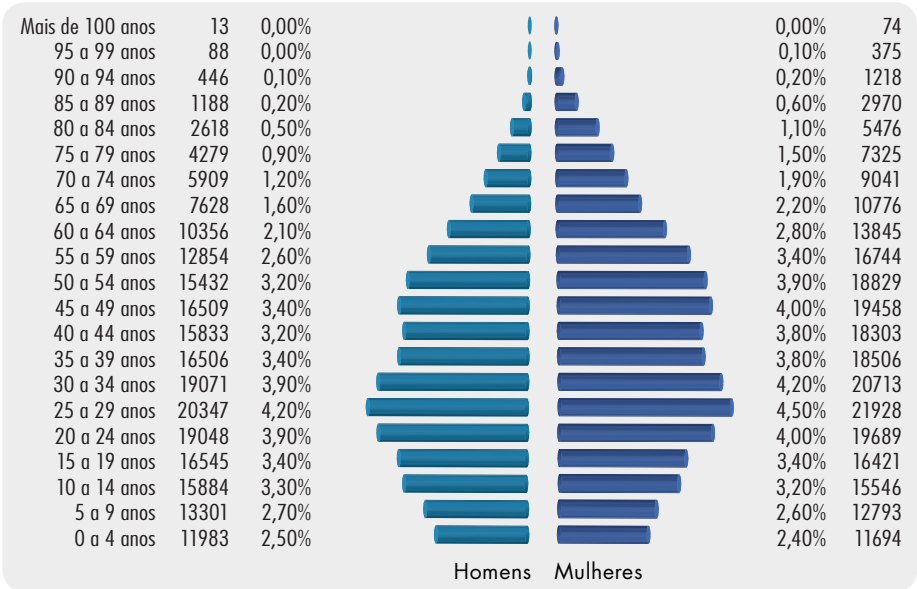
Gráfico 6: Participação relativa dos setores no PIB do município entre os anos de 2002, 2004 e 2007



Fonte: IBGE (2008).

Em 2010, a população total apurada na área urbana foi de 487.562 habitantes. A maior parcela dessa população tem idade acima de 20 anos (gráfico 7).

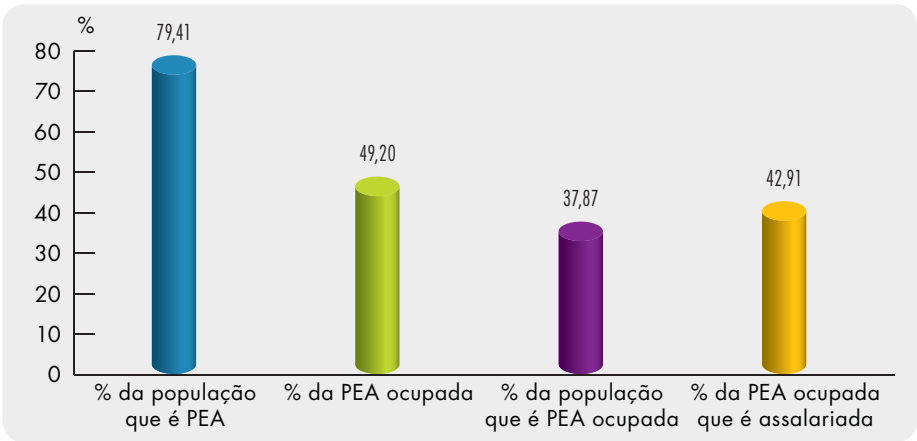
Gráfico 7: Distribuição da população segundo faixa etária



Fonte: IBGE (2011).

Considerando-se a idade estimada para a População Economicamente Ativa, a PEA do município de Niterói, em 2007, correspondia a 79,41% da sua população. Nesse ano, 49,2% da PEA estavam ocupados com carteira assinada (gráfico 8).

Gráfico 8: Porcentagem da População Economicamente Ativa em 2007

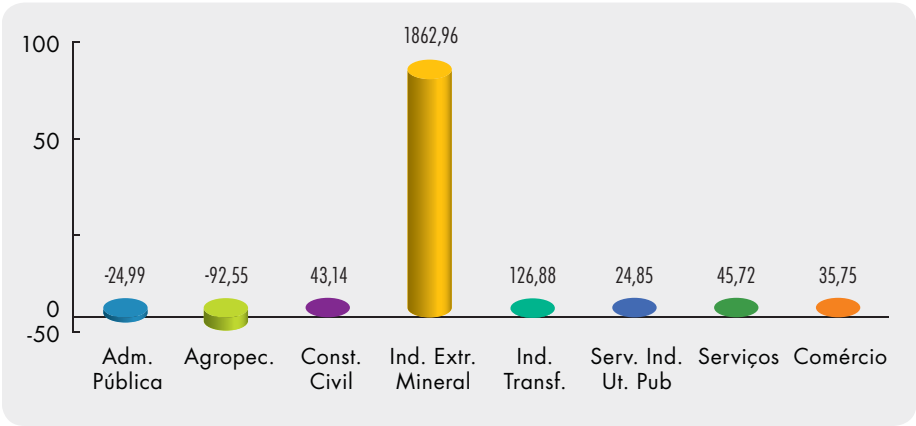


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008).

No período 2003-2007, o salário médio da população empregada em Niterói foi de R\$ 453,50⁷. Este valor correspondia a 1,48 salários mínimos⁸. O gráfico 9 apresenta as taxas de variação de emprego com carteira assinada. Esses dados ratificam a preocupação dos participantes do grupo de Niterói com o desemprego, a pobreza e a desigualdade social no município.

Segundo pesquisa recente da Fundação Getulio Vargas (FGV), Niterói é o município brasileiro com maior parcela da população na classe A, a elite econômica: 30,7% da população estão na faixa de renda domiciliar mensal acima de R\$ 6.745. Entretanto, boa parte dos moradores de alta renda do município não trabalha na cidade, que não conta com uma economia de mercado forte.

Gráfico 9: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade entre os anos de 2001 e 2007



Fonte: IBGE (2008).

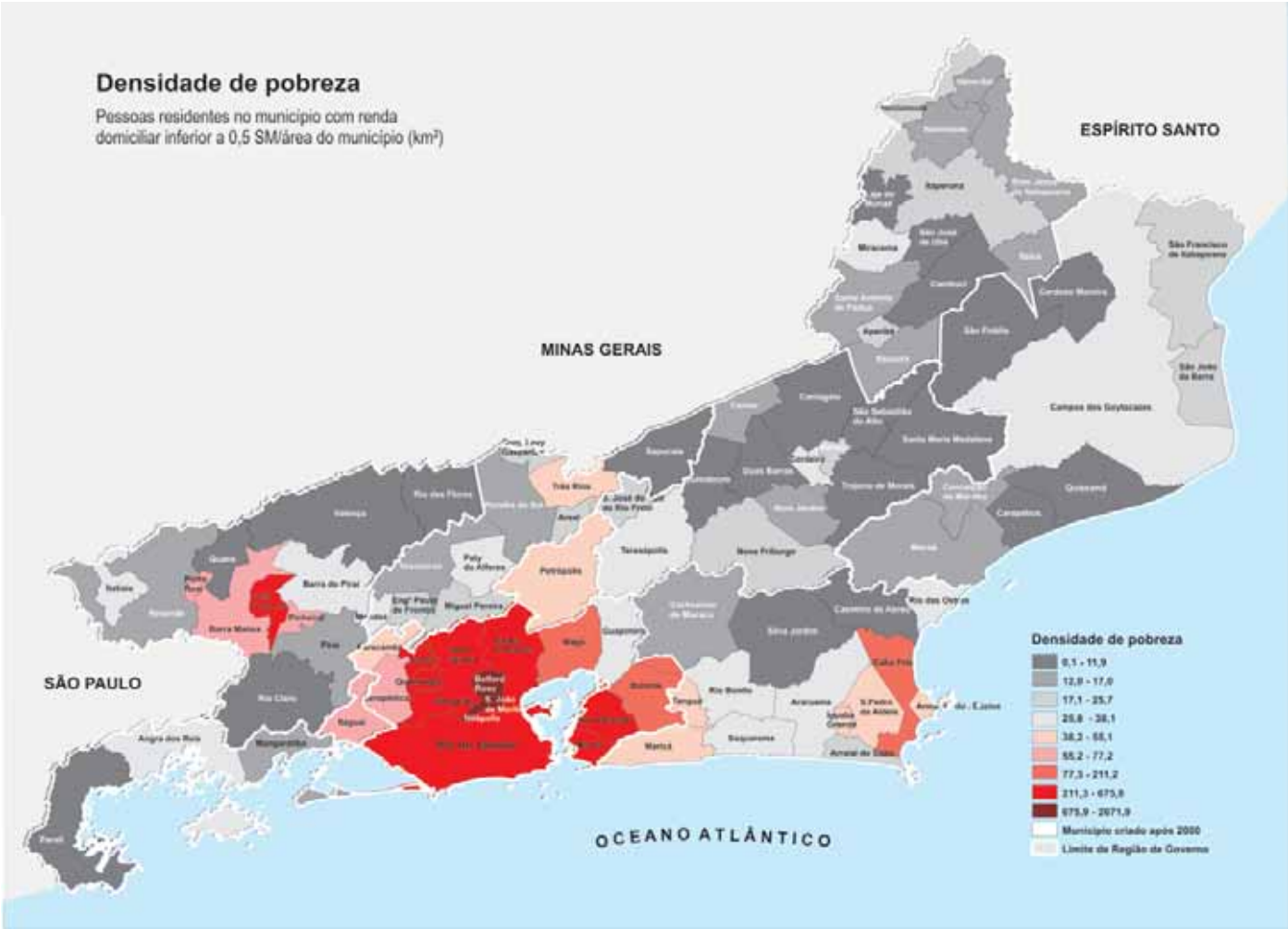
Segundo dados da Fundação Cide, a taxa de crescimento do PIB *per capita* do município, no período 2002-2007, foi de 69,3%. O PIB *per capita* da região metropolitana, nesse período, cresceu 57,07%. Em 2002, o PIB *per capita* era R\$ 11.053,00 e, em 2007, chegou a R\$ 18.713,00. Esses dados sugerem que a economia do município está em franco processo de crescimento econômico.

A alta densidade de emprego em Niterói, todavia, não se reflete de igual maneira no salário médio do trabalhador do município. No *ranking* da remuneração média do setor privado na Região Metropolitana do Rio, em 2010, Niterói ocupava o quarto lugar. O salário médio do setor privado era de R\$ 1.324,30, abaixo do verificado em Duque de Caxias (R\$ 1.332,97), Itaguaí (R\$ 1.730,02) e Rio de Janeiro (R\$ 1.823,25).

7 Corresponde à média aritmética dos salários das 20 ocupações que mais empregaram no período 2003-2007.
8 Valor obtido da média aritmética dos salários mínimos do período 2003-2007.

No mapa da densidade da pobreza no estado, Niterói apresenta um índice na faixa de 211,3 a 675,8, que indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/km². Embora a concentração da pobreza seja baixa, devido à grande extensão territorial do município, a taxa de pobreza é alta. Considerando o número de pessoas residentes com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/total de habitantes, esta taxa em Niterói fica na faixa de 0,01% a 14,17%.

Mapa 9: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (www.ceperj.rj.gov.br).

Apesar de ser a segunda economia do estado, Niterói responde por apenas 4% do PIB da Região Metropolitana – a mais dinâmica do estado do Rio de Janeiro em atividade. O Índice de Qualidade do Município (IQM 2005), que mede as condições para atrair investimentos e multiplicar os benefícios do crescimento econômico, era 0,8129, correspondendo ao segundo lugar na

classificação dos municípios do estado do Rio de Janeiro (em um total de 97 municípios).

Os participantes do Fórum de Niterói consideraram importante a *formação de redes de empreendimentos na economia formal e informal, para gerar melhores índices de renda*. Uma das sugestões é *dinamizar as experiências bem-sucedidas de economia solidária*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Estruturação das redes de economia solidária

■ Projetos

1. Desenvolver programas municipais voltados para a criação de novas alternativas de geração de trabalho e renda.

■ Infraestrutura

2. Construir um Centro Público para sediar a produção, capacitação e comercialização de produtos dos empreendimentos de economia solidária.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação e qualificação para aumentar o capital social.

● Reativação do orçamento participativo

■ Gestão pública

1. Reativar o Programa do Orçamento Participativo.

Possíveis parceiros

CIEE . Coppe – UFRJ . Fundação Itaú Social . Ministério do Trabalho e Emprego . OIT . ONGs . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretarias Municipais (Assistência Social, Integração Comunitária, Trabalho) . Senac . Senai . Sesc . Sest/Senat . Sine . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundação Ford . LOA . Planfor . Proger . Prominp . Pronaf . Pronasci.

AGRICULTURA E PESCA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Em Niterói, o setor da agricultura vem perdendo participação na economia local, já que *o Plano Diretor Municipal não prevê área rural no município*. Mas, apesar de *a agricultura familiar ter praticamente desaparecido nas poucas áreas de campo existentes*, ainda há pequenos núcleos de agricultura de subsistência.

Os participantes do Fórum informaram que há grupos entre a população com capacidade e interesse em *consumir produtos orgânicos e alternativos*, que poderiam ser produzidos localmente.

Em Niterói, existem duas Colônias de Pesca: Z-8 (Niterói, São Gonçalo e Guapimirim) e Z-7 (Itaipu e Maricá), com cerca de 13 mil pescadores artesanais filiados. Também existem cerca de 150 armadores de pesca, considerados pescadores industriais, além daqueles que praticam a pesca por esporte e de um grande número de pescadores de final de semana.

Não há números oficiais sobre a produção atual, mas certamente a pesca vem perdendo espaço na economia da cidade – devido à baixa lucratividade do setor, tanto o número de pescadores quanto os investimentos diminuíram muito, principalmente na última década.



A pesca ainda é uma atividade econômica importante no município



Barcos de pesca dividem espaço em Jurujuba, uma das áreas mais poluídas da Baía de Guanabara

Na opinião do grupo, *as indústrias naval e pesqueira* são importantes fontes de *geração de emprego e renda no município* – mas informam que *a pesca é praticada sem regras, em função da falta de fiscalização, e há problemas de higiene na atividade.*

No primeiro semestre de 2011, o governo federal construiu o Centro Integrado de Pesca Artesanal, no bairro do Barreto, com o objetivo de centralizar a descarga, comercialização, beneficiamento e estocagem do pescado de Niterói e de todos os municípios do Conleste, que entrará em funcionamento em breve.

O grupo se queixa da falta de uma política pública de educação permanente voltada para os pescadores, especialmente para a alfabetização de jovens e adultos que trabalham na atividade pesqueira.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estratégias para a sustentabilidade da pesca

■ Projetos

1. Elaborar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável da pesca e ao manejo dos recursos hídricos.

■ Articulação

2. Realizar parcerias com o Ibama para o controle das atividades de pesca predatória.

■ Gestão pública

3. Definir as áreas estratégicas de defeso, levando em conta os parâmetros ambientais e econômicos.
4. Fortalecer as cooperativas e associações de pesca.

■ Comunicação

5. Informar os pescadores locais sobre a importância da preservação dos recursos marítimos e a conduta apropriada para garantir a sustentabilidade.
6. Incentivar a coleta do lixo flutuante por meio da educação e conscientização dos pescadores.

■ Programas

7. Elaborar programas que estimulem a preservação da cultura do pescador e de suas origens, como, por exemplo, a construção da Casa do Pescador.

● Fortalecimento da indústria pesqueira

■ Estudos técnicos

1. Mapear as áreas de pesca para subsidiar políticas públicas neste setor.

■ Gestão pública

2. Criar linhas de crédito para a renovação e modernização da frota pesqueira, com mecanismos que atendam aos pescadores artesanais.

■ Infraestrutura

3. Construir um terminal pesqueiro em Niterói.

■ Capacitação

4. Promover a educação continuada e a capacitação tecnológica dos pescadores.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar as condições de higiene e de segurança na indústria pesqueira.

● Mecanismos para viabilizar o zoneamento agrícola

■ Estudos técnicos

1. Estudar as áreas com potencial para desenvolver atividades rurais que não demandem grandes extensões territoriais.

■ Planejamento

2. Desenvolver parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Emater, para realizar o levantamento das propriedades com capacidade produtiva no município.
3. Aproveitar as áreas do município adequadas ao desenvolvimento da atividade agrícola.

● Parcerias para o fortalecimento da agricultura orgânica

■ Gestão pública

1. Assegurar apoio às iniciativas de agricultura orgânica.
2. Criar incentivos fiscais para a produção e comercialização de produtos orgânicos.

■ Articulação

3. Articular parcerias com municípios vizinhos interessados em desenvolver sua vocação agrícola sustentável, viabilizando arranjos regionais.
4. Incentivar a criação de associações e cooperativas que fortaleçam a produção e o escoamento de produtos orgânicos.

■ Capacitação

5. Qualificar a mão de obra por meio de cursos técnicos.

● Promoção da agricultura familiar

■ Planejamento

1. Identificar os produtos mais adequados à implantação da agricultura familiar em Niterói.
2. Mapear a produção existente e estudar o escoamento da produção agrícola.

3. Criar hortas comunitárias com base nos princípios da permacultura, que preveem a captação de água da chuva para a irrigação e jardins comestíveis, entre outras iniciativas.
4. Introduzir plantações hidropônicas, orgânicas e de ervas medicinais nas pequenas áreas.
5. Formar associações e cooperativas agrícolas e fortalecer as existentes.

■ Gestão pública

6. Estimular a atividade agrícola em pequena e média escala, por meio de incentivos fiscais e programas como o Pronaf.

■ Projetos

7. Elaborar projetos que promovam a agricultura familiar e a agroecologia.

■ Articulação

8. Estabelecer parcerias entre os produtores agrícolas e o poder público para a compra de produtos agrícolas locais com vistas ao abastecimento de instituições públicas (escolas, creches, hospitais etc.).

■ Capacitação

9. Estimular a capacitação continuada dos servidores públicos municipais, em parceria com órgãos públicos e privados ligados à agricultura.

■ Comunicação

10. Divulgar os cursos de capacitação promovidos pela Pesagro na área de agricultura familiar.

■ Infraestrutura

11. Construir núcleos para comercializar os produtos da agricultura familiar.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Colônias de Pesca (Z-7 e Z-8) . Emater . Embrapa . Escola Estadual de Pesca . Fiperj . Ibama . Inea . Marinha . Mercado de Peixe São Pedro . Ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . MP . OAB . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretarias Estaduais de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento) . Secretarias Municipais (Assistência Social, Integração Comunitária, Trabalho) . Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Comissão Européia . CT – Agro . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . FNE Verde . FNMA . Funbio . LOA . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . Prodetab . Pronaf.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

Niterói é a terceira cidade mais industrializada do estado e a 90ª do País, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Esta posição de destaque foi alcançada graças ao crescimento industrial, principalmente no setor naval.

O município abriga aproximadamente 25% do parque produtivo da indústria naval brasileira, além de empresas que integram a cadeia produtiva. O relatório “Decisão Rio 2010/2012”, elaborado pela Firjan, estima que a indústria naval de Niterói receberá investimentos da ordem de R\$ 3,7 bilhões no período. Atualmente, a cidade concentra os principais estaleiros do País – só no bairro da Ilha de Conceição operam 15 estaleiros e 132 empresas da área *offshore*.

De 2000 a 2009, foram criados 43 mil empregos diretos na indústria naval, um número bastante expressivo se comparado ao desempenho do setor antes da retomada do crescimento, quando o número de pessoas empregadas não passava de 2 mil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), a região de Niterói responde por 70% do parque petrolífero do estado do Rio de Janeiro, concentrando empresas de *offshore* e estaleiros.

O setor da construção civil também está aquecido, estimulado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, e pela indústria do petróleo,



A indústria do petróleo impulsiona o trabalho dos estaleiros



A indústria de construção civil está em expansão em Niterói

que tem atraído muitos moradores com elevado poder aquisitivo à região, em função do Comperj.

O crescimento do setor industrial tem diferentes reflexos locais, pois alavanca as pesquisas tecnológicas e científicas, impulsiona o comércio e a construção civil, e aumenta os investimentos em qualificação profissional. O grupo sugere que o poder público faça uma avaliação mais criteriosa dos reflexos desse crescimento econômico, em função dos limites impostos pela infraestrutura da cidade.

Segundo os participantes, o município enfrenta problemas decorrentes da *falta de políticas públicas adequadas e de investimentos nas áreas de infraestrutura física e social, para que possa se manter como um polo nas áreas de petróleo/gás e naval.*

Reclamam da *falta de comprometimento do comércio e da indústria com o meio ambiente e a responsabilidade social e do fato de os cidadãos niteroienses não terem acesso aos dados socioeconômicos do município.* Afirmam ainda que não há orientação para os micro e pequenos empreendedores.

Tabela 2: Projeções para a relação entre Valor Adicionado e PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor Adicionado / PIB (2015)		
Município	Cenário Conservador	Cenário Otimista
Niterói	0,04%	0,08%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2008).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Estratégias para a geração de empregos

■ Articulação

1. Formar parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e o Sebrae, para incentivar o empreendedorismo local.

■ Gestão pública

2. Fortalecer o Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.
3. Elaborar políticas públicas para a inclusão do trabalhador informal no mercado de trabalho (programas de associativismo, empreendedorismo, entre outros).
4. Elaborar programa de revitalização dos espaços públicos em áreas de concentração de empresas com potencial de desenvolvimento econômico.

■ Infraestrutura

5. Aprimorar o banco de dados existente com profissionais da área de indústria e comércio e facilitar a consulta.

● Investimentos no setor marítimo

■ Infraestrutura

1. Ampliar o transporte marítimo de cargas.
2. Buscar subsídios para a renovação da frota marítima.

● Compromisso das empresas com o meio ambiente

■ Planejamento

1. Criar selos de qualidade para o cumprimento da legislação socioambiental, em parceria com a Câmara dos Dirigentes

Lojistas (CDL), Firjan, Associação Comercial e Industrial, Sindilojas e Agenda 21.

2. Incentivar as empresas a adotar tecnologias verdes.

■ Gestão pública

3. Criar incentivos para empresas que invistam em soluções ambientais.
4. Criar e utilizar selos de qualidade ambiental como pré-requisito para participação em licitações e concorrências públicas.
5. Cobrar que os recursos oriundos do ICMS Ecológico sejam de fato aplicados em projetos ambientais.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar o cumprimento da legislação socioambiental pelo comércio e indústria.

Possíveis parceiros

Câmara de Dirigentes Lojistas de Niterói . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . Ministérios (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trabalho e Emprego) . Prefeitura Municipal . Prominp . Rede Petro Leste . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Trabalho e Renda) . Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CT-Petro . Empresas associadas ao Comperj . FAT . LOA . PAC . Planfor . Proger . Prominp.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.

Niterói é uma cidade com grande potencial turístico, com belas praias, parques, fortes, prédios históricos e museus, além de rede hoteleira e serviços adequados à recepção dos visitantes.



O MAC – Museu de Arte Contemporânea é o símbolo da cidade

O turismo tem se destacado na pauta da administração local atraindo visitantes para conhecer as atrações culturais, históricas e naturais do município. A meta da Neltur – a empresa municipal de turismo – é aumentar a importância de Niterói como destino turístico nacional e internacional, tendo como referência a prática do turismo responsável em todas as suas dimensões e, portanto, pautado na sustentabilidade.

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) é o carro-chefe do turismo na cidade, seguido do acervo de prédios históricos, como o Solar do Jambeiro, e um complexo de fortes, com destaque para o Forte de Santa Cruz.

Outras atrações turísticas são os passeios náuticos com roteiros que valorizam os pontos turísticos e históricos da Baía de Guanabara, as caminhadas ecológicas por diferentes trilhas e o Parque da Cidade, localizado no Morro da Viração, a 270 metros de altitude, que serve à prática do voo livre e de onde se tem uma visão panorâmica da cidade e do Rio de Janeiro. Outro destino bastante procurado é o Caminho de Darwin, no Parque Estadual da Serra da Tiririca, por onde o naturalista inglês, autor da teoria da evolução das espécies, passou em 1832, quando esteve no Brasil.

Niterói foi um dos 65 destinos analisados pelo “Estudo de Competitividade”, realizado pela Fundação Getulio Vargas, Ministério do Turismo e Sebrae, que utilizou 13 dimensões ligadas à atividade turística. A tabela 3 indica as médias obtidas no município e no País.

Tabela 3: Médias local e nacional das dimensões ligadas às atividades turísticas

Dimensões Utilizadas	Média Niterói	Média Nacional
Infraestrutura geral	69,6	64,6
Acesso	82,2	58,1
Serviços e equipamentos turísticos	70	46,8
Atrativos turísticos	73,3	59,5
Marketing e promoção do destino	47,7	41,1
Políticas públicas	53,4	53,7
Cooperação regional	27	48,1
Monitoramento	14,4	34,5
Economia local	74,7	57,1
Capacidade empresarial	85	55,7
Aspectos sociais	61	57,4
Aspectos ambientais	77,8	61,8
Aspectos culturais	46,6	54,6
Total geral	62,8	54

Fonte: Fundação Getulio Vargas, Ministério do Turismo e Sebrae (2010).

Os participantes do Fórum sugeriram a utilização do *turismo ecológico e rural* como mecanismo *para estabelecer parcerias internacionais* e reclamaram *da falta de planejamento e investimento no setor*, que necessita de políticas públicas objetivas para atender às demandas imediatas e futuras, que surgirão com a proximidade da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016.



O Caminho Niemeyer, que liga o Centro de Niterói à Praia de Boa Viagem, terá nove obras, formando o segundo maior conjunto arquitetônico assinado por Oscar Niemeyer depois de Brasília



Construída em 1555, a Fortaleza de Santa Cruz atrai cerca de dois mil visitantes por mês.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fomento do turismo

■ Estudos técnicos

1. Mapear o potencial turístico do município.

■ Infraestrutura

2. Ampliar a rede hoteleira e a oferta de pousadas e criar um centro de convenções adequado para atender à demanda.
3. Criar um local destinado à comercialização de produtos diversos, com ênfase na gastronomia.

■ Capacitação

4. Ampliar as ações de capacitação da mão de obra na área do turismo.

■ Comunicação

5. Promover a diversidade de opções de cultura, divulgando teatros, cinemas, galerias, feiras de artesanato e artes populares existentes no município.
6. Instalar totens em pontos turísticos estratégicos para informar melhor o turista sobre as opções existentes e como aproveitá-las.

● Incentivo ao ecoturismo

■ Planejamento

1. Criar e divulgar trilhas ecológicas.

■ Capacitação

2. Capacitar e qualificar agentes para o turismo ecológico.

Possíveis parceiros

Abav . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Federação de Esportes de Montanhas do Estado do Rio de Janeiro . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ministério do Turismo . Neltur . ONGs . Prefeitura Municipal . Prodetur . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Trabalho, Assistência Social) . TCE-RJ . Turisrio . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . LOA . Ministério do Turismo . PAC . Plano Nacional de Municipalização do Turismo . Prodetur.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Em Niterói, os participantes do Fórum sabem da necessidade de *licenciamento e de fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e de Resoluções do Conama* para controlar a geração e destinação dos resíduos sólidos. Mas reclamam da falta de *informações para esclarecer a população sobre os problemas relacionados à geração de resíduos radioativos e os malefícios que causam ao meio ambiente.*

Segundo a prefeitura, o município cumpre o que determina a legislação federal e se compromete a orientar a população sobre a forma de dispor os resíduos perigosos – os revendedores e fabricantes destes produtos são responsáveis pela destinação final. Ainda segundo a prefeitura, as empresas locais têm colaborado neste sentido.

O grupo ressalta que *faltam coleta, armazenamento e destinação final adequados*, o que estaria levando à *contaminação ambiental*, e *queixa-se da dificuldade dos órgãos públicos em fiscalizar o comércio informal, grande gerador de resíduos sólidos.*

Segundo eles, *falta ainda estrutura adequada para manter o controle eficiente de substâncias químicas tóxicas*, que devem aumentar *a partir da instalação do Comperj e empresas associadas*, com a *intensificação do uso e manejo de resíduos industriais perigosos.*

Eles sugerem que *as universidades da região desenvolvam projetos destinados ao manejo correto de substâncias químicas tóxicas* e citaram como exemplo os *programas específicos de Pesquisa e Extensão na UFF sobre o assunto*.

Classes dos resíduos

- 1 – Perigosos** – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;
- 2 – Não inertes** – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);
- 3 – Inertes** – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 4: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estímulo ao controle das substâncias tóxicas

■ Estudos técnicos

1. Diagnosticar a situação das substâncias tóxicas no município.

■ Gestão pública

2. Estimular a busca por recursos financeiros e tecnológicos para minimizar os impactos decorrentes da contaminação por resíduos tóxicos.

■ Infraestrutura

3. Construir um local apropriado para destinação e armazenamento dos resíduos tóxicos.

● Controle dos resíduos perigosos

■ Gestão pública

1. Criar um Plano de Gestão, Controle e Fiscalização dos Resíduos Perigosos, atendendo à legislação pertinente.
2. Ampliar os serviços de coleta de pilhas, lâmpadas e outros objetos com substâncias perigosas a todos os bairros do município.
3. Elaborar projetos de lei que protejam e previnam a população quanto a eventuais acidentes causados por resíduos perigosos.
4. Implantar políticas públicas voltadas ao recolhimento de resíduos perigosos, garantindo sua destinação adequada.

■ Infraestrutura

5. Instalar lixeiras em locais estratégicos para coleta de pilhas e baterias no município.

■ Capacitação

6. Realizar eventos de educação ambiental nas empresas ligadas às áreas hospitalares e químicas.

■ Fiscalização

7. Cumprir a legislação ambiental que regulamenta o transporte, armazenamento e descarte de resíduos perigosos, punindo severamente as indústrias infratoras.
8. Controlar mais severamente a entrada de resíduos perigosos no município.
9. Fiscalizar o destino final dos resíduos hospitalares.

● Controle dos resíduos radioativos

■ Gestão pública

1. Implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Radioativos com participação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

■ Comunicação

2. Produzir cartilhas informativas sobre Resíduos Radioativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN).

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cnen . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Ambiente) . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . ICMS Ecológico . LOA . Pibic.

PREFEITURA DE NITERÓI



5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

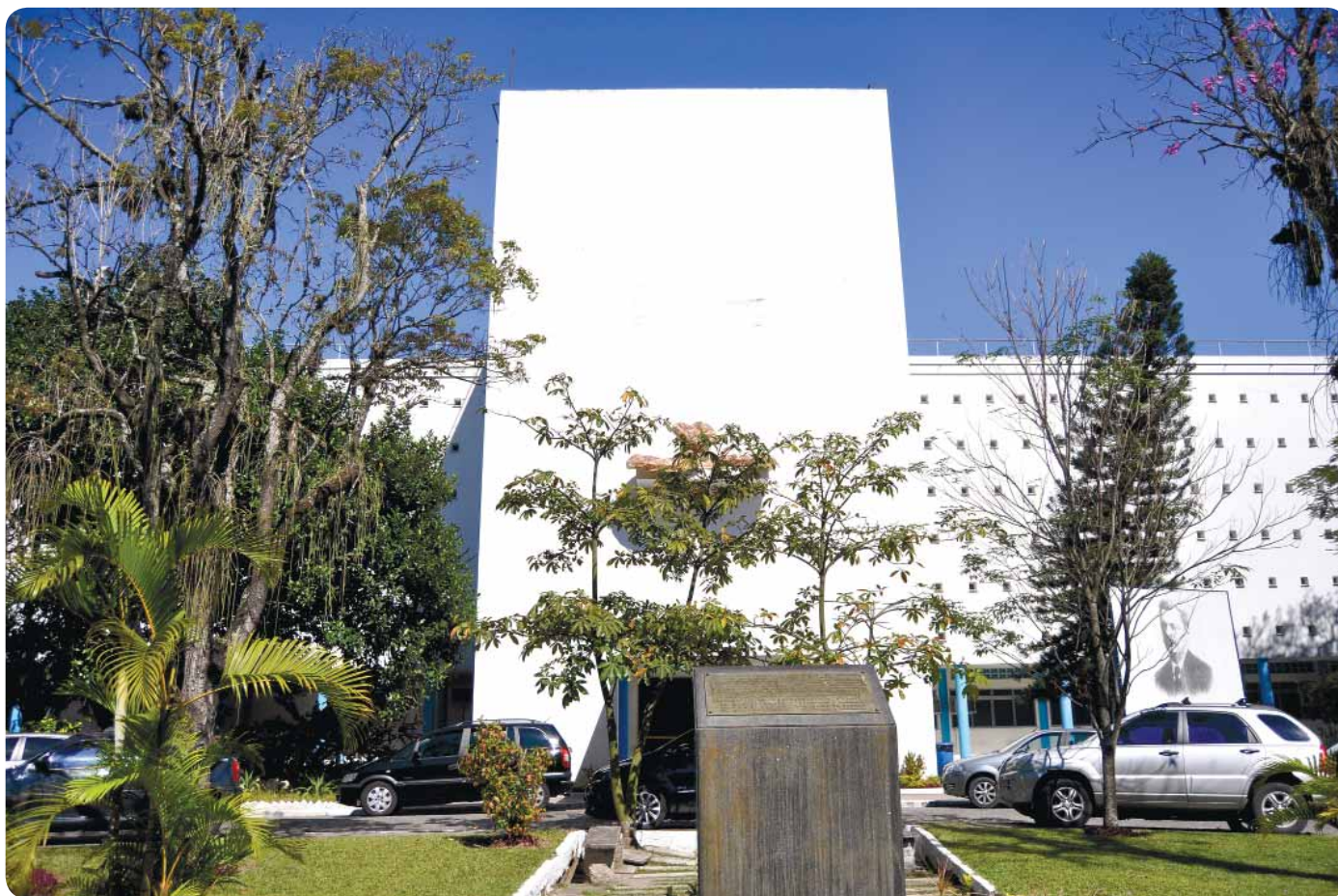
Niterói conta com *a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (Comcitec), com representatividade de diversos setores, e um Arranjo Produtivo Local (APL) Naval Shore.*

Os participantes do Fórum afirmam que *a população não tem conhecimento dos projetos e iniciativas de tecnologias limpas desenvolvidos no município, nem sobre transferência de tecnologia, hoje restrita aos centros de informação das universidades.*

Eles sugerem *ampliar a capacidade de articulação junto ao Conleste, visando à transferência de tecnologia sustentável entre os municípios que formam o consórcio. Eles entendem que os dados coletados por pesquisas internacionais poderiam acelerar o desenvolvimento sustentável de Niterói.*

Na avaliação do grupo, *a falta de cooperação internacional nas questões ambientais prejudica o trabalho das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia.*

Eles veem a *presença de universidades e centros de pesquisas no município, além dos projetos de desenvolvimento sustentável, como uma potencialidade,*



O Instituto Vital Brazil realiza estudos e pesquisas nos campos farmacêutico, biológico, econômico e social

mas defendem uma articulação maior com estas instituições na elaboração das políticas públicas e a divulgação constante do trabalho feito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Um dos destaques apontados pelo grupo é a parceria com o Instituto Vital Brasil para a implantação de incubadoras – como a Initia, a incubadora da UFF, que tem 13 empresas e atua nos ramos tecnológico, de tecnologias limpas, de sustentabilidade e de indústrias criativas.

A falta de profissionais capacitados para orientar a formulação de projetos é uma dificuldade apontada pelo grupo, que destaca alguns aspectos que dificultam a viabilidade de um plano de gestão para a ciência e tecnologia em Niterói: investimentos públicos que não contemplam projetos de incentivo tecnológico voltados para o desenvolvimento sustentável e ausência de uma rede ampliada de serviço de informática e internet.

No campo da biotecnologia, eles se queixam da *falta de informações sobre o tema, do desconhecimento dos projetos desenvolvidos no município e da ausência de programas de aperfeiçoamento técnico.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Plano de gestão para a ciência e tecnologia e o desenvolvimento sustentável

■ Planejamento

1. Planejar ações estratégicas que promovam a transferência de tecnologias sustentáveis adequadas ao desenvolvimento do município.

■ Gestão pública

2. Ampliar a participação do município na difusão do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.
3. Fortalecer a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, aumentando seu efetivo e promovendo ações transversais com as demais Secretarias.
4. Criar a Fundação de Amparo à Pesquisa no município.
5. Recuperar e melhorar o funcionamento do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (Comcitec).
6. Estabelecer parâmetros para a criação de um Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia.

■ Articulação

7. Realizar parcerias com os diversos setores da sociedade para promover e incentivar a transferência de tecnologias.
8. Criar parceria com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj) para a criação de um Polo de Divulgação Científica.

■ Programas

9. Desenvolver projeto de incentivo a tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável.
10. Criar programas de gestão de tecnologia que contemplem projetos voltados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.
11. Elaborar projetos de transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis por meio de cooperação técnica.
12. Fomentar pesquisas sobre tecnologias voltadas à inclusão de pessoas com deficiência.

■ Infraestrutura

13. Recuperar o Centro Técnico Audiovisual (CTAV).
14. Implantar um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), oferecendo cursos na área de tecnologias sustentáveis.
15. Criar o Museu de Ciência e Tecnologia para popularizar e democratizar a produção e a memória sobre o tema.
16. Revitalizar e manter o Centro de Documentação e Informação Municipal.

■ Comunicação

17. Criar um prêmio municipal para projetos científicos e tecnológicos de modo a promover sua visibilidade na mídia.
18. Promover um ciclo de palestras permanente nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, para divulgação de temas científicos e tecnológicos.
19. Criar fóruns de debate sobre a produção científica, visando popularizar as informações do campo científico.
20. Criar programas de divulgação e massificação de informações sobre os Centros de Tecnologias Ambientais e os investimentos disponíveis para o setor de ciência e tecnologia no município.
21. Promover exposições e mostras científicas em áreas de grande circulação.
22. Divulgar os resultados de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

● Manejo saudável da biotecnologia

■ Capacitação

1. Capacitar permanentemente os técnicos da prefeitura sobre o assunto.

■ Planejamento

2. Investir no desenvolvimento de técnicas que promovam o manejo adequado da biotecnologia.
3. Premiar projetos inovadores que utilizem tecnologias ambientalmente saudáveis.

■ Comunicação

4. Informar a população sobre o que é biotecnologia.

■ Gestão pública

5. Aplicar no município a lei federal que prevê a rotulação de produtos que contêm organismos geneticamente modificados.
6. Criar um departamento de biossegurança na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

● Criação de um programa de inclusão digital

■ Planejamento

1. Criar comissão com representantes do poder público, sociedade e universidades, visando ao fortalecimento das articulações e à elaboração de projetos compartilhados.

■ Projetos

2. Desenvolver projetos de extensão das universidades para inclusão digital.

■ Infraestrutura

3. Ampliar os Centros de Inclusão Digital e torná-los acessíveis.
4. Criar lan-houses comunitárias.

5. Criar rede Wi-Fi (via rádio) e Metronit (com recursos do MCT) em todo o município.

6. Criar espaços voltados à inclusão digital de pessoas com deficiência.

■ Capacitação

7. Realizar a capacitação de novos técnicos em informática nas comunidades, incluindo noções de como lidar com pessoas com deficiência.

Possíveis parceiros

Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fiocruz . Fundação BioRio . Fundação Municipal de Educação . IBGE . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente) . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ciência e Tecnologia, Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Ciência e Tecnologia, Ações Estratégicas, Projetos Especiais, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . LDO . LOA . Pibic.

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

A arrecadação total de Niterói, em 2010, foi de cerca de R\$ 1 bilhão. Mais de 30% (R\$ 330 milhões) corresponderam à cobrança do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e ISS (Imposto sobre Serviços). O restante foi obtido por meio de repasses do estado e do governo federal.

Em Niterói, as receitas totais somaram R\$ 885,58 milhões em 2009, enquanto as despesas totais foram de R\$ 894,21 milhões, o que representa um aumento de 1,49% em receitas entre 2003 e 2009, e um aumento de 1,06% em despesas no mesmo período. A tabela 5 apresenta alguns dos indicadores do TCE para 2009 em Niterói.

Tabela 5: Descrição dos índices econômicos do município

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	receita realizada/despesa executada	0,9903	Há R\$ 99,03 para cada R\$ 100,00 executados. Déficit de execução	Gráfico 10
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	despesas de custeio/ receitas correntes	0,94	De toda a receita corrente, 94% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Gráfico 11
3	Autonomia financeira	receita tributária própria/ despesas de custeio	0,446	A autonomia do município para as despesas de custeio é de 44,6%	Gráfico 12
4	Esforço tributário próprio	transferências correntes e de capital/receita realizada	0,474	Do total de receitas, 47,4% provêm da atividade tributária municipal	Gráfico 13
5	Carga tributária <i>per capita</i>	receita tributária própria + cobrança dívida ativa/ população	839,16	Ao longo de 2008, cada habitante contribuiu, em média, com R\$ 839,16 para o fisco municipal	Gráfico 14
6	Investimentos <i>per capita</i>	investimentos/população do município	96,98	Cada habitante recebeu da administração pública R\$ 96,98 em forma de investimentos	Gráfico 15
7	Grau de investimento	investimentos/receita total	0,0525	Os investimentos públicos representam 5,25% da receita total do município	Gráfico 16
8	Liquidez corrente	ativo financeiro/ passivo financeiro	0,81	Para cada parte devida, há 0,81 vezes mais receita para pagar	Gráfico 17

Fonte: TCE, *Estudo Socioeconômico do Município de Niterói (2010)*.

Gráfico 10: Indicador de equilíbrio orçamentário

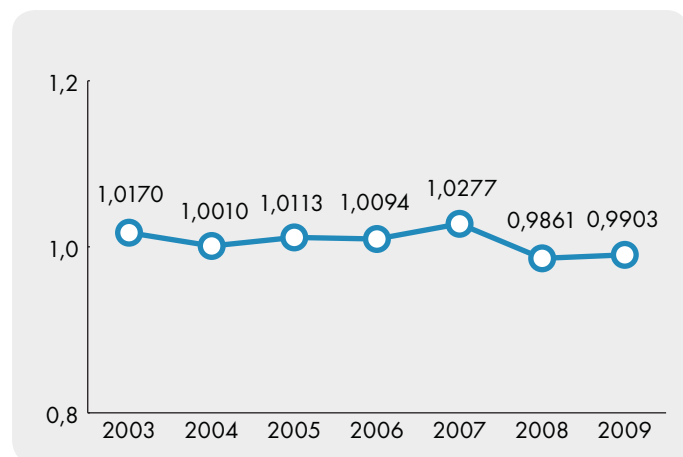


Gráfico 13: Esforço tributário próprio

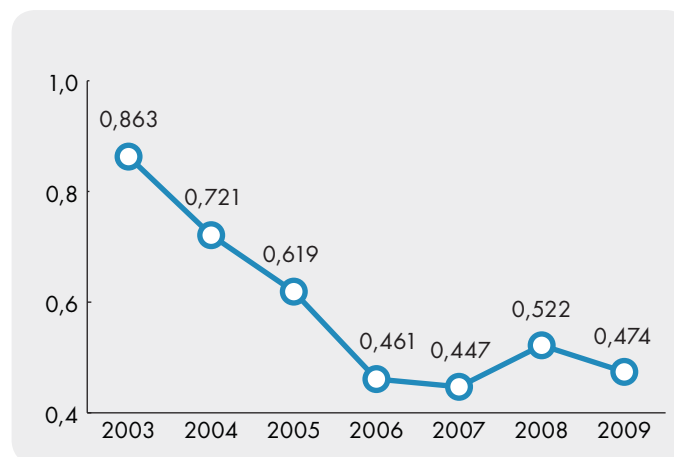


Gráfico 11: Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa

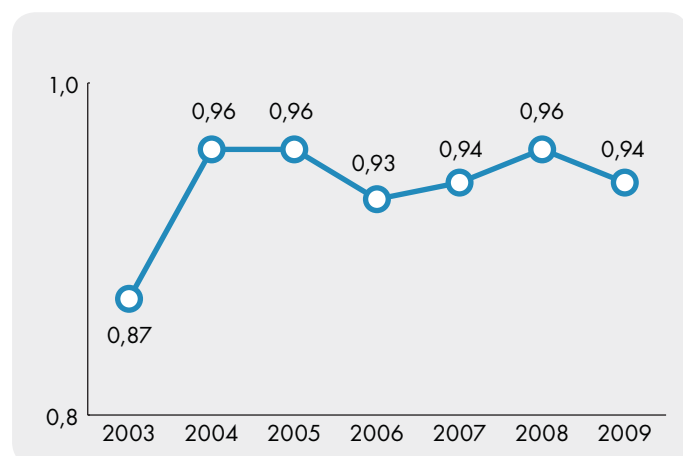


Gráfico 14: Carga tributária *per capita*

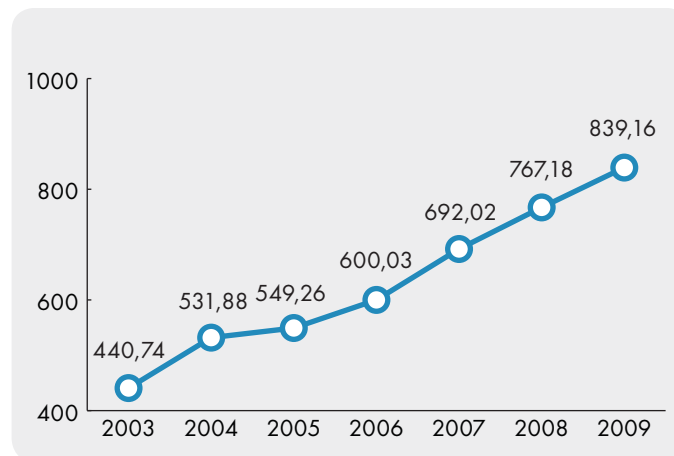


Gráfico 12: Autonomia financeira

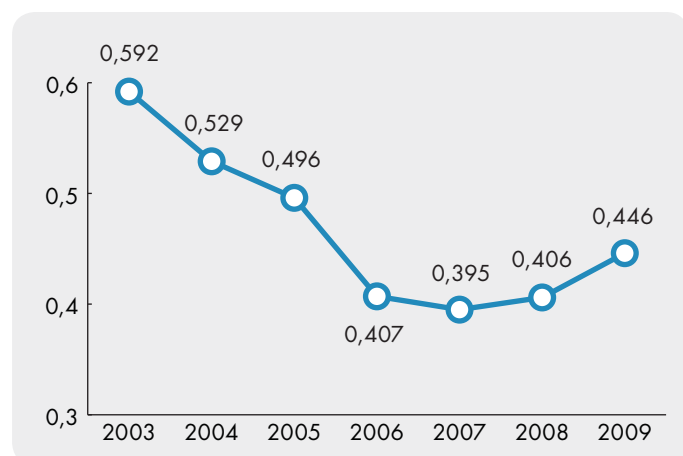


Gráfico 15: Investimentos *per capita*

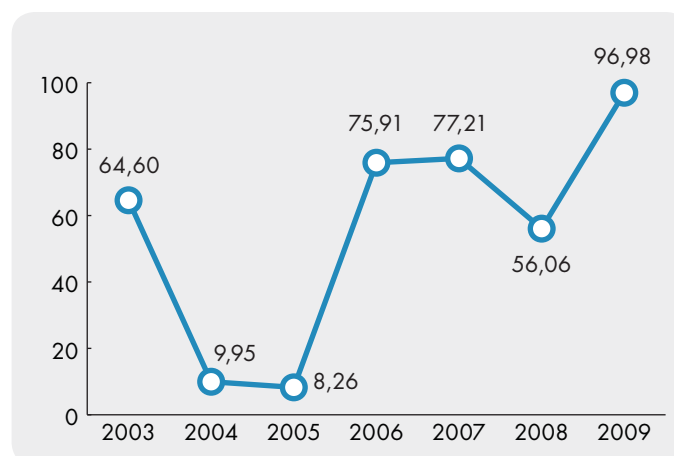


Gráfico 16: Grau de investimento

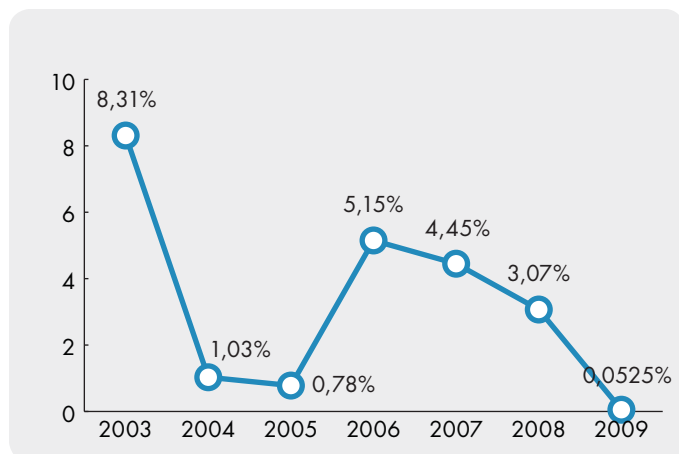
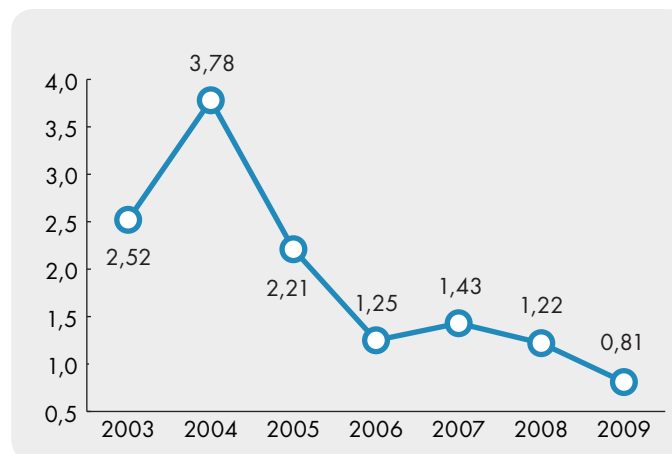


Gráfico 17: Liquidez corrente



Embora os dados das receitas e despesas totais do município em 2010 ainda não estejam disponíveis, verificou-se que Niterói recebeu R\$ 2.178.271,00 referentes ao ICMS Ecológico, que foram distribuídos da seguinte maneira: tratamento de esgoto (R\$ 1.263.881,00), Unidades de Conservação (R\$ 657.928,00), destino final do lixo (R\$ 147.302,00), remediação de vazadouros (R\$ 107.588,00) e UCs municipais (R\$ 1.572,00).

Os participantes do Fórum local consideram que há espaço para *fortalecer as políticas de integração* entre as Secretarias Municipais e destas com os demais níveis de governo para a captação de recursos. Consideram que é possível *desenvolver mecanismos de intercâmbio institucional com universidades e o Senai*, por exemplo, para a capacitação de pessoal com esta finalidade. A avaliação do grupo é que *o Sistema “S” em Niterói faz um bom trabalho*.

Entendem que *falta divulgação das informações sobre cooperação entre países, capacitação de recursos humanos e conhecimento sobre os mecanismos de financiamento internacional*.

ICMS Ecológico – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS Ecológico, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS Ecológico é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide (Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro).

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Viabilização dos recursos financeiros

■ Gestão pública

1. Fomentar o desenvolvimento de parcerias público-privadas.
2. Efetuar o repasse de recursos oriundos do estado e da União para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

■ Articulação

3. Desenvolver mecanismos de intercâmbio e apoio técnico junto a organizações de fomento, para viabilizar a captação de recursos financeiros.

■ Capacitação

4. Capacitar os funcionários das Secretarias Municipais para a captação de recursos financeiros.

■ Comunicação

5. Produzir cartilhas sobre as fontes de recursos e mecanismos de financiamento e distribuí-las às organizações que trabalham com o desenvolvimento sustentável.

● Financiamento para implementar a Agenda 21

■ Gestão pública

1. Incorporar as propostas da Agenda 21 de Niterói às políticas públicas, provendo os recursos orçamentários para sua implementação.
2. Criar um Fundo para a Agenda 21 Local, com recursos privados e públicos, e doações.

● Incentivo à cooperação internacional

■ Planejamento

1. Acompanhar as políticas de cooperação internacional de interesse do município.

■ Capacitação

2. Desenvolver programas de capacitação profissional para os funcionários municipais que atuam na área de cooperação internacional.

■ Articulação

3. Realizar parcerias com empresas para implementar programas voltados ao desenvolvimento sustentável do município.

■ Comunicação

4. Promover a participação do município em feiras nacionais e internacionais.
5. Realizar eventos para divulgar os instrumentos de cooperação internacional.

Possíveis parceiros

ABNT . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Niterói . Câmara Municipal . Controladoria Geral do Município . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Firjan . IBGE . ILTC . Ibama . ICMBio . Inea . Ministérios (Relações Exteriores, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Planejamento e Gestão, Fazenda) . Secretarias Municipais (Administração, Ciência e Tecnologia, Urbanismo, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, Acessibilidade e Cidadania, Ações Estratégicas, Assistência Social, Defesa do Consumidor, Integração Comunitária, Habitação, Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval, Projetos Especiais, Fazenda, Segurança e de Controle Urbano, Defesa Civil, Esporte, Cultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Abastecimento, Saúde, Relações Institucionais, Trabalho) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Ampla . Banco do Brasil . Banco Real Santander . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CNPq . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . FMMA . Funbio . ICMS Ecológico . LOA . Ministérios (Cultura, Ciência e Tecnologia) . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Programa Petrobras Cultural.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em Niterói, os participantes do Fórum apontaram a comunicação precária entre o poder público e a sociedade civil organizada como um dos aspectos desfavoráveis à implantação da Agenda 21 no município.

A falta de informações sobre as funções dos Conselhos, Fóruns e órgãos públicos, bem como o desconhecimento sobre os planos e programas desenvolvidos no município, na avaliação do grupo, prejudicam a participação da sociedade na tomada de decisões.

É preciso divulgar amplamente as audiências públicas, para garantir a participação da sociedade civil organizada e, portanto, sua eficácia. Além disso, é necessário elaborar as atividades de planejamento e gestão com base nos indicadores sociais do município e divulgá-las amplamente à população, bem como o trabalho da Agenda 21.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Comunicação para a gestão participativa

■ Comunicação

1. Esclarecer a população sobre as funções e obrigações dos Conselhos, Fóruns e órgãos públicos.
2. Divulgar, em linguagem de fácil compreensão, o Plano Diretor da Cidade, o Plano de Metas, o Orçamento Público (planejado e executado) e demais peças da gestão pública através do site Transparência Niterói.
3. Produzir e distribuir cartilhas sobre legislação ambiental, de modo a orientar e educar a população sobre as questões do meio ambiente.

● Otimização das redes de comunicação

■ Comunicação

1. Estimular os veículos de comunicação locais a divulgar informações sobre desenvolvimento sustentável.
2. Usar as redes sociais para mobilizar a participação nos Conselhos e no Orçamento Participativo.
3. Promover campanhas de divulgação das ações promovidas pelas Secretarias Municipais.

● Produção do site Transparência Niterói

■ Gestão pública

1. Promover o acesso à informação pública, com base no princípio da transparência, em todos os órgãos municipais.

2. Integrar as Secretarias Municipais para desenvolver ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

■ Comunicação

3. Criar um site para divulgar dados e informações municipais, com amplo acesso ao público.
4. Formar uma rede entre as Secretarias Municipais para troca de informações e acompanhamento de projetos.

■ Planejamento

5. Criar um banco de dados de indicadores socioeconômicos de Niterói para subsidiar o processo de formulação de políticas públicas.

■ Capacitação

6. Capacitar os gestores públicos para alimentar e utilizar o sistema de informações integradas.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conleste . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro . FGV . Firjan . Ibam . IBGE . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Banco do Brasil . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . LOA.

GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Niterói, os participantes da Agenda 21 temem pela não execução do *Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS)*, em decorrência da falta de recursos financeiros para implementar e consolidar a Agenda 21 de Niterói.

Eles reconhecem que o processo de Agenda 21 tem potencial de se ampliar para a toda a sociedade, contribuindo para aumentar a participação nos processos decisórios, mas ressaltam a falta de interesse e de estímulo das autoridades para que a população participe efetivamente das questões municipais.

Defendem a promoção de debates e a mobilização da sociedade civil, das universidades e de outros atores municipais em defesa da Agenda 21, de modo a ampliar a participação de todos os setores nos processos de decisão e garantir o acesso às informações contidas no documento.

Uma opção é a integração crescente e a divulgação das ações de ONGs, indústria naval, prefeitura, setor turístico, novas tecnologias, Aice (Associação Internacional das Cidades Educadoras) e de universidades, ampliando o alcance e a repercussão do trabalho das empresas que desenvolvem ações de responsabilidade social.

O grupo também reivindica a divulgação das ações de responsabilidade social desenvolvidas por ONGs e empresas e o fortalecimento do Conleste como

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

instância de articulação de políticas integradas para a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

A falta de articulação entre os diversos setores da sociedade, na avaliação do grupo, provoca a dispersão das ações ambientais – e uma das consequências é a desvinculação entre o desenvolvimento da cidade e a proteção do meio ambiente.

Nessa mesma linha, pontuaram a *ausência de projetos voltados para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável de forma coordenada*. Isto reforça a percepção do grupo quanto às dificuldades de *implementação das políticas públicas para o desenvolvimento, fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas existentes*.

A demora na tomada de decisões oficiais na área de meio ambiente é considerada um entrave ao desenvolvimento sustentável do município, bem como a falta de maior compromisso do poder público com a gestão participativa do orçamento municipal e a necessidade de abertura de um espaço de construção coletiva de propostas.

Uma potencialidade para a sustentabilidade local é *a busca de mudança de paradigmas em direção à reflexão socioambiental, pensando na integração de todas as áreas*, o que vem sendo promovido pelo processo da Agenda 21 Comperj.

Outra queixa é *a falta de integração entre os dados referentes ao meio ambiente*. Uma das sugestões para contornar o problema é *a criação de um centro de informações informatizado que possa auxiliar na formulação de políticas ambientais*. Nesse contexto, reconheceram *a existência de profissionais competentes para desenvolver sistemas de informação que auxiliem a formulação de políticas*.

A poluição do meio ambiente causada pela indústria naval (limpeza de óleo dos tanques, uso de dispersantes e detergentes, descarte de areia, água de lastro) é considerada uma ameaça à sustentabilidade local e creditada à falta de estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade para o desempenho adequado de suas funções. O grupo se queixa da *falta de poder* dessa Secretaria para *promover a destinação correta dos recursos do orçamento a fim de atender às demandas ambientais*, afirma que a mesma *não tem previsão orçamentária*, que *falta capacitação de seus quadros técnico e efetivo*, e que a Secretaria *não divulga suas ações*.

Também aponta *a inoperância do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que se encontra sem conselheiros e sem plano de trabalho*.

O grupo analisou aspectos referentes à gestão municipal de forma geral e que interferem na gestão do ambiente, tais como *a falta de fomento para políticas públicas transversais dos órgãos públicos para o desenvolvimento sustentável e a falta de definição sobre quais linhas de desenvolvimento econômico o município irá seguir*.



Praia com Costão de Itacoatiara e uma das vertentes do Parque Estadual da Serra da Tiririca

Niterói tem *convênios firmados com instituições públicas e privadas, mas se ressenete da falta de agilidade na busca de cooperações internacionais e do desconhecimento dos canais de interlocução com outros países, apesar de contar com profissionais capacitados na área de direito internacional.*

Além disso, falta publicidade aos projetos, bem como a integração dos instrumentos de controle social, incluindo a participação da Famnit (Federação das Associações de Moradores de Niterói), para melhorar a realização e a divulgação dos projetos.

O grupo destacou as *Unidades de Conservação de âmbito estadual e municipal* como potencial de sustentabilidade no município.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável

■ Articulação

1. Realizar parcerias com instituições de pesquisa para conduzir ações que promovam o desenvolvimento sustentável no município.

■ Capacitação

2. Capacitar profissionais para a elaboração de políticas públicas transversais que promovam o desenvolvimento sustentável.

● Fortalecimento da Secretaria e do Conselho Municipal de Meio Ambiente

■ Gestão pública

1. Reestruturar e equipar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade por meio de concurso público.
2. Implementar efetivamente o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

■ Capacitação

3. Capacitar o quadro técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar a utilização de mecanismos de compensação ambiental, quando existentes em contratos do setor privado.

● Fortalecimento da fiscalização ambiental

■ Fiscalização

1. Fiscalizar com rigor as empresas instaladas no município, aplicando as sanções cabíveis em caso de danos ambientais.

■ Gestão pública

2. Fortalecer a estrutura de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.
3. Realizar concurso público para preencher os cargos de fiscal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

■ Estudos técnicos

4. Fazer um levantamento das empresas nacionais e internacionais instaladas no município, identificando os impactos ambientais que originam e as ações socioambientais que realizam.

■ Projeto

5. Criar um Selo Verde para beneficiar empresas e instituições que adotem medidas para minimizar seus impactos ambientais (ex.: reaproveitamento de água, cuidados com o paisagismo, manutenção das edificações prediais etc.).

● Valorização da Agenda 21

■ Gestão pública

1. Elaborar lei municipal que crie o Programa da Agenda 21 de Niterói e preveja dotação orçamentária para sua execução.
2. Promover a utilização da Agenda 21 de Niterói como diretriz para a elaboração das políticas públicas municipais.
3. Conceder um espaço físico para o funcionamento do Fórum da Agenda 21 de Niterói, com estrutura adequada às suas necessidades.

■ Planejamento

4. Elaborar planos, programas e projetos com base nos princípios da Agenda 21.

■ Comunicação

5. Promover a divulgação da Agenda 21 de Niterói em todos os órgãos do governo municipal, incentivando a implementação das propostas previstas.

■ Articulação

6. Realizar seminário regional com os municípios que constituem o Conleste, para projetar o impacto da implantação do Comperj tomando como referência empreendimentos instalados no passado: Triunfo, Camaçari e Macaé.

Possíveis parceiros

ABC . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Controladoria Geral do Município . Escolas . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Ouvidoria Municipal . Prefeitura Municipal . Procuradoria Geral do Município . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Administração, Ciência e Tecnologia, Urbanismo, Serviços

Públicos, Trânsito e Transporte, Acessibilidade e Cidadania, Ações Estratégicas, Assistência Social, Defesa do Consumidor, Integração Comunitária, Habitação, Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval, Projetos Especiais, Fazenda, Segurança e de Controle Urbano, Defesa Civil, Esporte, Cultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Abastecimento, Saúde, Relações Institucionais, Trabalho) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . BVS&A . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . ICMS Ecológico . LOA . Pibic.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens

Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional

Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro

Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social

BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBB – Confederação Brasileira de Basquete

Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística

CBV – Confederação Brasileira de Voleibol

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento

CIIE – Centro de Integração Empresa Escola

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos

Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CRE – Conselho Regional de Enfermagem

Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CRM – Conselho Regional de Medicina

CRT – Concessionária Rio-Teresópolis

CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres

CT-Energ – Fundo Setorial de Energia

CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos

CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

Detro – Departamento de Transportes Rodoviários

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro

Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano

Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getulio Vargas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe

Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente

Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade

Fundescab – Fundo de Desenvolvimento

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Idec – Instituto de Defesa do Consumidor

Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISP – Instituto de Segurança Pública

Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental
Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor
Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo
Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais
Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor
Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente
Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesc – Serviço Social do Comércio
Sesi – Serviço Social da Indústria
Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil
Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais
SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund

LISTA DE PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Aila Cholodovski
- Alan Leites
- Aluizio Belisário - Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento
- Anelise Vieira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Ângela Maria
- Angela Maria Barbosa Alves - UFF
- Arlete de Souza Ambrósio - Defesa Civil
- Bruno Souza Moreira Leite - Alerj
- Clarissa Moreira Mello
- Assessoria de Imprensa - Prefeitura Municipal de Niterói
- Cristiane Martins - Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento
- Dácio de Castro Vivas Neto - UFF
- Declev Reynier Dib Ferreira - Fundação Municipal de Educação
- Dina Feijó - Secretaria Municipal de Esportes
- Diogo Cairo Mendes
- Edison Pinto - Prefeitura Municipal de Niterói
- Edsane Torres Lopes da Cruz - Prefeitura Municipal de Niterói
- Edson Pinto - Defesa Civil
- Eduardo G.B de Souza
- Fabrícia Corrêa - Subsecretaria Municipal de Defesa do Consumidor
- Fernando Tinoco
- Flavio Oliveira Monteiro - Secretaria Municipal de Urbanismo
- Gabriel Monatte Silva - UFF
- Gabriel Oliveira Rodrigues
- Hugo Tulio Rodrigues - Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento
- Jefferson S. Martins - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- José Raymundo Martins Romêo - Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento
- Liara William Gonçalves - Secretaria Municipal de Cultura
- Liberato Pinto - Niterói Empresa de Lazer e Turismo (Neltur)
- Luiz Fernando Pinto Jordão - Prefeitura Municipal de Niterói
- Luiz Lima - Subsecretaria Municipal de Modernização Administrativa
- Márcia Lemos - Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (Codim)
- Marcial Luiz Maiato - Conselho de Trabalho e Renda
- Maria Bárbara Toledo - Secretaria Municipal de Assistência Social
- Maria Cristina Esteves Pereira
- Maria das Graças Raphael - Alerj
- Marilda Orny - Secretaria Municipal de Cultura
- Mariléia Martins - Faetec
- Marilena Funcá Trindade - UFF
- Marinice dos Machado - UFF
- Patrícia Dias White - UFF
- Rafael Felix do Nascimento - Prefeitura Municipal de Niterói
- Renato G. Pereira
- Rodrigo Neves - Alerj

- Ronald Hees - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Rosane Torres L. Cruz
- Ruy Duque Estrada - Prefeitura Municipal de Niterói
- Sidio Werdes Machado - Pró-Reitoria de Extensão UFF
- Sonia Maria Rodrigues - Fundação Municipal de Educação
- Vítor Francisco Cadorin - UFF

Segundo Setor

- Adelino Fernandes Filho - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Niterói
- Aderbal Carvalhaes Falcão
- Alceu Mariano de Melo Souza - Keppel Fels Brasil
- Americo Diniz Neto - Sebrae
- Anderson Carolo de Souza - Sesi / Senai
- André Batista do Valle Sobrinho - Zoomgraf K Ltda.
- Carlos Renato - Concessionária Águas de Niterói
- Charbel Tauil Rodrigues
- Cláudia Barros Afonso e Silva - Concessionária Águas de Niterói
- Edmara Fernandes - Companhia Brasileira de Amarras
- Fernanda de Oliveira Leal - OAB
- Fernando Fabiano Alves Gomes - Câmara de Dirigentes Lojistas de Niterói
- Francisco Vivas - Grupo Brissoneal
- Gildo Silveira
- Ivan Sá de Mello e Silva - Firjan
- Jorge Antonio de Faria
- José Carlos Lourenço Rêgo
- Kaike Almeida de Azevedo - Consulado de Portugal em Niterói
- Kátia Turra Matouk - Firjan
- Leandro da Silva e Nilton Alves - Sesi/Senai
- Leonardo Avellar da Silva Souza - Ibrapan Pesquisa

- Luceo Ferreira de Azevedo - Consulado de Portugal em Niterói
- Luiz Carlos de Figueiredo Vieira
- Luiz César Caetano Alves - Firjan
- Luiz Fernando Abêlha
- Marcio Roberto de Moraes Silva - CCR Ponte
- Maria do Carmo de Assis - Sesc
- Nélio César de Souza - CCR Ponte
- Paulo César de Carvalho Moreira Leite
- Paulo Roberto Padula - Grupo Brissoneal
- Pedro Angelo Alves Serafini
- Pedro Fonseca Rocha - Sesi/Senai
- Roberto Pedreira Ferreira Curi
- Rogério Moraes Lobato
- Roldão de A. Castro - Unipli
- Sergio Kunio Yakagata
- Tiago da Silva Antunes - Kitchen Shop
- Ubiratan Lessa - Mecana VI
- Yêddo Bittencourt da Silva - Sebrae

Terceiro Setor

- Ana Lucia Jordão Lemos - Associação de Amigos do Parque Natural Darcy Ribeiro
- André Mazzoni
- Ângela Maria Alves - ONG Piratininga
- Anne K. Menezes - Cooperativa de Reciclagem de Óleo Vegetal
- Antonio Luis dos Santos - Sindicato dos Empregados de Empregados de Edifícios de Niterói
- Antonio Oscar Peixoto Vieira - Fórum Lixo e Cidadania
- Carlos Frederico
- Célia Regina de Paula - ONG Gentes
- Cremildo Santana - Federação de Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
- Davy Alexandriski - Campus Avançado

- Eduardo dos Passos Leite - Sindicato Nacional dos Aeroviários
- Eduardo Smith - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj)
- Gilmar Javarini - DNA - Identidade Ambiental
- Giselle Nunes - Eleeko - Movimentos de Mulheres Negras
- Irenita de Medeiros - Sociedade Coração de Jesus
- Janaina da S. de Carvalho
- Jaqueline Rezende - Grupo de Ação, Pesquisa e Orientação à Projetos Sociais
- João Medeiros - Niterói Rugby Football Clube
- Joaquim Jorge da Silva - Federação de Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
- José da Silva Filho - Sindicato dos Empregados de Edifícios de Niterói
- Jose Guajajara - Centro Etnoconhecimeto Caviaré
- Luciene Meireles - ONG Seio do Mar
- Lucimar de Souza - Associação da Engenhoca
- Luis Cláudio
- Luisa Diniz - Campus Avançado
- Luiz Palmiere
- Luiza Maria Tulálio Perpétuo - Fórum da Criança e Adolescente de Niterói - Pró Criança
- Manuel Amâncio dos Santos - Federação de Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
- Marcos Peixoto
- Maria da Conceição Pereira Guimarães - Associação Fluminense de Reabilitação
- Maria dos Anjos Alves - Sindicato dos Salões de Cabeleireiro
- Mário Eugenio Lopes - Federação de Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
- Marisa Bacellar - Associação Pestalozzi de Niterói
- Neila Vieira - Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac)

- Neuza de Souza Santos - Eleeko - Movimentos de Mulheres Negras
- Omar Luis Rocha da Silva - Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (Afac)
- Paulo Rodrigues - Federação de Associações de Moradores de Niterói (Famnit)
- Rafael Damásio: Clube Mundo dos Botões
- Ricardo Soares Brum
- Roseli da Mata - Associação da Engenhoca
- Sandra Maria Barbosa
- Silvio Souza - Instituto Interamericano de Fomento, Educação, Cultura e Ciência
- Valeria dos Santos - Casa do Homem de Amanhã
- Webber Aguiar Lopes
- Wilson Carlos Fernandes - Curso José de Anchieta

Comunidade

- Alexia Souza Duarte
- Aline Fernanda Leite
- Ana Carolina A. Macieira
- Ana Cristina dos Santos Duarte
- Ana Lucia Agya Amorim
- Ana Paula Santana da Conceição
- André Amaral Baptista
- Ângela Maria C. Domingos - Pastoral de Saúde de São Lourenço
- Anísio Rosa Ribeiro - Associação de Moradores e Amigos do Cantagalo (Amacap)
- Antonio Lima da Silva - Associação de Moradores e Amigos do Cantagalo (Amacap)
- Augusto Eduardo Corrêa Dias - Projeto Baleia Franca
- Benedita Costa - União de Moradores da Rua Coelho e Adjacências
- Bernardo Bezerra de Menezes Souza
- Carlos Frederico Azevedo Morais
- Carlos Ribeiro - Associação de Moradores Fonseca

- Cheyenne Amorim de Carvalho
- Cristiane Facina Marques
- Cristiane Fiori
- Cristiane Soares Pacheco
- Darly Guimarães de Oliveira - Associação de Moradores do Sape
- Deise Santarelli Marinho
- Dejair Gomes de Souza
- Eduardo Menezes Magalhães
- Elenice Ramos
- Ely Menezes Silva - Associação dos Moradores da Água Mineral (Amam)
- Erminda Estevam de Costa
- Fabiano Roale de Oliveira
- Fabricio Fernandes
- Fanny Zereman - Instituto Anima Naturalis
- Fernanda Corrêa Pires Quintão
- Flavia Milene Soares
- Francis Távora Guimarães
- Gelson Pereira Costa - Centro Pró-Melhoramentos Teixeira de Freitas
- Guilherme Peçanha Ribeiro
- Helio Viana
- Ilana Penina Bispo Fontes
- Ivanice Bernardino e Souza - Instituto Anima Naturalis
- Jair Ferreira Ramos Filho - Associação dos Moradores e Amigos da Leopoldina
- Jansen de Carvalho Pereira
- Joamir Muniz dos Santos
- João Carlos Siqueira Valadares - Associação dos Moradores e Amigos Martins Torres
- João Wesley Menezes
- Joaquim de Oliveira - Associação dos Moradores e Amigos do Jacaré
- Joel Dalles Gonçalves
- Jorge Eridio de Oliveira
- Jorge Luiz Rodrigues da Silva - Associação dos Moradores e Amigos Ladeiras
- Jorge Matheus Bemquerer - Associação dos Moradores Vital Brasil
- José Arnaldo dos Santos - Associação dos Moradores e Amigos do Pé Pequeno
- José Carlos Fernandes Guedes
- José Plácido - Associação de Moradores e Amigos do Cantagalo (Amacap)
- José Roberto Sgambato
- Josias Reis Soares
- Josileine Duarte Alves
- Jurandi Cardoso - Associação de Moradores e Amigos Salgado Filho
- Leandro da Silva
- Lilian Antunes Cordeiro
- Luanna Saldanha da Costa - Centro Pró-Melhoramentos Teixeira de Freitas
- Luciana Carvalho Rodrigues
- Paulo Guaracy Fernandes
- Luciana Soares Cabral
- Luciane Vieira de Oliveira
- Luciane Villar de Oliveira
- Luciano Wan-Meyl
- Luiz Carlos Pereira Cabral
- Luiz Mauro Raposo
- Marcelo Ribeiro - Associação de Moradores do Sapê
- Marco Antônio Rosa de Oliveira
- Marcos Melo Lima - Associação de Moradores Maruí
- Marcus Vinicius F. de Jesus
- Maria Clara Villar de Mendonça
- Maria das Graças Quintas Valadares - Associação de Moradores e Amigos Martins Torres
- Maria das Graças Silva Raphael
- Maria do Carmo Ferreira de Almeida Reis

- Maria Helena Cardoso
- Maria Juraci Dutra
- Mariléa Madureira Jardim
- Marlon Magno Monteiro Machado
- Maurício Barbosa
- Mauro Francisco Correia
- Miguel Armando Martins de Almeida
- Miguel Luiz da Costa
- Moacir Garcia
- Natalie Ribeiro Moura Oliveira
- Nathalia de Souza Abreu
- Neusa da Conceição Saldanha - Centro Pró-Melhoramentos Teixeira de Freitas
- Nice Bernadino
- Nilcilene de Souza Carvalho
- Odalir Dantas de Souza Mello
- Orlando Conceição
- Oscimar Garcia
- Othon Alexandre Maia Gouveia - Associação de Moradores do Ponto Cem Réis
- Patrícia Alexandra dos Santos Nascimento
- Paula Coelho Oliveira
- Paulo Guaracy Fernandes
- Paulo Loutenço de O. Rodrigues - Centro Pró Melhoramento Viradouro
- Paulo Roberto de Souza Moreira
- Paulo Vinicius Barbosa
- Rafael Duarte D'Oliveira
- Rafaela Carneiro Moura
- Raymundo José da Silva
- Renato de Castro Guimarães
- Ricardo Esteves Monteiro
- Rita de Almeida
- Rita de Cássia Gouveia de Oliveira
- Roberto Oliveira
- Romério Pedro Duarte
- Rondinelle Duarte Alves
- Rosana Oliveira Dalles Gonçalves
- Ruidilei Bismara
- Sandra Margareth Candido
- Sandra Regina C. Milane
- Sebastião da Silva
- Stella de Lima Almeida
- Tatiane Barbosa
- Thiago Torres Maia
- Tompson Solivaider de Magalhães
- Vanderlei da S. Euzébio
- Verley Tavares
- Washington Belmiro da Silva - Orçamento Participativo
- Wellisson Felix Plácido

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas de Mobilização da Sociedade à Formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dionei Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosangela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

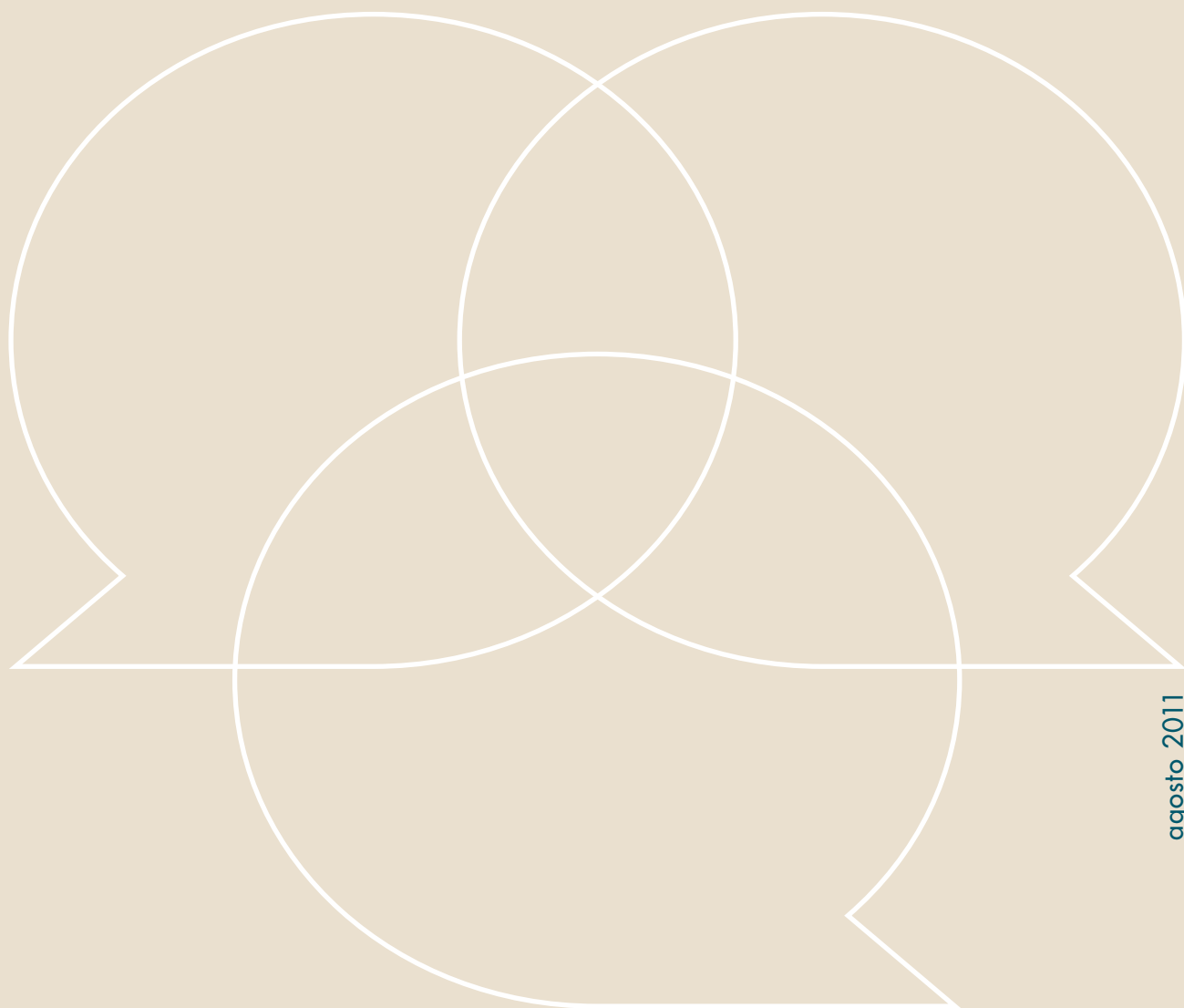
Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



agosto 2011

www.agenda21niteroi.com.br